

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



FACULDADE
CATÓLICA
DE FEIRA DE SANTANA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
FACULDADE CATÓLICA DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOSÉ RENATO PEIXINHO CRUZ

DISCURSOS DE UNIVERSALIDADE CRISTÃ E CONSTRUÇÕES DE
CONVERGÊNCIA INTER-RELIGIOSA NOS CONTEXTOS DE PLURALISMO
RELIGIOSO: EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

RECIFE – PE

2026

JOSÉ RENATO PEIXINHO CRUZ

**DISCURSOS DE UNIVERSALIDADE CRISTÃ E CONSTRUÇÕES DE
CONVERGÊNCIA INTER-RELIGIOSA NOS CONTEXTOS DE PLURALISMO
RELIGIOSO: EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, no Mestrado Interinstitucional da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com a Faculdade Católica de Feira de Santana (FCFS), como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral.

RECIFE – PE

2026

C957d

Cruz, José Renato Peixinho.

Discursos de universalidade cristã e construções de convergência inter-religiosa nos contextos de pluralismo religioso : exigências contemporâneas / José Renato Peixinho Cruz, 2026.

107 f.

Orientador: Newton Darwin de Andrade Cabral.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado Interinstitucional em Ciências da Religião, 2026.

1. Cristianismo e outras religiões. 2. Religiões.
3. Pluralismo religioso. 4. Ética. I. Título.

CDU 291

Luciana Vidal - CRB 4/1338

JOSÉ RENATO PEIXINHO CRUZ

**DISCURSOS DE UNIVERSALIDADE CRISTÃ E CONSTRUÇÕES DE
CONVERGÊNCIA INTER-RELIGIOSA NOS CONTEXTOS DO PLURALISMO
RELIGIOSO: EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação **aprovada** como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco (MINTER com a Faculdade Católica de Feira de Santana), pela seguinte Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **FRANCILAIDE DE QUEIROZ RONSI**
Data: 31/03/2026 11:58:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr^a Francilaide de Queiroz Ronsi – PUC Rio
Avaliadora externa

Documento assinado digitalmente
 **JOSE FABRICIO RODRIGUES DOS SANTOS CABR**
Data: 31/03/2026 10:23:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. José Fabrício Rodrigues dos Santos Cabral – UNICAP
Avaliador interno

Documento assinado digitalmente
 **NEWTON DARWIN DE ANDRADE CABRAL**
Data: 30/03/2026 14:27:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral – UNICAP
Orientador

RECIFE / 2026

Esse trabalho é dedicado à Diocese de Alagoinhas - BA, na pessoa do nosso Bispo Diocesano, Dom Francisco de Oliveira Vidal, pois durante todo o período desse curso de mestrado me senti grandemente apoiado pela Diocese, pelo Sr. Bispo, pelos irmãos padres, seminaristas e tantos fiéis.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder o dom da Vida, da Fé, do Sacerdócio e a graça de iniciar e concluir essa pós-graduação em Ciências da Religião. Sua presença Divina sempre foi muito constante e inspiradora.

À Faculdade Católica de Feira de Santana e à Universidade Católica de Pernambuco, por proporcionarem esse Mestrado Interinstitucional (MINTER) possibilitando formar a primeira turma de Mestres em Ciências da Religião na Bahia, processo que se deu sempre com muita responsabilidade, comprometimento por parte das duas instituições, contribuindo para uma pós-graduação de alto nível.

À Diocese de Alagoinhas, na pessoa de nosso Bispo Diocesano, Dom Francisco de Oliveira Vidal, pelo apoio e incentivo desde o primeiro momento do curso, bem como pelo contínuo encorajamento para que eu prosseguisse nos estudos.

Ao meu primeiro orientador, Prof. Dr. Gilbraz Oliveira Aragão, sempre atento e sensível às minhas inquietações, incentivando, apoiando, encorajando, indicando autores e bibliografia fundamentais para a presente pesquisa, dando norte à minha produção científica e contribuindo incisivamente para alcançarmos tão bons resultados.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral, com sua delicadeza imensurável, não lhe faltou dedicação, empatia, incentivo, cordialidade, sempre primando unidade e cooperação entre os mestrandos, bem como, por altos níveis de estudos, pesquisas e produção científica ao longo de todo o curso. E ainda assume a orientação dessa dissertação depois do desligamento do Professor Gilbraz da Instituição.

Ao Seminário Bom Pastor, da Diocese de Ruy Barbosa; na pessoa do seu Reitor o Padre Carlos Maçal o qual também é diretor financeiro da Faculdade Católica de Feira de Santana e um dos responsáveis diretos pela realização desse MINTER, sempre incentivador e acolhedor, me acolheu para estadia no seminário durante os períodos de aulas presenciais do curso, sem nenhum custo.

Aos colegas do nosso Mestrado pela amizade, parceria, partilhas e por construirmos juntos um ambiente propício de conhecimento, fé e humanidade.

À amiga Prof. Dra. Josenilda Araújo Damasceno por partilhar experiências, dicas e ser auxílio, de certa forma, nesse processo de produção científica tão exigente.

Por fim, a cada pesquisador da temática das religiões ou que virem a ler essa dissertação, tenho certeza que poderá ser muito útil e enriquecedora para muitas pesquisas e análises, sobretudo, na dimensão das Ciências da Religião e do diálogo inter-religioso.

“Nós, a geração futura, nos comprometemos a ser um farol de unidade e esperança na promoção da cooperação e das amizades que alimentam a coexistência harmoniosa entre pessoas de diferentes crenças”.

(Papa Francisco - Discurso em Singapura, 2024)

RESUMO

A presente dissertação busca demonstrar que as controvérsias entre as religiões podem ser administradas e superadas pela inclusão, entre elas, do cuidado ético com a vida e a criação, podendo ocorrer numa atitude de aproximação e diálogo inter-religioso, detectando, em meio às especificidades de cada uma, a centralidade da ética como objetivo comum. Em vista disso, pesquisamos de modo breve, mas buscando uma boa fundamentação, o Hinduísmo, o Budismo, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, procurando perceber a ética comum, buscando perceber a ética comum, entre outras semelhanças e diferenças, que perpassam essas principais crenças mundiais, unindo esses conteúdos às atuais reflexões da Teologia das Religiões. Analisamos as novas releituras da temática do diálogo, tendo presente a Teologia do Pluralismo Religioso e tomando como referência o teólogo José Maria Vigil; nessa acepção, são inúmeras as possibilidades de novas releituras, seguindo uma evolução lógica do pensamento de Vigil, com análises históricas e atuais, para propor conclusões contundentes referentes ao tema em questão. Na sequência, buscamos evidenciar, a partir das novas reflexões, as possibilidades de ações e modos de viver capazes de ir além dos elementos específicos de cada crença religiosa ou convicção espiritual. Outrossim, enriquecem nossa pesquisa as discussões e os aprofundamentos do diálogo inter-religioso; posicionamentos claros do Papa Francisco ajudam a ampliar a compreensão e, por fim, culmina, com essas perspectivas, a proposição de Hans Küng, o qual propõe uma ética mundial, na qual se teoriza uma ética universal, assumida pelas religiões, mas igualmente pactuada com toda a sociedade humana, em vista de uma humanidade mais harmoniosa, justa e pacífica. Para se chegar aos resultados desejados, adotamos o método de pesquisa qualitativa e transdisciplinar, por meio de pesquisa bibliográfica, expomos conteúdos e ponderações claras e contundentes. Portanto, a presente obra analisa e sintetiza, por meio de uma gama de reflexões, recorrendo às Ciências da Religião, à Teologia Cristã e à Teologia do Pluralismo Religioso, perpassando várias referências fundamentais que envolvem os discursos de universalidade cristã e as convergências inter-religiosas nos contextos de pluralismo da atualidade, culminando em conclusões e análises capazes de suscitar novas compreensões e atitudes, em vista de uma maior compreensão do campo religioso atual.

Palavras-chave: universalidade cristã; religiões; diálogo inter-religioso; pluralismo religioso; ética mundial.

ABSTRACT

This dissertation seeks to demonstrate that controversies among religions can be managed and overcome through the inclusion of ethical care for life and creation, fostered by an attitude of openness and interreligious dialogue. It aims to identify, amidst the particularities of each tradition, the centrality of ethics as a common ground. To this end, we conducted a brief yet well-grounded study of Hinduism, Buddhism, Judaism, Christianity, and Islam, seeking to identify shared ethical principles, as well as similarities and differences that permeate these major world religions, relating these findings to contemporary reflections within the Theology of Religions. We analyze new reinterpretations of the theme of dialogue in light of the Theology of Religious Pluralism, taking as a reference the theologian José Maria Vigil. In this perspective, there are numerous possibilities for reinterpretation, following a logical development of Vigil's thought, supported by both historical and contemporary analyses, in order to propose well-founded conclusions regarding the subject. Subsequently, we highlight, based on these reflections, the possibilities for actions and ways of living that go beyond the specific elements of each religious belief or spiritual conviction. Furthermore, this research is enriched by discussions and deeper reflections on interreligious dialogue. The clear positions of Pope Francis contribute to broadening this understanding. Finally, the study culminates in the proposal of Hans Küng, who advocates for a global ethic—a universal ethical framework embraced by religions and shared by all of humanity, with a view toward a more harmonious, just, and peaceful world. To achieve the intended results, we adopted a qualitative and transdisciplinary research method, based on bibliographic research, presenting clear and well-founded analyses. Therefore, this work analyzes and synthesizes a range of reflections, drawing upon the Sciences of Religion, Christian Theology, and the Theology of Religious Pluralism. It engages with key references concerning the discourse on Christianity universality and interreligious convergence within contemporary pluralistic contexts, culminating in conclusions that foster new understandings and attitudes toward the present religious landscape.

Keywords: christian universality; religions; interreligious dialogue; religious pluralism; global ethics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Antes da Era Cristã
Alc	Alcorão
AG	Decreto Ad Gentes
DA	Diálogo e Anúncio
DI	Declaração <i>Dominus Iesus</i>
DM	Diálogo e Missão
DT	Exortação Apostólica <i>Dilexi Te</i>
EC	Era Cristã
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
FT	Carta Encíclica <i>Fratelli Tutti</i>
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IA	Inteligência Artificial
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
LS	Carta Encíclica <i>Laudato Si</i>
NA	Declaração <i>Nostra Aetate</i>
QA	Exortação Apostólica Querida Amazônia
RM	Carta Encíclica <i>Redemptoris Missio</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2. A HISTORICIDADE DAS PRINCIPAIS RELIGIÕES DO MUNDO, SUA ÉTICA E SEUS OBJETIVOS COMUNS	23
2.1 O QUE É RELIGIÃO?	23
2.1.1 Tipos de religião	26
2.2 BREVE SÍNTESE DAS CINCO MAIS INFLUENTES RELIGIÕES DO MUNDO ...	28
2.2.1 Hinduísmo	28
2.2.2 Budismo	30
2.2.3 Judaísmo	33
2.2.4 Cristianismo	36
2.2.5 Islã	40
2.3 CONVERGÊNCIAS ÉTICAS ENTRE AS RELIGIÕES	45
3. DIÁLOGO E TEOLOGIA DO PLURALISMO RELIGIOSO: NOVAS POSSIBILIDADES DE UM MESMO PROPÓSITO	48
3.1 A AUTOCOMPREENSÃO DAS RELIGIÕES E SUAS RELEITURAS: EXCLUSIVISMO, INCLUSIVISMO E PLURALISMO	49
3.1.1 O Exclusivismo	49
3.1.2 O Inclusivismo	52
3.1.3 O Pluralismo	54
3.2 APROFUNDANDO A TEMÁTICA DO PLURALISMO	57
3.2.1 Uma nova forma de compreender a verdade e as religiões	58
3.2.2 Conceito de Verdade	60
3.2.3 Todas as religiões são verdadeiras	62
3.2.4 Relatividade e ambiguidade das religiões	64
3.2.5 Pluralismo assimétrico	67
3.2.6 Seria o pluralismo religioso querido por Deus?	69
3.3 O PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO	72
4 ATITUDE E VISÃO DIALOGAL CAPAZ DE GERAR VIDA NOVA E PAZ EM VEZ DE RIVALIDADE E GUERRA	74
4.1 UMA TEOLOGIA DAS RELIGIÕES <i>PARA</i> O DIÁLOGO, <i>DO</i> DIÁLOGO E <i>EM</i> DIÁLOGO	74
4.1.1 A regra de ouro	76
4.1.2 O diálogo inter-religioso e a ética	82

4.1.3 Reconhecer os limites da sua própria religião como caminho de diálogo	83
4.1.4 Uma espiritualidade dialogal e fecunda	87
4.2 UM NOVO MODO DE VIDA, UMA CONVERSÃO INTEGRAL, NECESSÁRIA, APESAR DE DESAFIADORA	90
4.2.1 Papa Francisco e sua postura	91
4.2.2 A Esperança da harmonia e do “Ethos mundial”	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6. REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Os discursos de universalidade cristã, entre eles a universalidade e a unicidade salvífica de Jesus Cristo, estão no centro da fé cristã. Entretanto, o pluralismo religioso, bem como a urgência e a necessidade do diálogo entre as religiões em nossos dias, requer uma nova compreensão dessa verdade de fé. Faz-se necessária uma teologia que não seja exclusivista, mas que, ao mesmo tempo, possua um nível de abertura que não comprometa sua verdade central. O diálogo inter-religioso constitui, neste início de século, um dos maiores desafios para a humanidade, mas igualmente tempo oportuno de aprofundar nossas relações e reflexões. “Sem paz entre as religiões, não haverá paz no mundo”, expressão de Hans Küng (1999, p. 12), repetida algumas vezes pelo Papa Francisco. Todavia, esta esfera de fraternidade, diálogo e da paz ainda está longe de ser alcançada, basta olharmos tantos conflitos ao redor do mundo, onde de alguma maneira tem um fundo religioso ideológico, bem como, por outra vertente, espalhados por todo nosso país e mundo a fora, multiplicam-se atitudes e ações preconceituosas e intolerantes nas relações e práticas sociais, políticas e religiosas de nosso tempo.

O diálogo inter-religioso, consequentemente, exige uma Teologia do Pluralismo Religioso ou, dizendo de outra maneira, uma Teologia das Religiões, a qual ainda é muito nova enquanto campo teológico, embora apresente grandes avanços e também resistências. Diante disso, torna-se fundamental que cada indivíduo conheça melhor a própria crença, avançando na pesquisa e no aprofundamento dessa realidade concreta do pensar, viver e propagar a fé que professa. Tal atitude contribui para eliminar barreiras e criar novos modos de pensar e agir, capazes de promover maior unidade em vista de um bem maior para a própria existência humana. Buscaremos evidenciar que a ausência do diálogo e de uma “teologia plural” pode gerar frutos danosos, que não convergem para práticas saudáveis nem para a edificação da dignidade humana.

Com base em autores como José Maria Vigil, Andrés Torres Queiruga, Faustino Teixeira, e Richard Bergeron, Hans Küng, bem como, documentos da Igreja e alguns avanços no campo do diálogo apresentados pelo Papa Francisco; através da hermenêutica transdisciplinar e partindo da tentativa de melhor compreensão do que vem a ser o diálogo inter-religioso, passando por elementos da fé cristã, mas recorrendo ao conhecimento de outras grandes religiões mundiais, contextualizando e aprofundando conceitos, fatos e atitudes concretas de diálogo, vamos vislumbrar caminhos viáveis e necessários para o avanço de uma fé madura e capaz de permanecer inserida na vida e na realidade concreta das pessoas, com possíveis respostas ou novos questionamentos ao alcance das exigências de nosso tempo, tão plural,

cientificista, mas ao mesmo tempo necessitado de posições e valores bem fundamentados numa ética sólida e saudável em vista de uma humanidade verdadeiramente livre e digna. Conforme exposto por Vigil (2006, p. 433), “um mundo mergulhado em guerras de algum modo religiosas é uma vergonha para as religiões, pois evidencia seu fracasso”. Os líderes religiosos têm, portanto, uma responsabilidade direta diante da realidade existencial e podem influir muito significativamente de forma positiva ou negativa. Como ressaltam alguns autores, em tempos de pluralidade religiosa, sem diálogo inter-religioso é impossível viver o Evangelho de Cristo ou uma humanidade harmoniosa.

Os discursos de universalidade cristã, isto é, o entendimento de que a revelação e salvação estão relacionadas a Jesus Cristo, é um princípio fundamental da teologia cristã. No entanto, a identidade católica ou cristã não deve promover ou contribuir com extremismos e intolerância, mas, pelo contrário, respeitar e reconhecer valores e até a existência de elementos salvíficos presentes em outras crenças e religiões. Aqui se encontra o cerne de nossa pesquisa: demonstrar que as convergências, não obstante as diferenças e controvérsias existentes entre as expressões religiosas, possibilitam traçar caminhos e ações comuns em prol do bem e da paz para a humanidade.

Nos deparamos, portanto, numa situação bem controversa, mas fundamental em vista do pluralismo religioso de nosso tempo e da necessidade cristã, sempre atual para os cristãos, do mandato de Cristo em anunciar a Boa Nova a todos. Ao mesmo tempo, a mensagem central de todas as religiões é de edificação e de busca de sentido e vida harmônica e feliz para o ser humano. Como manter-se fiel aos fundamentos da centralidade cristã e concomitantemente aproximar-se de outras religiões e crenças com abertura para o diálogo respeitoso e sincero sem preconceitos, intolerância ou postura de superioridade? Este é, portanto, nosso campo de investigação e aprofundamento, onde nos propomos alcançar novas compreensões e novas chaves de leitura fundamentais para questões concretas da vivência da fé em tempos tão conflituosos e desafiadores da religiosidade e das relações sociais como um todo.

Tendo como referência o pluralismo religioso diante das cinco maiores religiões do mundo, Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo, e Islamismo, os desafios são de uma magnitude enorme. A Teologia das Religiões ou Teologia do pluralismo religioso, isto é, uma teologia que reflete à luz da fé sobre o pluralismo religioso ou pluralidade das religiões, se encontra o fato de que a religião não seja apenas uma, senão muitas. Deus teria permitido e querido tal pluralidade? Ou seria fruto do erro humano? As outras religiões seriam falsas enquanto a nossa seria a verdadeira? Ou todas são iguais? (Vigil, 2006, p. 13). Esse tem sido o

campo da teologia do pluralismo religioso. Esse tema suscita um debate muito atual e vivo, enfrentando ainda censuras e destratos.

A compreensão cristã da verdade de fé em Jesus Cristo, como Verbo Encarnado, e único Mediador e Salvador precisa ser muito clara e analisada em suas diferentes possibilidades de entendimento. Sendo que, tal verdade não exclui os que nesta terra não expressam explicitamente sua fé no Redentor, Filho de Deus feito homem. Temos uma vasta bibliografia nos próprios documentos eclesiais com consonâncias e em outros casos discordâncias referentes ao conteúdo em questão, bem como escritos e reflexões mais atuais que fazem uma leitura aprofundada de uma teologia pluralista do cristianismo, podemos citar o teólogo José Maria Vigil a quem tomaremos como referencial teórico, além de outros já citados acima, todos estudiosos no campo de nossa pesquisa, eles aprofundam o tema da revelação, salvação, diálogo inter-religioso e a reflexão e proposição de uma ética mundial, em vista de uma atualização teológica que responda às exigências, mudanças e avanços da contemporaneidade. Por fim, nos enriquece grandemente pronunciamentos e gestos do Papa Francisco ao referir-se a temática do diálogo e aproximação inter-religiosa, incluindo uma visão integral do ser humano e de toda a criação. Papa Leão XIV igualmente sinaliza clara continuidade da postura e reflexão de Francisco.

O documento da Igreja *Dominus Iesus* apresenta essa necessidade de afirmação da fé católica:

Não se pretende tratar de forma orgânica a problemática da unicidade e universalidade salvífica do mistério de Jesus Cristo e da Igreja, nem apresentar soluções aos problemas e questões teológicas que são objecto (sic) de livre debate, mas voltar a expor a doutrina da fé católica em propósito, indicando, ao mesmo tempo, alguns problemas fundamentais que se mantêm abertos a ulteriores aprofundamentos, e confutar algumas posições errôneas ou ambíguas. É por isso que a Declaração retoma a doutrina contida nos anteriores documentos do Magistério, para reafirmar as verdades que constituem o património de fé da Igreja (DI 3).

O cristianismo, portanto, quer e tem tentado abrir-se ao diálogo profundo entre as religiões, bem como, a reflexão teológica em vista deste mesmo diálogo, mas preocupa-se em manter a sua doutrina, contexto que se torna um dos desafios para um maior avanço do diálogo e de uma teologia pluralista.

O Papa Francisco ainda como cardeal afirmava que “o diálogo envolve uma recepção calorosa e não uma condenação preventiva. Para dialogar é preciso saber abaixar as defesas, abrir as portas de sua casa e oferecer cordialidade” (Phan *apud* Bergoglio; Skorka, 2013, p. 14). Para o Papa Francisco, “o respeito profundo pelo outro, a vontade sincera de

aprender a partir de diferentes pontos de vista e a hospitalidade amigável são as virtudes necessárias para um diálogo genuíno de qualquer tipo” (Phan, 2021, p. 707). O teólogo Vigil desenvolve o que é chamado de regra de ouro: “cada pessoa religiosa e cada uma das instituições religiosas deve fazer a sua regra de ouro no campo de sua própria relação com as outras religiões: *não trates das outras religiões como não queres que tratem a sua*” (Vigil, 2006, p. 244). A *regra de ouro* é um dos pontos-chaves de fundamentação do nosso trabalho apresentado mais adiante.

Neste campo teológico das religiões, podemos ver com clareza três posições distintas, apresentadas por Vigil em seu livro *Teologia do pluralismo religioso*: a) O **Exclusivismo** tem a seguinte posição: há uma única e verdadeira religião, revelada por Deus, sendo a possuidora da verdade de modo exclusivo, sendo as outras religiões falsas ou simplesmente humanas, naturais, incapazes de salvar. Até a década de 1960 foi a posição dominante no cristianismo. b) O **Inclusivismo**. Afirma que a verdade e a salvação estão plenamente presentes numa determinada religião e também se fazem presentes, mesmo que de modo imperfeito em outras, todavia a verdade e a salvação passam necessariamente pela única religião verdadeira. O campo “teológico cristão” hoje identifica-se muito desta visão; Jesus Cristo conquistou plenamente a salvação para a humanidade, que a depositou em sua igreja, os não cristãos serão salvos também pelo poder de Cristo, de uma maneira que só Deus conhece. c) **Pluralismo**. Cada uma por si mesma e a seu modo, todas as religiões participam da salvação de Deus, esta é a posição teológica do pluralismo. Não há uma religião no centro, mas somente Deus. Em todas as religiões Deus sai ao encontro do ser humano, não sendo apenas uma religião privilegiada da qual todas as outras seriam devedoras ou subsidiárias. Isso implica numa mudança radical, esta é uma posição nova no mundo campo teológico cristão (Vigil, 2006, p. 63-64).

Não se pode mais ignorar a conjuntura atual, na qual as culturas e religiões são obrigadas a conviver. A diversidade cultural e religiosa se nos impõe, portanto, é uma grande novidade e que veio para ficar, somos a primeira geração em toda história da humanidade que se encontra nesta situação, vive-se hoje com raras exceções em ambientes religiosos realmente plurais. Poderia isso ser uma grande oportunidade? Somos desafiados a não incorrer em extremismos não correspondentes com a verdade evangélica de Cristo, ou verdades de outras crenças, mas a buscar reflexões que se transformem em formas concretas da vivência deste mesmo Evangelho, desses mesmos ensinamentos. “Como quereis que os outros vos façam, fazei também a eles” (Lc 6, 31) “só entrará no céu aquele que põe em prática a vontade do Pai” (Mt 7, 21). O desafio está posto, nos propomos a aprofundar na pesquisa com o intuito de alcançar possíveis respostas

e iluminar as reflexões de tão grande relevância para o cristianismo, as religiões e a civilização dos tempos hodiernos.

O referencial teórico de maior relevância, como já mencionado, foi o teólogo José Maria Vigil, sobretudo no seu livro intitulado: *Teologia do pluralismo religioso: para uma leitura pluralista do cristianismo*. Com grande experiência especializada em Espiritualidade, Teologia do Pluralismo e Epistemologia, entre outras especialidades e experiências, Ele nos guiará neste caminho desafiador, exigente, necessário, mas certamente cheio de novas conclusões e porque não dizer descobertas. Não poderíamos deixar de usar ainda em nossas referências documentos, conciliares e pós-conciliares, como por exemplo, *Gaudium Et Spes*, *Dominus Iesus*, *Nostra Aetate*, *Redemptoris Missio*, *Lumen Gentium* e ainda foi indispensável trazer posicionamentos, do saudoso pontífice, o Papa Francisco.

O Concílio Vaticano segundo é o grande marco em vista de uma teologia que vai ao encontro de outras crenças como caminho de abertura, na compreensão conciliar, o Deus cristão não é nem deve ser apenas na esfera dos que professam a fé cristã. Vejamos:

A única mediação do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma cooperação múltipla, que é participação na fonte única (LG 6). Se não se excluem mediações participadas de diversos tipos e ordem, todavia elas recebem significado e valor *unicamente* da de Cristo, e não podem ser entendidas como paralelas ou complementares desta (RM 5). O Verbo de Deus, por quem todas as coisas foram feitas, encarnou, a fim de, como homem perfeito, salvar a todos e recapitular todas as coisas. O Senhor é o fim da história humana, ‘o ponto para o qual tendem os desejos da história e da civilização’, o centro da humanidade, a alegria de todos os corações e a plenitude das suas aspirações. É aquele a quem o Pai ressuscitou dos mortos, exaltou e colocou à sua direita, constituindo-O juiz dos vivos e dos mortos (GS 45).

A *Dominus Iesus*, é um dos documentos que mais busca a clareza e os fundamentos da doutrina cristã. Logo no número 5 se encontra uma afirmação de que Jesus de uma vez por todas revelou a verdade divina em sua plenitude. Sendo Caminho, Verdade e Vida, começa-se, portanto, toda uma demonstração que não há caminho de Comunhão plena com Deus senão por meio de seu Filho Encarnado, para revelar o próprio Pai:

Há que reafirmar, antes de mais nada, o caráter definitivo e completo da revelação de Jesus Cristo. Deve, de fato, *crer-se firmemente* na afirmação de que no mistério de Jesus Cristo, Filho de Deus encarnado, que é ‘o caminho, a verdade e a vida’ (Jo, 14,6), dá-se a revelação da plenitude da verdade divina (DI 5).

Outro documento aprofunda o caráter definitivo e completo da revelação em Jesus Cristo, a compreensão da ação divina para além da pessoa de Cristo é igualmente reconhecida no cristianismo. Afirmações bem contundentes são encontradas na *Redemptoris Mission*:

O recente Magistério da Igreja recordou com firmeza e clareza a verdade de uma única economia divina: ‘A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas, as religiões [...]. Cristo ressuscitado, pela virtude do seu Espírito, atua já no coração dos homens [...]. É ainda o Espírito que infunde as ‘sementes do Verbo’, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo’. [...] O que o Espírito realiza no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica e não pode deixar de referir-se a Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, ‘a fim de, como Homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em Si todas as coisas’ (RM 28).

Conclui-se assim um posicionamento claro, portanto, de que “a ação do Espírito não se coloca fora ou ao lado da ação de Cristo. Trata-se de uma única economia salvífica de Deus Uno e Trino, realizada no mistério da Encarnação, Morte e Ressurreição do Filho de Deus” (RM 28). O Espírito Santo coopera para a salvação da humanidade inteira. “Os homens só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo, e sob a ação do Espírito” (RM 5).

Por outro lado, as atuais reflexões da Teologia do Pluralismo Religioso ou Teologia das Religiões suscitam novas reflexões, os cristãos dizem ter a primazia da salvação, no entanto, a realidade concreta clama por uma teologia que supere um crer que se coloca diante das outras crenças já com uma atitude ou olhar de superioridade. No diálogo, coloca-se disposto para aprender com o outro, para cooperar, para somar e não para medir forças ou provar alguma coisa. Há algo ainda maior ao aproximar-se do que crer diferente de mim. Aqui cabe apresentar algumas perguntas feitas por Vigil.

Há salvação fora de sua religião? É necessário converter ao cristianismo as pessoas de outras religiões para agradar a Deus? Como depois de dois mil anos, dois terços do mundo ainda não são cristãos? Quem teria falhado: Deus, as Igrejas, os missionários, os que chamávamos ‘infiéis’? Que se deveria fazer para acelerar a conversão do mundo à religião cristã? Ou basta que o mundo se converta a Jesus Cristo? Ou será que nem isso é imprescindível? (Vigil, 2006, p. 22).

Assim o autor acima vai elaborando toda uma reflexão e estudo no sentido de criar novos horizontes a respeito da teologia cristã, ante a realidade plural que se impõe a nós e ao nosso tempo. Forçosamente, não dá mais para não dialogar, para se fechar em sua própria doutrina e fechar-se à realidade ao seu redor. Continua a aprofundar o mesmo autor:

Aquela velha visão (tantas vezes simplesmente inconsciente, não expressa) do pluralismo religioso como um pluralismo apenas de fato e negativo, sem sentido, fadado a desaparecer, entrou em crise. Estende-se entre o povo cristão a sensação de que o pluralismo religioso não é negativo, mas sim positivo, ou seja, querido por Deus. Que uma religião se imponha sobre todas as outras, substituindo-as, não é mais visto como ideal (Vigil, 2006, p. 111).

Nosso autor referência continua a provocar a reflexão, e demonstrar avanços quanto a uma visão mais aberta perante a realidade salvífica:

No princípio, há várias décadas, o tema da salvação constituiu o centro da teologia das religiões. Há salvação nas outras religiões? Era a maior discussão. Hoje há um consenso com respeito a esse tema: já não há quem pense que não há salvação nas outras religiões. A grande questão em debate hoje em dia passou a ser a pluralidade das religiões, o pluralismo religioso (Vigil, 2006, p. 60).

Para tanto, uma análise das cinco maiores religiões mundiais identificando seus princípios éticos e sua mística, dito de outra forma, observando seus pontos comuns, numa tentativa de não nos fecharmos em um único viés, como detentores da verdade e dos princípios verdadeiros da fé em detrimento às outras expressões de fé existentes no mundo com seus contextos e suas histórias, nos introduzirá nessa temática e ambiente atraente, controverso, necessário e urgente.

Temos como objetivo maior: demonstrar que as controvérsias entre as religiões podem ser administradas e superadas pela inclusão, entre elas, do cuidado ético com a vida e a criação, podendo se dar numa atitude de aproximação e diálogo inter-religioso. Isto é, adentrar na história e doutrina de religiões consideradas hoje entre as mais importantes ou maiores no mundo, identificando semelhanças e diferenças nos seus ensinamentos, surgimentos e modos de viver a fé, unir esses conteúdos às atuais reflexões da Teologia das Religiões, baseando-se nos autores referenciados, pretende-se chegar a conclusões e análises capazes de novas compreensões e atitudes para o bem e a edificação do crer e do viver a fé, do existir humano e de todo o planeta.

Deste modo, expomos, em meio às especificidades das principais religiões, a centralidade da ética como objetivos comuns; para isso pesquisamos, de modo breve, mas buscando bem fundamentar as cinco religiões supracitadas buscando perceber a ética comum que perpassa todas essas crenças. No segundo momento, nos propomos analisar as novas releituras da temática do diálogo, tendo presente a Teologia do Pluralismo Religioso e tomando como referência o teólogo José Maria Vigil; nesse ponto são inúmeras as possibilidades de novas releituras, onde o autor procura seguir uma evolução lógica de seu pensamento com análises históricas e atuais para propor conclusões contundentes referentes ao tema em questão. Na sequência buscamos evidenciar, a partir das novas reflexões, as possibilidades de ações e modos de viver capazes de ir além dos elementos específicos de cada crença religiosa ou convicção espiritual; nessa etapa o percurso já é levado para termos chaves consequentes que

implicam posturas correspondentes, bem como, personalidades e proposições claras ante às reflexões e análises em questão.

Para se chegar aos resultados desejados, adotamos o método de pesquisa qualitativa, utilizando-se de análise de textos em processos analíticos transversais e transdisciplinar das diferentes compreensões religiosas, contextualizando os fenômenos religiosos em seu processo histórico, cultural e geográfico. Nesse intuito, com o estudo qualitativo, de forma transdisciplinar, através de pesquisas bibliográficas, expondo conteúdos e formando reflexões claras e contundentes, pretendemos, de tal forma, chegar a conclusões iluminadoras capazes de gerar atitudes novas frente ao anúncio da Boa Nova e o diálogo entre as religiões, bem como um olhar e ação mais acolhedora e humanizada tão necessárias na sociedade de nossos tempos.

A metodologia transdisciplinar, por nós adotada, nasce no século XX a partir das descobertas da física quântica, tendo como principal teórico o filósofo Stéphane Lupasco, consiste na conclusão de que a lógica clássica que até então explica a lógica da realidade, não consegue explicar fenômenos quânticos, visto que os opostos se complementam em dimensões atômicas. A filosofia do *terceiro incluído* fundamenta-se da seguinte forma: numa lógica capaz de reconciliar as coisas, na qual algo contraditório, pode ser visto como complementar; a lógica da complexidade inclusiva não exclui a lógica clássica, de modo que a razão passa de um nível ao outro numa fusão de saber e do ser. Os opostos não são eliminados, eles coexistem, não abolindo a lógica aristotélica do sim e do não, onde uma realidade nega a outra, pois além de dois termos há um terceiro incluído, permitindo o cruzamento de diferentes perspectivas, podendo haver um sistema coerente, mas ao mesmo tempo aberto, possibilitando uma melhor compreensão, tanto de fenômenos científicos, como no caso da física quântica, como também políticos, religiosos e sociais.

A lógica clássica está assim baseada: A é A, não A é não-A. Não existe um terceiro que possa ser A e não A ao mesmo tempo. Na lógica do terceiro incluído existe um terceiro termo T, que pode ser A e não-A ao mesmo tempo. Nicolescu Esclarece:

Trata-se antes de reconhecer que, em um mundo de interconexões irredutíveis (como o mundo quântico), realizar uma experiência ou interpretar os resultados experimentais reverte inevitavelmente em um recorte do real que afeta o próprio real. A entidade real pode, desse modo, mostrar aspectos contraditórios que são incompreensíveis, absurdos mesmo, do ponto de vista de uma lógica fundada sobre o postulado ‘ou isso ou aquilo’. Esses aspectos contraditórios deixam de ser absurdos em uma lógica fundada sobre o postulado ‘e isso e aquilo’, ou antes, ‘nem isso nem aquilo’ (Nicolescu, 2009, p. 35).

Dado, portanto, os elementos e temática em pesquisa, os objetivos, caminhos, autores, desdobramentos que se deram no decorrer dessa produção textual. Descrevemos de modo prático como se estrutura e se organiza nossa dissertação. Dividida em cinco partes, na primeira contém o conteúdo introdutório esta que está sendo lida e na última as considerações e argumentações finais.

No segundo momento, partimos do aprofundamento do conceito de religião, buscando entender o seu surgimento e os tipos de religião que se desenvolveram no decorrer da história, recorremos a dados estatísticos e na sequência fizemos uma síntese histórica e conceitual, procurando apresentar os conteúdos essenciais das cinco religiões mais influentes do mundo por nós pesquisadas. Tivemos sempre a preocupação de não deixar de fora a dimensão ética contida em cada uma para melhor identificar suas semelhanças fazendo ao final uma explanação das convergências e concluimos com uma breve referência à proposta de *ethos mundial* fundamentada por Hans Küng.

Na terceira etapa, analisamos a auto compreensão do cristianismo utilizando documentos eclesiais a tratar da universalidade cristã, chegando, assim, ao pensamento eclesial de cada tempo, recorremos a posições de outras religiões, objetando uma visão ampla dos dados fenomenológicos e sua implicância na prática religiosa. Em sequência, fizemos o contraponto com os estudos e reflexões da Teologia das Religiões mais atuais, com autores e escritos de grande relevância da atualidade e concluindo referências à elementos da “Teologia de Francisco” como iluminadora para os conceitos e conclusões da Teologia do Pluralismo Religioso.

No quarto momento, em continuidade com o até então abordado, aprofundamos o conceito de diálogo inter-religioso, sua relevância e centralidade para a vivência da fé em nossos tempos, fazendo referência e aprofundamento do termo *regra de ouro*, um versículo bíblico de cunho universal com um conteúdo que está presente e norteia, se não todas, mas a grande maioria das religiões e éticas filosóficas de diferentes épocas. A escrita continua convidando a uma autorreflexão de cada religião sobre seus próprios limites, na sequência apresenta todo um conteúdo inspirador deixado pelo saudoso Papa Francisco e conclui-se com a proposta de *ethos mundial* desenvolvida por Hans Küng.

Em suma, levando em conta as diversas variáveis e utilizando da hermenêutica e da epistemologia própria que a pesquisa exige, chegou-se a conclusões capazes de iluminar as questões postas como objeto de pesquisa, fazendo este contraponto entre o posicionamento religioso de outrora e da atualidade frente a reflexões atuais referentes a centralidade cristã e o pluralismo religioso, temáticas de alto grau de complexidade e ao mesmo tempo tão urgentes e

necessárias para a sociedade atual que se apresenta com tantas facetas de pensamentos, comportamentos, culturas e religiosidades.

2. A HISTORICIDADE DAS PRINCIPAIS RELIGIÕES DO MUNDO, SUA ÉTICA E SEUS OBJETIVOS COMUNS

Nos propomos descrever, neste capítulo, as especificidades contidas nas principais religiões do mundo, nos colocando inevitavelmente diante de algumas de suas controvérsias, mas sobretudo, suas identificações, semelhanças e proximidades, sobretudo no que refere-se à ética, haja vista, no mundo onde o pluralismo religioso se impõe cada vez mais, torna-se urgente, por parte das religiões e mesmo de cada ser humano, um esforço no sentido de aproximação ou mesmo ações e projetos comuns em vista de uma humanidade cada vez mais com dignidade humana.

Por longo tempo na história das religiões foi muito explorada a disputa, o embate, a tentativa de absolver ou conquistar mais adeptos, condenando as outras tradições de fé e apresentando propostas de uma religião mais elevada perante a outra, e, portanto, uma crença deveria se sobrepor a outra ou as demais. Nos propomos, entretanto, analisar e perceber que tal postura na verdade não alcança nem a supremacia de determinada religião e nem a edificação do ser humano na busca de sentido do seu próprio ser e consequentemente da profunda experiência com o divino. Entendemos que o melhor caminho para um verdadeiro crescimento espiritual e humanizador será a atitude dialogal, numa aprendizagem e crescimento recíprocos; neste sentido, sem sombra de dúvida, é importante conhecer a ética que perpassa às tradições religiosas e notarmos que há elementos basilares comuns em todas as religiões muito mais do que imaginamos, tal conhecimento e compreensão torna-se essencial para uma cultura dialogal e promoção da vida humana, de toda espécie de vida e do universo em que habitamos, independente das controvérsias religiosas.

Faz-se necessário, portanto, uma vista geral do que vem a ser religião, um olhar histórico quanto ao surgimento da religião ou das religiões, na sequência adentramos de modo mais abrangente na historicidade e conteúdo de cinco grandes religiões e com ênfase à centralidade ética, a partir de então, nos propomos analisar e perceber se há elementos relevantes que se possa chegar a conclusões capazes de unir muito mais que dividir, dentro de um ideal comum já existente nos seus princípios, sem implicar uma ruptura, mas quem sabe uma ampliação ou aprimoramento do objetivo maior: a edificação da pessoa humana e a experiência de plenitude da mesma humanidade.

2.1 O QUE É RELIGIÃO?

Compreender o que vem a ser de fato religião é fundamental para a compreensão e o estudo agora iniciado. A definição desse conceito envolve uma gama de complexidade, pois

implica em vários elementos intra e extra visão de um mesmo fenômeno. Não existe uma definição simples de religião que expresse todas as suas dimensões, levando tal conceito a uma diversidade de formulações. Geralmente encontra-se sua definição ligada ao termo “*religare*” do latim, (religar, ligar novamente) que significaria, culto, prática religiosa, cerimônia, lei divina; elementos que religariam o homem a Deus. Podendo, no entanto, limitar religião a apenas alguns aspectos e não o todo histórico da compreensão e conteúdo do tempo.

No campo das Ciências da Religião, investiga-se de uma perspectiva externa todas as religiões buscando semelhanças e diferenças fazendo a devida descrição de religião nem sempre completa e totalmente definida se levar em conta os sentimentos de um crente acerca de sua religião. Dentre as várias definições possíveis e já elaboradas apresentaremos algumas delas; a primeira é de um dos fundadores das Ciências da Religião, teólogo e especialista em história das religiões, o Holandês Cornelis Petrus Tiele, assim define:

A religião significa a relação entre o homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita ou do qual se sente dependente. Essa relação se expressa em emoções especiais (confiança, medo), conceitos (crença) e ações (culto e ética) (C.P. Tiele, 1830-1902 *apud* Gaarder; Hellern; Notaker, 2000, p. 17).

O indólogo e estudioso da religião, o alemão Helmuth von Glasenapp, assim descreve: “A religião é a convicção de que existem poderes transcendentais, pessoais ou impessoais, que atuam no mundo, e se expressam por insight, pensamento, sentimento, intenção e ação” (Helmuth von Glasenapp, 1891-1963 *apud* Gaarder; Hellern; Notaker, 2000, p. 17). O teólogo Richard Bergeron afirma de modo fascinante: “As religiões pretendem arrancar o ser humano de seu estado de desumanidade. Trata-se dos lugares estruturados em que a libertação e a humanização se realizam pelo estabelecimento de uma relação com o para além, o absoluto, o último” (Bergeron, 2009, p. 93). Vejamos outra definição apresentada pelos Teólogos e Cientistas da Religião Gilbraz Aragão e Maruilson Souza:

A experiência religiosa é sempre uma busca humana, frente à morte, às limitações e ao caos que nos rondam e mitigam a saúde. É busca e projeção de transcendência, entre e para além de nós, que, quem alcança, interpreta como manifestação poderosa e mais-que-humana de sentido, de uma outra realidade que nos antecede e ultrapassa, extraordinária e quase indizível, que se tenta comunicar por símbolos, narrativas mitológicas, rituais litúrgicos, com consequências éticas e interditos morais... A religião é paixão, paixão infinita e sentimento oceânico, é amor pelo ideal em confronto com a realidade, é força estruturante e significativa dos dados e fatos, construída pela matriz valorativa da consciência. A experiência religiosa deve ser razoável, mas está para além da razão, é exercício do desejo humano frente ao reconhecimento de pouco poder para a gente ser na vida, é uma imaginativa e sentimental antecipação do real (ainda) inexistente (Aragão e Souza, 2023, p. 52-53).

O Teólogo Elias Wolff utilizando-se da definição feita pelo antropólogo e sociólogo Émile Durkheim apresenta a seguinte definição: “conjuntos de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, vividas individual e coletivamente, de modo a modelar convicções e padrões de comportamento” (Wolff, 2016, p. 20).

Podemos concluir que a religião é a realidade do ser/existir do próprio ser humano, mesmo os que se dizem sem religião, ateus ou não professam explicitamente uma fé, a vida permanece cheia de mistérios, é justamente esse existir sem respostas satisfatórias para tantas dimensões existenciais que faz surgir a resposta religiosa; existe algo, por mais incoerente que pareça para os mais céticos, que só uma atitude de fé, uma crença para além do que a razão consegue chegar, pode responder. Logo, ser religioso é intrínseco ao ser humano, ao ser pessoa, ao ser gente. Religião é a resposta que o ser humano não encontra em outra dimensão, mesmo que os descrentes chamem isso de “ilusão”. Para os crentes isto é a resposta do divino, o qual existe para além de nós e vem ao nosso encontro e plenifica o nosso sentido de viver e existir.

Portanto, para além de qualquer definição, crença ou descrença, a religião, ou as religiões, são igualmente parte fundamental do existir humano, e como tal, mesmo nas diferentes tradições religiosas e suas múltiplas doutrinas ou formas de religiosidade, são fundamentais para a edificação e o verdadeiro sentido do existir humano. Neste ínterim com o avanço da tecnologia, sobretudo da comunicação e da mobilidade humana, não há outro caminho a não ser reconhecer a necessidade de um diálogo tão profundo capaz de nos colocarmos numa compreensão múltipla e universal naquele que dá sentido ao existir. Pois, segundo Wolff a finalidade da religião é: “manter vivo o sentido maior e último da existência que está para além da própria existência (o Outro, o Infinito, a Realidade Última, o Espírito Absoluto, Deus)” (Wolff, 2016, p. 21). Mais do que “brigar” ou disputar a melhor ou mais verdadeira religião é nos colocar como aprendizes de um mesmo fenômeno, de uma mesma inspiração, em busca de compreensão de um mesmo Mistério, de um mesmo Deus.

Continuemos nosso aprofundamento! Como surgiram as religiões? Podemos afirmar, o que faz nascer a religião é a necessidade do ser humano de encontrar respostas para perguntas existências: *quem sou eu? Como o mundo surgiu? Para onde vamos? Existe um Deus?* Na obra *O Livro das Religiões* de Gaarder, Hellern e Notaker, afirma-se que na base de todas as religiões, estão as questões existenciais:

Muitas questões existenciais são bastante gerais e surgem em todas as culturas. Embora nem sempre sejam expressas de maneira tão sucintas, elas formam a base de todas as religiões. Não existe nenhuma raça ou tribo de que haja registro que não tenha tido algum tipo de religião (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 8).

A espécie humana, portanto, ao desenvolver a capacidade racional, pergunta-se sobre o que acontece ao seu redor, sobre si mesmo e sobre o sentido das coisas e do existir, neste “evoluir” humano nasce o pensamento ou a crença religiosa. Um dos modos de compreender o emergir da religião parte da suposição de que logo o homem começou a ver as coisas existentes ao seu redor como animadas; os animais, as plantas, o sol, a lua, as estrelas eram animadas por espíritos, fazendo-se, inclusive, certos ritos para uma harmonização. A essa forma religiosa o antropólogo E. B. Tylor denominou *animismo* (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 15).

Nesse período os indivíduos faziam associações entre divindades e fenômenos naturais específicos e toda uma cosmologia para explicar o funcionamento do universo. Nasce igualmente em quase todas as culturas alguma história da criação, geralmente com analogia a reprodução humana: “uma deusa-mãe deu à luz o mundo, em alguns casos com a ajuda de um deus-pai. Às vezes essas divindades parentais eram personificadas como animais ou elementos fundamentais da natureza – rios, mar, Mãe Terra, Pai Céu” (Werner 2016, p. 20). Florescendo, assim o que se denomina de mitologia, na verdade, a criação de mitos, ou divindades mitológicas é universal entre as culturas humanas, uma necessidade, sendo vitais para manter certo padrão de vida grupal (Noss; Grangaard, 2023, p. 27-28).

Aqui não caberia uma análise mais aprofundada de todo esse conteúdo mitológico presente nas religiões pré-históricas ou primas (primas no sentido de terem surgido primeiro). Como já citamos, cada povo, cada cultura, em diferentes geografias desenvolveu um certo grau de religiosidade, naturalmente, não como as principais religiões que conhecemos hoje. Os autores do livro *Histórias das Religiões Mundiais*, ao referirem-se à religião da antiga Grécia afirmam:

Eles não pensavam nas divindades em quem mais confiavam como transcendentais e distanciadas. Ao invés disso, elas estavam muito perto e ao seu alcance, tão perto como a lareira (Héstia), a *herma* ou pedra marcadora de limites de fronteira (Hermes), os santuários na frente da casa, que eram talvez para Apolo das estradas; ou então os jarros largos nos depósitos, sagrados para Zeus Ktésios (guardião das posses da família) e o pátio guardado por Zeus Herkeios (Noss e Grangaard, 2023, p. 72).

2.1.1 Tipos de religião

Nas Ciências da Religião há uma divisão de religiões em três categorias, coincidentes com três tipos de sociedade. Vejamos por ordem:

Religiões Primais, chamada por estudiosos de religiões primitivas, e encontradas nas culturas ainda sem escrita, por exemplo, nas tribos da África, Ásia, Américas do Norte e do Sul e Polinésia. Destacando-se nestas religiões a crença em miríade de forças, com culto aos

antepassados e ritos de passagem; normalmente, o líder religioso (sacerdote) exerce a liderança política da tribo, os deuses e espíritos seriam capazes de controlar a vida no dia a dia, sendo a vida social inseparável da comunidade religiosa. *Religiões Nacionais*, hoje ainda há vestígios delas no xintoísmo Japonês, mas incluem as religiões germânica, grega, egípcia e assírio babilônica e já não são mais praticadas. O politeísmo é bem típico nessas religiões com hierarquia e organização entre os deuses; tem sacerdotes, rituais e templos. culto sacrificial é básico; há uma mitologia bem desenvolvida, os deuses são quem escolhem o chefe da nação (monarquia sacra). *Religiões Mundiais*, estas, se impõem como validade mundial, isto é para toda humanidade. Também conhecidas como religiões universais. O monoteísmo é sua maior característica (um só Deus), e surgiram no oriente médio. A relação do indivíduo com Deus e sua própria salvação tem muito peso, a meditação e a oração têm mais significância do que a dimensão do sacrifício se diferenciando das religiões nacionais. Moisés, Buda, Lao-Tse, Jesus, Maomé são considerados os criadores das religiões mundiais e são tidos como profetas. Uma vai surgindo da outra e nem sempre é fácil identificar os limites entre estes três tipos de religião (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 38-39).

No decorrer da história, à medida que as sociedades foram se desenvolvendo, as religiões também foram se estruturando e se tornando mais complexas, nasceram mitologias, deuses e rituais, refletindo a cultura e organização social dos povos. Dentro deste processo de estruturação e sofisticação nascem, portanto, as maiores religiões mundiais, as quais conhecemos hoje. Destacamos o Cristianismo, Islamismo, Hinduísmo e Budismo sendo as quatro com maior número de seguidores e o Judaísmo pela sua importância histórica, visto que dela derivaram as duas religiões com mais seguidores atualmente: o Cristianismo e o Islamismo. Apresentamos um quadro com os dados do surgimento e seguidores de cada uma delas para uma boa visão de conjunto.

Ano de surgimento e número de seguidores das religiões pesquisadas

RELIGIÕES	Data de surgimento	Nº de seguidores	Porcentagem
Hinduísmo	1700 anos AEC	1,15 bilhão	14,28%
Judaísmo	2000 anos AEC	14,5 milhões	0,18%
Budismo	563 anos AEC	521 milhões	6,41%
Cristianismo	século I da EC	2,4 bilhões	29,81%
Islamismo	Ano 610 da EC	1,9 bilhão	24,61%

(Fonte: *O livro das Religiões*, Werner, 2016. p. 9-10; pt.wikipedia.org, 2025).

Tanto as datas quanto os números de seguidores são informações aproximadas, outros historiadores inclusive trazem algumas variações quanto as referidas datas da tabela acima. Os dados dos membros das religiões foram retirados do site pt.wikipedia.org (2025) sendo estimativas aderentes do ano de 2019.

Dois aspectos merecem destaque: primeiro, o período em que surgem as grandes religiões, indo de aproximadamente 2000 AEC¹ a 610 da EC, em apenas um espaço que pode variar em dois mil a dois mil e quinhentos anos surgem as maiores religiões do mundo, ainda dentro deste período surgem também outras religiões que não estão entre as 5 apresentadas, somado a isso, o nascimento e ascensão da filosofia grega se dá entre os séculos VI a II AEC. O segundo aspecto é notar que apenas as quatro maiores religiões do mundo concentram cerca de 75% da população religiosa mundial, ou seja, mesmo em tempos que se fala no declínio das religiões as quatro maiores religiões do mundo concentram três quartos da população religiosa mundial.

2.2 BREVE SÍNTESE DAS CINCO MAIS INFLUENTES RELIGIÕES DO MUNDO

2.2.1 Hinduísmo

A palavra hinduísta vem da palavra indiano. Sendo a principal religião na Índia é praticada por mais de 1,15 bilhão de pessoas em todo o mundo, segundo a fonte citada acima. Algumas fontes datam o seu surgimento por volta de 1700 AEC, outras optam por 1500 AEC, sendo a mais antiga das religiões mundiais, na região do subcontinente indiano, e se transformou, ao longo dos milênios, no atual hinduísmo, diferentemente das outras religiões (budismo, cristianismo e islã) não tem um fundador, não tem credo, nem uma organização própria, é expressada num modo imensamente diverso. Sua origem remonta as religiões indo-europeias como germânica, romana e grega, como atesta o livro dos *Vedas*, livro sagrado do hinduísmo com partes datadas de 1500 AEC. Apesar de sua diversidade e complexidade estudiosos apresentam uma compreensão de unidade, “Apesar de sua complexidade, ainda se pode experimentar o hinduísmo como um todo” (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 42).

A crença hinduísta é em forma de politeísmo organizado, de cunho naturalista; a fecundidade era divinizada e havia entre os povos originários cultivo de um animismo muito vinculado à terra; com o tempo, foi se consolidando a tendência para formas religiosas menos abstratas e mais aproximadas do ser humano e, surgindo, desse modo, a fé em um deus pessoal

¹ Historiadores, pesquisadores e teólogos atuais preferem à expressão “antes da era Comum (AEC) e era Comum (EC)” em vez de antes e depois de Cristo, em vista de uma linguagem mais universal e não apenas no âmbito cristão. Portanto, adotar-se-á a expressão era comum em lugar de era cristã.

(teísmo), com ênfase ao amor cheio de interesse pela humanidade (*Krishna*). A alma indiana oscila entre estas três características: O politeísmo mais complexo, o monismo mais rígido e o teísmo cheio de luz e de calor, são as três características oscilantes (Morais, 2011, p. 562).

Uma crença fundamental do hinduísmo é o carma e a reencarnação, tendo como conceito-chave de que o homem tem uma alma imortal que não envelhece nem morre, ou seja, depois da morte de um indivíduo sua alma nasce numa nova criatura vidente, pode renascer numa classe de “vida melhor ou pior” (as chamadas castas) ou mesmo num animal. O carma fundamenta este modo de pensar: somente as ações de uma vida é que formam a base para a próxima (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 46). Os mesmos autores continuam:

O hinduísmo não reconhece nenhum “destino cego”, nem divina providência. A responsabilidade pela vida do hinduísta no dia de hoje – e por sua próxima encarnação – será sempre dele. O homem colhe aquilo que semeou. Os resultados das ações – ou frutos de uma vida – derivam dessas ações automaticamente. Poderíamos dizer que a transmigração está sujeita à lei da causa e efeito (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 46).

Como se ver, o que a pessoa experimenta nesta vida é resultado da vida anterior, se saudável ou doente, rico ou pobre, se passa por alegrias ou tristezas, assim, se explica as diferenças entre as pessoas.

Os princípios fundamentais do hinduísmo auxiliam uma ética que tem a vida como centro: Dharman, isto é, o modo de ser e a eficiência natural das coisas terrenas e divinas; o hinduísmo concebe a alma como “parte integrante do cosmo” e, não, como “ser criado no tempo”; *Rita* entende-se como correspondente ao grego “cosmos” e tem o equivalência de uma força primordial, que mantém a o equilíbrio entre as coisas divinas e terrenas, *Brahman* é a essência do sagrado; “tudo que é subjetivo, todo o mundo interior da razão, sentimento, vontade e consciência própria, com os quais o mais íntimo do próprio ser é identificado” (Noss e Grangaard, 2023, p. 137), ele compõe a *trimurti* (trindade - *Brahma*, *Vishnu*, *Shiva*): *Brahma* é deus criador, *Vishnu* é deus solar, conservador, guardião do *dharma* a divindade da ordem cósmica e social, *Shiva* é o senhor da vida e da morte, o deus renovador. *Âtman* equivale a alma, reflexo da consciência universal representando a consciência individual, *Manâs* é o espírito; intermediário entre a alma e o corpo é um dos três elementos constitutivos do ser humano (*sharira*); é representado pela inteligência e imaginação e localiza-se no cérebro (Morais, 2011, p. 562).

A religião hinduísta é, fortemente ética, mesmo sem apresentar uma doutrina racionalmente estruturada: leva o homem a prática de uma elevada espiritualidade, que acaba em definitivo toda a ação violenta, isso introduziu os indianos em uma elevada moral social,

com a vivência da castidade, veracidade, compaixão, piedade e, principalmente, da “não-violência” (*ahimsā*). De grande valor místico é a prática da meditação. As seitas, que revelam um pan-en-teísmo, isto é, tudo em Deus, a existência das *sampradāya* é outra característica e ainda *Vishnu* o deus que assume várias formas da natureza animal. Os hinduístas acreditam em tudo ter surgido do esquatejamento do Uno (emanação) e não de um Deus Uno (Morais, 2011, p. 563).

Sobre o costume concreto há algo interessante a ser destacado, para os hinduístas o fazer é mais importante que o crer, o costume concreto é mais importante do que a ortodoxia, o rito é mais importante do que o conteúdo religioso, assim aparece novamente uma ética comum mesmo na diversidade. Todos têm responsabilidades, para com sua família, sua casta, sua comunidade, mesmo que estas responsabilidades ou normas sejam diferentes para cada um dependendo da casta a que pertença (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 55).

Outro aspecto ainda a considerar é referente à mulher, a qual, tem um papel muito controverso, tanto em sentido espiritual, como socialmente. O livro dos Vedas chega a comparar a mulher ao homem “iguais com as rodas da carroça”, por outro lado, há um antigo livro indiano afirmando que “assim como o serviço doméstico e o estudo é para o menino a menina deve obedecer ao seu marido, ajuda-lo em seus deveres e ser ensinada por ele”. Geralmente na Índia as mulheres são consideradas “propriedade” do marido, no entanto, a Índia foi o primeiro país a ter uma mulher como primeiro-ministro. É possível encontrar notável influencia pública, por parte de muitas mulheres. Vale ressaltar ainda que há numerosas divindades femininas e cultos a deusas mulheres na Índia, o que pode favorecer-las na elevação de suas consciências (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 55).

2.2.2 Budismo

Guatama é o nome do fundador do Budismo, ele viveu no Nordeste da Índia por volta dos anos 560 a 480 AEC. Logo, o Budismo nasce dentro do contexto da religião hinduísta, tendo muitos conceitos comuns, como reencarnação, carma e salvação. Segundo relato lendário, Guatama teria sido um príncipe que foi protegido do mundo vivendo apenas dentro dos muros do palácio com fartura, luxo e prazeres, mas aos 29 anos ele teria conhecido o mundo para além dos muros do palácio em que vivia e ao ter contato com a realidade do sofrimento presente no mundo, percebeu que a riqueza e o prazer que ele vivia lhe dava uma existência vazia e sem sentido, abandonou a vida do palácio e inquieto e se perguntando se existiria algo transcendesse a velhice, a doença e a morte. Sentiu-se chamado a livrar a humanidade do sofrimento e uma

grande compaixão. Embarcou, todavia, em uma jornada espiritual em busca da verdade e do significado da existência (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 56).

Depois de ter abundância passou a viver o contrário: exercícios ascéticos. Após anos de busca da salvação e meditação, alcançou a iluminação (*bodhi*) debaixo de uma figueira, aos 35 anos, após seis anos de exercícios ascéticos, tornando-se o Buda, ou “o iluminado”. Concluiu que todo o sofrimento existente é causado pelo desejo. Para escapar de outras encarnações, só será possível suprimindo o desejo. Nesta iluminação ganhou a compreensão de uma realidade que não é transitória, uma realidade absoluta acima do tempo e do espaço: *nirvana* - estado de libertação do ciclo interminável de sofrimento e renascimento, o Buda dominara o desejo de viver que o atava a existência, o que o fez parar de produzir carma e de prender-se a lei do renascimento. Ele conseguira a sua salvação, pois poderia abandonar o mundo e entrar no nirvana final. Porém o Deus *Brahma* suplicou para que ele difundisse seus ensinamentos, mais uma vez Buda sentiu compaixão pelos outros seres humanos e todos os seres vivos. Ele decidiu, desse modo, tornar-se o guia de todos os seres humanos e abrir a “porta da eternidade” (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 56-57).

Os ensinamentos do Budismo consistem em um caminho de superação do sofrimento para atingir o *nirvana*, isto é, por meio da disciplina mental e forma correta de vida se alcança um estado total de plenitude e paz, dito de outro modo, a meta do budismo consiste em apagar o fogo das paixões e a extinção do ego, não necessitar mais reencarnar; alcançar a paz absoluta e a iluminação. Vejamos outros conceitos éticos do budismo além do *nirvana*: Sofrimento, suas causas e soluções; as Quatro Nobres Verdades (relativas ao sofrimento); as *Dhyâna-Bodhisattvas*, o Budismo prega a reflexão, a ascese que é capaz de controlar os impulsos vitais que atuam como forças cósmicas no mundo fenomenológico; pois é o apego à vida que gera a dor, busca-se, portanto, extinguir esse apego e uma vida de moderação (Moraes, 2011, p. 564).

Descreveremos, de forma breve, sobre as quatro nobres verdades sobre o sofrimento. Elas foram apresentadas após Buda experimentar a iluminação em baixo da figueira. As nobres verdades demonstram que tudo é sofrimento; que o desejo é a causa do sofrimento, logo, o sofrimento cessa quando o desejo cessa. A Primeira: é a existência do sofrimento; a segunda: a origem do sofrimento; a terceira: a cessação do sofrimento; e a quarta: o caminho que conduz à cessação do sofrimento. Os autores Gaarder, Hellern e Notaker, no livro *História das Religiões*, definem de modo claro:

A primeira nobre verdade determina que tudo no mundo é sofrimento. Nascer é sofrer, envelhecer é sofrer, morrer é sofrer, estar unido com aquilo que não gostamos é sofrer, separarmo-nos daquilo que amamos é sofrer, não conseguir o que queremos é sofrer”. Em termos budistas o sofrimento implica mais que

um desconforto físico e psicológico. Pode-se dizer que a existência como um todo é manchada pelo sofrimento, pois tudo é passageiro. A pessoa que não consegue perceber que o mundo, do ponto de vista humano, é inadequado é uma pessoa cega. Mas isso não significa que o budismo negue toda felicidade material e mental. Ele reconhece que existe alegria tanto na família como no mosteiro. Todavia, tudo aquilo que amamos e a que nos apegamos simplesmente não vai durar[...] Na segunda nobre verdade, Buda afirma que o sofrimento é causado pelo desejo do ser humano. O desejo implica sobretudo desejar com os sentidos, a sede de prazeres físicos. Como essa ânsia nunca pode ser plenamente saciada, ela sempre irá acarretar um sentimento de desprazer. Até mesmo o desejo de sobrevivência do ser humano contribui para manter o sofrimento. Enquanto ele se apegar à vida – e continuar acreditando que tem uma alma – irá perceber o mundo como sofrimento. O budismo também rejeita o extremo oposto. O desejo de anulação – ou desejo de morrer – igualmente amarra o ser humano à existência (...) Tirar a própria vida não resolve nada no budismo. Isso não irá libertar a pessoa do eterno ciclo[...] A terceira nobre verdade é que o sofrimento pode ser levado ao fim. Isso acontece quando o desejo cessa. E quando o desejo cessa, começa o nirvana. Um pré-requisito necessário para suprimir o desejo é que a ignorância do homem deve ser enfrentada, pois ela é causadora do desejo. Assim, só o homem que não enxerga sente desejo. A ignorância leva ao desejo, o desejo leva à atividade, a atividade traz consigo o renascimento, e o renascimento origina mais ignorância. Aqui se descreve um círculo vicioso, e para que este círculo vicioso – ou “corrente da casualidade” – seja rompido, o homem deve atacar a raiz do problema: sua própria ignorância[...] Na quarta nobre verdade afirma que o homem pode ser libertado do sofrimento – e do renascimento – seguindo o caminho das oito vias (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 60-61).

Ao explicar as quatro nobres verdades vemos agora a necessidade de expor as oito vias para alcançar a libertação do sofrimento, apresentaremos de modo sucinto:

1. Visão Correta: Entender a natureza da realidade, incluindo as Quatro Nobres Verdades, isto é, sofrimento, causa do sofrimento, cessação do sofrimento e caminho para a cessação do sofrimento;
2. Pensamento Correto: Cultivar pensamentos de amor-compaixão, generosidade e ausência de aversão;
3. Fala Correta: Evitar mentiras, calúnias, palavras duras e conversas inúteis, e em vez disso, falar com verdade, delicadeza e utilidade;
4. Ação Correta: Evitar atos que causam mal como matar, roubar, conduta sexual inadequada e uso de substâncias que prejudicam a mente e o corpo, e em vez disso, praticar atos virtuosos como bondade, honestidade e responsabilidade;
5. Meio de Vida Correto: Ter uma profissão que não cause danos a si mesmo ou a outros, e que contribua para o bem-estar das pessoas;
6. Esforço Correto: Desenvolver qualidades positivas como coragem, determinação e entusiasmo, e abandonar qualidades negativas como preguiça, indolência e tristeza;
7. Atenção Correta: Praticar a atenção plena e a consciência do momento presente, observando os pensamentos, emoções e sensações sem julgamento;
8. Concentração Correta: Desenvolver a capacidade de

concentração e foco mental, através da prática da meditação e da contemplação (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 62-64).

O caminho das oito vias para a libertação do sofrimento exige, no entanto, prática e perseverança, pois é um processo gradual e contínuo.

Um aspecto que merece destaque é chamado de os cinco mandamentos: são regras de conduta para vida diária: 1 – Não fazer mal a nenhuma criatura viva; 1 – Não tomar aquilo que não lhe foi dado (não roubar); 3 – Não se comportar de modo irresponsável nos prazeres sensuais; 4 – Não falar falsidades; 5 – Não se entorpecer com álcool ou drogas. Apesar de tais normas, não há superior capaz de dar ordens à humanidade sobre como viver na concepção budista. Por isso, as formulações são da seguinte forma: “tentarei ensinar a mim mesmo a não fazer mal a nenhuma criatura viva” (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 66).

A partir do que foi exposto até então, podemos afirmar que a ética budista tem como centro o amor e a compaixão. Os sentimentos e afetos são importantes e não só as ações. A caridade que realizamos enobrece ao nosso próprio caráter, mas igualmente afeta os outros. Há um caminho ético muito claro em todo o ensinamento do Budismo, desde a dimensão pessoal e social.

2.2.3 Judaísmo

Segundo Camila Werner, a origem do judaísmo se dá a partir das crenças do povo de Canaã, no sul do Oriente Médio numa estreita ligação com a história do povo Judeu. A era dos primeiros patriarcas, Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacó situa-se entre os anos 2000 a 1500 AEC (Werner, 2016, p. 168). Além de uma comunidade religiosa o judaísmo é igualmente uma comunidade étnica, tem suas origens em um povo específico, o povo hebreu, o povo da Judéia, uma das razões do nome Judeu estaria ligado a Judéia. A religião tem como característica o fato de ser intimamente ligada a história. A bíblia hebraica narra uma crença bem definida numa aliança entre Deus e o povo hebreu, um pacto com seu povo escolhido. As narrativas bíblicas apresentam uma série de relatos dramáticos que ilustram as consequências da inclinação do ser humano ao pecado e do desejo de se rebelar contra Deus. Os fatos começam com a expulsão de Adão e Eva do paraíso e seguem com o dilúvio que destrói o mundo inteiro, Sodoma e Gomorra, cidades sem Deus são destruídas, a derrubada da torre de Babel, tudo isso demonstra a tentativa humana de se rebelar contra Deus (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 105-106).

Abraão e Moisés são duas das figuras mais importantes do judaísmo. Abraão saiu de Ur cidade no atual Sul do Iraque por volta de 1800 AEC. É o próprio Deus que chama Abraão: “Sai-te da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que te mostrarei. Eu farei

de ti um grande povo, eu abençoar-te-ei e engrandecerei teu nome; sê uma bênção!” (Gn 12, 1-2). Depois da batalha do neto de Abraão, chamado Jacó com o anjo de Deus. Ele recebeu do anjo o nome de Israel (aquele que venceu a Deus). Tempos depois, formaram-se as doze tribos de Israel lideradas pelos doze filhos de Jacó. Os israelitas, no entanto, foram parar no Egito, onde foram escravizados pelos faraós. A história de José, um dos filhos de Jacó, narra como se deu a ida para o Egito. Já a saída ou libertação do Egito acontece pela intervenção de Moisés, que depois de quarenta anos pelo deserto, chegaram a Canaã, a Terra Prometida. Deus (Javé) deu a Moisés, durante a travessia do deserto, no Monte Sinai, as tábuas da lei com os dez mandamentos a que os filhos de Israel deveriam obedecer. Um pacto foi firmado: os israelitas deveriam reconhecer a existência de um só Deus e em troca se tornariam o povo escolhido de Deus. Seriam defendidos e apoiados por Deus desde que cumprissem o pacto e obedecessem às leis de Deus (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 106-107).

Ganha especial importância para nosso estudo o conteúdo do decálogo, isto é, os dez mandamentos. Na Torá ele aparece em duas passagens, primeiro em Ex 20, 2-17 e em Dt 5, 6-21, com nuances diferentes, mas com mesmo conteúdo central. Vejamos de modo sintético: 1. Eu sou o Senhor, teu Deus, que te libertou da terra do Egito, da casa da servidão. 2. Não terás outros deuses diante de minha presença. 3. Não jurarás pelo nome do Senhor teu Deus em juramento vão. 4. Lembra-te do dia de sábado, para santificá-lo. 5. Honrarás teu pai e tua mãe, para que se prolonguem teus dias sobre a terra. 6. Não matarás. 7. Não adulterarás. 8. Não furtarás. 9. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. 10. Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, e seu servo, e sua serva, e seu boi, e seu asno, e tudo que seja teu próximo.

Fica evidenciado, portanto, muito além de um compromisso religioso ou um pacto do divino com o humano, é apresentado um verdadeiro tratado ético, indo além de normas religiosas ou de crenças, mas implicando diretamente no modo de viver e agir das pessoas, no qual vai se basear toda a descendência de Israel, talvez pela sua síntese objetiva e clara abrangendo as principais dimensões da pessoa humana e das relações sociais e religiosas. Até hoje o decálogo norteia, de modo mais direto, ou com suas diferenças e adaptações as três maiores religiões monoteístas do mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo.

Dando continuidade ao percurso histórico do povo de Israel, com o passar do tempo, por volta do ano 1000 AEC foi introduzido o regime da monarquia tendo seu maior apogeu o período dos reinados de Davi e Salomão (séc. X, AEC). Neste período foi construído o grande templo em Jerusalém tornando-se o centro da fé dos israelitas, para lá se peregrinava, igualmente lá, eram oferecidos os sacrifícios, sendo em parte oferenda a Deus e em parte

expição pelas culpas, tendo suas regras para acontecer. Por um período o Reino de Israel foi dividido em dois Reinados, do Sul (Reino de Judá) e do Norte (Reino de Israel). Houve vários embates de outros povos com os Israelitas. Sendo muito marcante a conquista dos babilônicos no ano de 587 AEC, onde grande parte da população, sobretudo as de maior importância social ou religiosa, foi forçada viver no exílio em Babilônia. Em 539 AEC, entretanto, foi permitido o retorno dos que assim desejavam regressar a sua terra natal. Foi justamente depois do retorno da Babilônia que se desenvolveu o que chamamos hoje de Judaísmo (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 108).

O Templo que antes era o centro da fé dos israelitas, com o exílio surgiu a necessidade da vida na sinagoga como núcleo do judaísmo, uma vez que já não tinham o templo onde orar. Ao voltar do exílio foram construídas sinagogas em várias cidades. O templo foi reerguido, os sacerdotes tinham uma grande importância, porque eram os intérpretes das Escrituras, o sumo sacerdote era o líder do Sinédrio, conselho dos anciãos que tomavam decisões importantes. Mas em no ano 70 da EC o esplêndido templo construído pelo rei Herodes foi outra vez destruído, predominando ainda mais o judaísmo centrado nas sinagogas. Um aspecto marcante da religião judaica é a espera do Messias. Uma espera que vem de milhares de anos, Ele viria para instaurar um reino de paz na terra. As raízes históricas dessa expectativa, é do tempo do reinado de Davi, tempo de grandioso para Israel. A palavra Messias significa “o ungido”, desde o exílio babilônico os judeus alimentaram a esperança e crença de que chegaria um novo Rei da descendência de Davi, um rei ideal que iria restabelecer Israel como uma grande potência com um povo em eterna felicidade. Hoje a expectativa da chegada do Messias ainda é presente em muitos judeus. Mas muitos não pensam mais como uma pessoa e sim uma “era messiânica”: um estado de paz na Terra, com Israel assumindo papel de destaque (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 111).

Como já visto o fundamento principal do judaísmo está nas Sagradas Escrituras, é o seu livro sagrado, contendo textos de natureza histórica, literária e religiosa. A Bíblia judaica corresponde ao Primeiro Testamento, contém 24 livros e foi fixada por volta do ano 100 da EC. Divide-se em três grupos: **A Lei (Torá)** – os cinco livros de Moisés (ou Pentateuco), eram considerados pelos judeus um só conjunto e chamados de “A Lei”, nela estava as normas judaicas legais e morais, bem como o que se referia ao culto. **Os profetas (Neviim)** – são chamados de proféticos ou históricos, costumam considerar os acontecimentos políticos uma expressão de relação entre Deus e os israelitas. Nesta relação ao agir de acordo com a vontade de Deus traz bênçãos e a desobediência traz desgraça e dor. Os profetas falam em nome de Deus, como enviados do próprio Deus para comunicar os seus desígnios, condenavam a

injustiça, o abandono aos pobres, a idolatria. Vários profetas deram mais ênfase à justiça e aos ideais éticos do que preocupações extremas com cultos e sacrifícios. Podemos conferir em Isaías: “Que me importam vossos inúmeros sacrifícios? [...] Basta de trazer-me oferendas vãs: elas são para mim um incenso abominável... Tirai da minha vista as vossas más ações! Cessai de praticar o mal, aprendei a fazer o bem” (Is 1). **Os escritos** (*ketuvim*) – os demais livros, neste grupo estão os chamados livros poéticos tendo os salmos com maior importância histórica, foram compostos sobretudo para o serviço e festas do templo, sua maior parte é atribuído a autoria do rei Davi (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 112).

Além do livro da Torá os Judeus possuem o *Talmud*, a palavra significa “estudo”, contém leis, regras, preceitos morais, comentários e opiniões legais, além de histórias e lendas que discutem esse conteúdo. Por muito tempo foi apenas transmitida oralmente, chamado a “Lei Falada”, mas quando os judeus se dispersaram pelo mundo, houve a necessidade de registrá-la por escrito, por medo de se perder. A concepção de Deus para os Judeus é de um Deus único, criador do mundo e Senhor da história. Toda vida e tudo de bom emerge dele. Um Deus pessoal, preocupado com as coisas criadas por ele. O monoteísmo, portanto, dá sentido a existência humana. O homem emerge de Deus e deve consagrar-se a ele. O dever mais importante do homem é cumprir todos os deveres para com Deus e para com seus semelhantes (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 117).

A ética judaica se funde com a própria doutrina. Tudo pertence a lei de Deus. Existem 613 mandamentos, sendo 280 ordens afirmativas e 365 proibições. Além disso, muitos costumes e práticas regulam a vida do judeu, afirma-se que um costume judaico é tão obrigatório como uma lei. A religião, porém, destaca uma lista de boas qualidades éticas: bondade, hospitalidade, boa vontade para ajudar, honestidade e respeito pelos pais. O amor ao próximo ou o não fazer mal aos outros é princípio fundamental: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18). A palavra justiça na Bíblia faz total referência a ajuda aos pobres. Deus afirma: “Jamais haverá pobre entre vós”. A ética inclui exigência de justiça indo além dos pobres e fracos (viúvas e órfãos) os estrangeiros. Por haver muitos mandamentos, às vezes eles entram em conflitos, a vida humana, porém, está acima de tudo. Deve-se salvar uma vida humana, mesmo que seja uma quebra das leis do Shabat (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 120-121).

2.2.4 Cristianismo

O termo cristianismo vem do grego *khristós*, palavra hebraica para “messias” ou o “ungido”. Um grupo de judeus que o consideravam o messias assim o intitulou. O Salvador

profetizado na bíblia hebraica e o filho de Deus em forma humana. Para os cristãos a chegada de Jesus anuncia uma “nova aliança” ou Novo (segundo) Testamento de Deus, posterior ao Velho (primeiro) Testamento entre Deus e o povo Judeu. As principais bases cristãs são a vida e os ensinamentos de Jesus, registrados por seus seguidores durante o século I da EC no Evangelho e nas epístolas do Segundo testamento. O evento da crucificação, ressurreição e ascensão de Jesus é central na fé cristã. O sofrimento, morte e ressurreição de Jesus redime aqueles que nele creem, pois Ele ascende ao céu para governar o mundo ao lado de Deus pai. Daí decorre a crença de que Jesus era filho de Deus, uma encarnação de Deus, humano e divino, não somente um profeta. Essa concepção levou ao conceito de Trindade: um único Deus que existe em três formas distintas – o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Os rituais cristãos também têm como base a vida de Jesus. Sendo os sacramentos os mais importantes: Batismo, Eucaristia, Confirmação ou Crisma, Ordem (ordenação de ministros), Penitência, Unção dos Enfermos, e Matrimônio. Pelos sacramentos o fiel participa de forma mais íntima e “real” da vida mesmo de Cristo, da sua Graça, une-se ao seu Mistério, no entanto, nem todos são aceitos por todas as vertentes cristãs (Werner, 2016, p. 202).

O Cristianismo começa, portanto, a influenciar a civilização ocidental. Os primeiros cristãos foram perseguidos tanto por autoridades judaicas quanto pelo Império Romano, sendo muitos mortos, mesmo assim a Igreja primitiva resistiu e gradualmente foi sendo tolerado pelos líderes Romanos e em 138 da EC foi adotado como religião oficial do império, tendo como marco o Concílio de Niceia (Werner, 2016, p. 202). Não podemos deixar de citar Constantino, imperador Romano que “se converte” ao cristianismo e é decisivo na oficialização do cristianismo como religião oficial do Império. Há historiadores que preferem ver a conversão de Constantino como estratégica, visto que o cristianismo se fortalecia e o seu reinado enfrentava vários problemas, assim unir-se aos cristãos era no fundo uma forma de se manter no poder. Existem conclusões, inclusive, de que o cristianismo na verdade foi “fundado” por Constantino, que influenciou até mesmo no seu conteúdo doutrinal. Vigil assim descreve bem direto e diria até que chocante:

Hoje é ponto pacífico o gênio político de Constantino. Numa época da clara decadência do império, ele intuiu que a Igreja Cristã poderia converter-se num fator de coesão extremamente eficaz para aquela sociedade em franco processo de fragmentação e decomposição. Empregando todo o esforço necessário, tomou a iniciativa de fazer que a Igreja fosse, efetivamente, um instrumento da sua política de governo [...] O próprio imperador Constantino preside, dirige, e sanciona um concílio que elabora um dogma cristológico, que será por sua vez o instrumento político do qual o império aurrá sua sobrevivência; por outro lado, o presidente de tal concílio, sua cabeça efetiva,

não somente é um imperador, como também nem não é cristão (Vigil, 2006, p. 186-187).

A partir de então, a vida política e cultural da Europa e de Oriente Médio começa a ter uma força poderosa representada pelo cristianismo. Sua influência espalhou-se muito rápido e surgiram grandes pensadores como Agostinho de Hipona, que integrou ideias filosóficas gregas à Doutrina. Ao declinar o Império Romano, passa para as mãos dos papas o poder na Europa. No século XI há um grande cisma que divide o cristianismo em duas ramificações: a Igreja Católica Romana Ocidental e a Igreja Católica Ortodoxa Oriental. Outro desafio foi o império islâmico a partir do século VIII, empreendendo as Cruzadas nos séculos XII e XIII, para expulsar os muçulmanos da Terra Santa e reconquistar Jerusalém. O Domínio da Igreja católica manteve-se por longo tempo. Nos séculos XIV e XV com a Renascença, o humanismo e o campo científico fizeram duras críticas a Igreja, bem como a Reforma protestante, pela publicação das 95 teses de Lutero em 1517. Abriu-se caminho para novas ramificações cristãs. Hoje mais da metade dos cristãos no mundo são católicos, porém uma parte significativa é reformado e ortodoxo (Werner, 2016, p. 203).

Mas quem foi Jesus afinal? Certamente Jesus de Nazaré foi a pessoa humana que teve maior influência na história mundial e há mais de 2 mil anos responder quem foi Jesus intriga estudiosos, pesquisadores e fiéis. Gaarder, Hellern e Notaker fazem alguns questionamentos:

Foi ele um visionário religioso? Ou um homem pio que queria ensinar a seus companheiros como viver? Pode ele ser comparado com os muitos judeus seus contemporâneos que estavam se apresentando como o prometido Messias? Ou é ele o filho de Deus e Salvador da humanidade? (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 166).

Por volta do ano 4 da EC, Jesus nasce em Belém, na província romana da Judéia. Maria sua mãe era virgem, assim afirmam os cristãos. Sobre a sua infância pouco se sabe, é provável que ele tenha estudado as escrituras e a religião judaica, afirma-se ter sido carpinteiro como o pai, trabalhando e vivendo em Nazaré. Foi aos seus 30 anos aproximadamente que Jesus embarcou num ministério de ensino e cura na terra onde vivia. Atraía multidões com histórias cativantes, ensino radical e milagres extraordinários, deu especial atenção aos doze seguidores, chamado de discípulos, isso de acordo ao Evangelho (Werner, 2016, p. 207).

Pelas narrativas bíblicas sobre Jesus e analisando a época em que ele viveu podemos encontrar respostas, todavia, serão baseadas na fé. A fé na ressurreição do Filho de Deus constitui a pedra fundamental do cristianismo. Mas a existência de fato de Jesus é aceita pela grandiosa maioria dos historiadores, isso significa que Jesus não é um personagem de ficção. Os historiadores, com seus métodos científicos, podem afirmar que Jesus foi provavelmente um

homem que insistia em ser investido de autoridade divina, e que mais tarde houve um grupo de pessoas que acreditaram que ele ressuscitou. A Igreja e os evangelhos, entretanto, proclamam que Jesus realmente tinha autoridade divina e que igualmente ressuscitou. Os meios científicos não reúnem elementos que possam justificar ou refutar a fé cristã (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 167).

Poderíamos descrever uma infinidade de dimensões do cristianismo, feito este esboço básico, vamos nos deter, destarte, sobre a dimensão ética e moral, pois este é nosso maior objetivo ao analisar as religiões aqui estudadas.

No entendimento do Cristianismo, a Escritura é Palavra de Deus. A realização de uma nova Aliança entre Deus e o humano, o “Reino de Deus” se dá em Jesus Cristo, Ele é a “boa nova” (Mt 28,20), apresentando uma libertação global, estrutural e escatológica (Lc 3,15; 17,21; Mc 1,15). A libertação para a vida é o projeto central de Jesus. É um Reino que tem sempre um caráter de totalidade e de universalidade, na “moral das bem-aventuranças” se transforma em exigência ética (Mt 5,3-9; 25,31s; Lc 6,36). A Lei do Antigo Testamento, o Decálogo, é aperfeiçoada e não abolida (Mt 5,17-20) e radicalizada, isto é, a concretude do Reino de Deus (Mt 5,21-48; 19,16-22; Mc 10,17-22). Os pequenos preceitos particulares ganham pouco significado comparados as grandes atitudes éticas (Mt 23,23; 9,13) Os mandamentos do amor a Deus, ao próximo, e ao inimigo tornam-se o centro da Lei (Lc 10,25-28; Mt 7,120; Lc 10,29-37; 6,27-35; Mt 5,43-48). Em Jesus realiza-se a libertação dos infelizes injustiçados (Lc 4,16-21), pois é grande ofensa a Deus a situação de injustiça no mundo (Lc 24,47; At 2,38; 5,31; 13,38). A ação concreta diante da realidade e diante do outro, se alcança ou não a salvação (Mt 5,31; 13,38) (Moraes, 2011, p. 564-565).

Outro elemento central no anúncio de Cristo é a justiça (cf. Lc 16,9), Jesus critica todo poder de dominação (cf. 22,25-28) exigindo uma atitude ainda mais perfeita do que já é eticamente bom de todos os seus seguidores (Mt 19,12). Onde está Cristo está o Pai, em Jesus Cristo, Deus se engajou total e definitivamente por Sua Criação. Em Cristo habita a plenitude do ser divino e do ser criado. Para toda a criação, Ele é um princípio de renovação e de comunicação de vida divina (cf. Ef 1,23; 3,19; 4,12s; Col 1.18-20; 2,9s; etc.). A Salvação é, portanto, o resultado, em Deus, de toda Criação visível: na Redenção obtida pelo Cristo é incluída objetivamente toda Criação, o “segundo Adão” (1Cor 15,45), um ser humano de serviço despojamento e ação de graças, de comunhão com Deus, um “Deus tudo em todos” (1 Cor 15,28), “tudo em todos”, por Cristo e no Espírito (1Cor 15,22). O mesmo que desceu é aquele que subiu aos céus, a fim de plenificar todas as coisas. A absoluta comunhão da Criação com Deus é o que propõe a escatologia Cristã (Moraes, 2011, p. 564-565).

2.2.5 Islã

O Islã² - ou religião Islâmica - é a mais recente das grandes religiões mundiais “cronologicamente a terceira e última das grandes religiões reveladas” (Santidrián, 1996, p. 251), e segundo a doutrina islâmica foi fundada pelo próprio Deus e divulgada por *Muhammad ibn Abdallah*, conhecido aqui no Brasil por Maomé, do galicismo *Mahomet*³. A palavra Islã” deriva da raiz árabe “*Salama*” que significa paz, pureza, submissão, obediência... No sentido religioso, a palavra Islã significa Submissão voluntária à vontade de Deus e Obediência à Sua lei. Neste significado, está a condição essencial para ser muçulmano: obedecer e submeter-se voluntariamente a Deus. Muçulmano vem da palavra árabe “*Muslim*” e tem a mesma raiz que *islam*. Assim, se pode definir muçulmano como: aquele que se submete a Deus e vive em paz com o Criador, consigo mesmo e com as outras pessoas e com o seu meio ambiente (Altoé, 2003, p. 10).

O Islã é um sistema complexo de vida e o muçulmano vive em paz e harmonia com todos estes seguimentos. Segundo (Santidrián, 1996, p. 251) “Cada indivíduo é um ‘*abd*’ de Deus, termo que tem um duplo significado de ‘adorador’ e ‘servo’ de Deus. ‘Aos olhos de Deus a religião é a submissão’” (Alc. 3,19). O critério para ser muçulmano é ser obediente, fiel e leal para com Deus o Senhor do Universo.

Um aspecto indispensável para o entendimento do Islã é a localização e contextualização geográfica onde ele se originou. Como diz. O Islã apareceu na Arábia no início do séc. VII da EC em um ambiente pagão árabe em contato com ilhotas de Judaísmo e de Cristianismo. As cidades de Medina e Meca são referências na história do Islã. Meca está situada a menos de 100 km do Mar Vermelho. Medina, localizada a mais de 400 km ao norte de Meca. Meca era um centro comercial. Nela estava um grande Templo: a *Caaba*. O qual, formava um panteão, havia até um ícone de Jesus e de Maria. Era um centro de culto pagão, com adoração de pedras sagradas e outras divindades. Todavia, um Deus supremo – *Allah*, em árabe -, o Deus criador, dominava os outros deuses. O significado do nome *Allah*, “Alá” (nome de Deus), não se trata de um nome pessoal e sim da palavra árabe que significa Deus Uno e Único e não admite gênero masculino ou feminino, e muito menos plural. Ele é o Senhor e soberano do universo, criador de todas as coisas e nada existe sem sua vontade (Altoé, 2003, p. 10-11).

² O termo Islamismo é muito utilizado para referir-se a religião islâmica, adotamos, porém, o termo Islã, por ser mais oficial e aceito inclusive pelos próprios muçulmanos, que veem o termo islamismo como algo mais “pobre”, tendendo a pejorativo ou preconceituoso.

³ Vamos utilizar, portanto, Maomé, referindo-se a *Muhammad ibn Abdallah*.

*O Alcorão*⁴ ou Corão é o livro Sagrado do Islã. Ele é visto “como uma perfeita revelação de Deus, uma fiel reprodução de um original gravado numa placa, no céu, que existiu durante toda a eternidade” (Allan, 1996, p. 319). “O *Corão* ou *Alcorão*, foi escrito em árabe. Em consequência, o elemento árabe é importante no islã, embora hoje só uma minoria dos muçulmanos seja árabe” (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 127). Segundo (Challaye, 1981, p. 240-250) o Corão é composto de 114 capítulos ou *Suratas* ou *Saras*. Para o Muçulmano o Alcorão é Palavra de Deus. Esta palavra existe no Céu, por toda a eternidade. Foi revelada pelo Anjo Gabriel ao profeta Maomé. Por isso o muçulmano não diz jamais “O Profeta disse ao Alcorão”; ele diz: “*Allah* diz em seu Alcorão”. Maomé não sabia ler nem escrever, ditou os versículos divinos aos seus secretários, seu sobrinho *Ali* e o alforriado, antigo escravo cristão, *Zeid Ibn Tabet*. Dois anos depois da morte do profeta, o primeiro *califa*⁵ *Abu-Brkr*, mandou reunir todos os versículos e redigir uma cópia deles sobre peles vindas da Pérsia. Vinte anos depois (ano 650), sob o califado de *Otmam*, foi constituído o texto definitivo.

Uma boa síntese da história de Maomé nos é apresentada por (Altoé, 2003, p. 12-19), para os muçulmanos, Maomé foi seu último mensageiro, enviado de Deus, que nasceu em Meca no final do séc. VI da EC. Também afirma-se que Maomé é descendente de Ismael que é filho de Abraão com a escrava Agar, que tivera de ir para o deserto por pressão de Sara. Maomé era de família importante de Meca, ficou órfão ainda criança e um dos seus tios cuidou dele e o sustentou. Os muçulmanos não consideram Maomé fundador do Islã. Ele é considerado o último dos mensageiros, profetas enviados por Deus para imortalizar sua eterna mensagem à humanidade. Esta mensagem foi revelada por Deus a muitos profetas de várias nações em épocas diferentes, incluindo Abraão, Ismael, Isaac, Davi, Moisés, Jesus e Maomé. Os muçulmanos creem neles sem nenhuma discriminação. Mas os muçulmanos só adoram a Deus: Maomé é só um e mortal encarregado por Deus de divulgar a Sua Palavra e levar uma vida exemplar. Com a destruição do Templo de Jerusalém, ano 70 da EC os judeus se estabeleceram por toda Arábia. O Cristianismo também se espalhou rapidamente por todo o Oriente Médio nos primeiros Séculos da EC Maomé foi assim influenciado pelo monoteísmo judaico e pela noção de fim de mundo e juízo final, muito forte no Cristianismo de seu tempo.

Todo ano Maomé se retirava para uma caverna numa montanha nos arredores de Meca, onde meditava. Num longo retiro por volta do ano 610 teve uma revelação. O Anjo Gabriel de repente lhe apareceu com pergaminho e ordenou a ele que o recitasse o seguinte texto: *Recita em nome do teu Senhor que criou o homem a partir de coágulos de sangue. Recita! Teu Senhor*

⁴ Alguns autores usam simplesmente *Corão*, por questões de tradução do árabe para o português.

⁵ Título usado pelo primeiro sucessor de Maomé, o qual era seu sogro.

é o Muito Generoso, que pela pena ensinou ao homem o que ele não sabia (Surah Al-Alaq, Cap 96). Nem todos acreditaram nessa revelação, somente sua mulher Khadija, que o encorajou e alguns familiares, bem como, outras famílias de pobres. O certo é que começara a nascer um movimento de base religiosa. Coisa que não agradou às famílias poderosas de Meca que identificaram nesta atitude uma tentativa de usurpar a autoridade política da cidade, pois organizava os pobres. Maomé passou, desta forma, a ser perseguido e logo considerado um fora-da-lei.

Por fim, depois de ter sido muito perseguido em Meca, ele encontra apoio em Medina, cidade situada no meio de um oásis. Antes se chamava *Yathreb*, recebe o nome de Medina porque em árabe significa “A cidade”, (cidade do Profeta). Aos poucos os seguidores de Maomé de Meca migraram para Medina, durante o verão de 622. Esse ano (lunar) é memória importante para os muçulmanos - *Hegira*⁶, é hoje considerado o primeiro dia da era muçulmana. Nasceu também nesse período lutas e batalhas, até mesmo como forma de se firmarem economicamente em Medina, pois tudo que tinham (bens e riquezas) tinha ficado em Meca. O nome dado a essas batalhas era *Jihad*, o mesmo nome que mais tarde foi empregado para designar a guerra santa. A luta pela causa de *Allah* ganha precedência sobre todos os outros interesses. Antes de morrer, em 8 de junho de 632 ou 13 de rabi do ano XI do calendário muçulmano, Maomé tinha conseguido unir o país e transformá-lo num só domínio, onde a religião se tornara mais importante que os antigos laços familiares e tribais. Quando Ele morreu, toda península arábica até o Iraque e a Palestina, participavam dessa fé, obedecia às leis do Profeta e voltava-se para Meca na hora da oração. A expansão do Islã foi muito rápida e marcou a história da humanidade.

Segundo Altoé, muçulmano é todo aquele que segue o Islamismo, ou religião do Islã. Para ser muçulmano é simples basta manifestar publicamente que acredita em *Allah* e aceita o Profeta Maomé e sua mensagem. *Shahāda* “testemunho” em árabe, é o nome da mais importante declaração de fé, em que todos os muçulmanos devem acreditar piamente: só existe um Deus, e Maomé é seu profeta. O Islã encerra elementos do Judaísmo e do Cristianismo e não pode ser considerado apenas uma doutrina religiosa, pois legisla, tanto a vida interior, como social, política e jurídica da comunidade. Cinco profetas se sobressaem no Islã: Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé. Os anjos também ocupam uma posição de destaque no Alcorão. Eles são enviados e mensageiros de Deus, como os profetas (Altoé, 2003, p. 20).

Pode-se destacar três fontes ou princípios fundamentais, além do Alcorão: o *sunā* (tradições), o *ijma* (consenso) e o *ijtihad* (pensamento individual). Vejamos:

⁶ A cada ano no primeiro dia do primeiro mês lunar, os muçulmanos celebram a memória desse êxodo, a “Hegira”.

1- Suna: é o conjunto de ensinamentos e atos de Maomé. Ao procurar garantir a autenticidade desses ensinamentos e atos, os sábios muçulmanos se detiveram menos na pureza do conteúdo do que na cadeia dos transmissores, em sua idoneidade e proximidade com relação ao Profeta. A coleção mais importante foi elaborada no século IX por *Mohamed ibn Ismail al-Bukhari* e é conhecida como o Livro da autêntica coleção. Essas coleções, além de seu valor religioso para os crentes, constituem uma exaustiva enciclopédia legislativa, teológica, cerimonial, moral, social e comercial, que inclui aplicações práticas e exemplos para a conduta moral do cotidiano. (GLOBAL, Enciclopédia, 2025).

2- Ijma: no segundo século da *hégira*, houve necessidade de fixar, por consenso universal *ijma*, as prescrições legais e as práticas que derivavam do Alcorão. Em princípio, o *ijma* funcionava em favor da autoridade tradicional, uma vez que se referia sempre aos acordos passados e privilegiava opiniões conservadoras (GLOBAL, Enciclopédia, 2025).

3- Ijtihad: o esforço de adaptação do Alcorão a novas situações *ijtihad* foi importante no primeiro século do Islã. Nessa época, o *ijtihad* tomou a forma de opinião pessoal, o que deu origem a muitos conflitos. Nos séculos seguintes, a reflexão individual foi substituída por uma tomada de posição mais rigorosa entre as novas situações e os textos já adotados. Compilados os ensinamentos e atos de Maomé e estabelecido o consenso universal, o esforço individual de adaptação do Alcorão às novas situações foi limitado (GLOBAL, Enciclopédia, 2025).

As características básicas da organização social e religiosa, que definem o Islamismo para todos os fiéis, ficaram conhecidas como os “cinco pilares”. Pois “o abandono a Deus deve manifestar-se pelo cumprimento de cinco deveres essenciais, chamado as cinco colunas do islã” (Challaye, 1981, p. 245). - *Arkan* do Islã. Seguem-se cada um deles:

1 - O Credo (a confissão - *Shahāda*) - Não há Deus além de *Allah* e Maomé é o enviado de *Allah*. Essa é a rocha que serve de base da fé islâmica. É uma profissão de fé continuamente repetida. Ela proclama a unicidade de Deus e de todos os grupos islâmicos. Essencial para ingressar na comunidade islâmica, a profissão de fé (chamada literalmente de “testemunho”) deve ser pronunciada clara e conscientemente, com profundo entendimento e aceitação, ao menos uma vez na vida, embora seja repetida, na verdade, com frequência e em todas as ocasiões importantes. O reconhecimento de Maomé como profeta, iluminado por *Allah*, implica a crença num só Deus criador, nos anjos, nos profetas (basicamente Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé), na ressurreição, no juízo e na recompensa em outra vida (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 136).

2 - A Oração - Salat - a ser feita cinco vezes por dia: ao amanhecer, ao meio-dia, entre as três e as cinco, antes do pôr-do-sol e à noite. O rosto deve se orientar na direção da *Caaba*,

em Meca. A oração mais solene é a do meio-dia. Não existe outra liturgia senão a da palavra; não existe um clero propriamente dito, mas somente pregadores e encarregados de fazer a chamada para a oração - *almuadens* e de dirigi-la - *imãs*. Às sextas-feiras celebra-se a oração na mesquita, precedida de um sermão de caráter moral, social ou político (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 136-138).

3 - A esmola (caridade) - *Zakat* - Maomé, que foi criado na orfandade, tinha um forte desejo de ajudar os necessitados. Originariamente, as esmolas eram voluntárias. Agora todos os islamitas são legalmente obrigados a doar uma quadragésima parte de suas rendas para os desamparados. Isso ajuda a proteger os pobres tanto em suas necessidades materiais, como em suas dificuldades de ordem espiritual; reduzir o número dos desempregados e dos mendigos; angariar fundos para a difusão do Islã; purificar os ricos de sua avareza e de suas vaidades. O *zakat* (purificação) constitui uma esmola, que deve ser paga anualmente, em moeda ou mercadorias (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 138-139).

4 - O Jejum - *Ramadan* - É obrigação grave, para o crente, aprender a dominar a si próprio e ainda mais a submeter-se a Deus. Jejuar, para eles, é mais do que se abster de comida, bebida, prazeres sexuais. Isso não deve ser um espetáculo, mas uma comunhão secreta entre você e Deus, uma batalha contra os desejos íntimos do homem e um tempo de rever as fraquezas pessoais. O jejum dura um mês lunar - *ramadan*; começa de manhã antes do nascer do sol e vai até o cair da noite. Neste período não se pode comer, beber, fumar e nem aspirar algum perfume: todos os sentimentos devem ser profundamente modificados. Durante a noite tudo volta ao normal. Os ricos, algumas vezes, pagam outros para jejuarem em seu lugar. Os velhos que estejam fracos e os doentes não são obrigados a jejuar (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 139).

5 - A peregrinação - *Hajj* - De todos os muçulmanos espera-se que, ao menos uma vez na vida, façam uma peregrinação à Meca. Isso pode ser muito cansativo para os idosos a ponto de o Alcorão prever a possibilidade de alguém ir no lugar deles. Esta peregrinação serve para exaltar e solidificar a fé islâmica (Gaarder, Hellern e Notaker, 2000, p. 139).

Os muçulmanos estão divididos em dois grandes grupos, os sunitas e os xiitas. Essas tendências surgem da disputa pelo direito de sucessão a Maomé. A divergência principal diz respeito à natureza da chefia: 1) Para os xiitas, o Imã ou “*Imam*” (líder da comunidade) é herdeiro e continuador da missão espiritual do Profeta; 2) Para os sunitas, o Imã é apenas um chefe civil e político, sem autoridade espiritual, a qual pertence exclusivamente à comunidade como um todo (*ummah*). Sunitas e xiitas fazem juntos os mesmos ritos e seguem as mesmas leis (com diferenças irrelevantes), mas o conflito político é profundo. Atualmente, no entanto, dá maior relevo aos elementos liberais e democráticos inerentes à sua própria natureza.

Para um muçulmano, o mundo é uma imensa teocracia: todos os aspectos da vida religiosa, moral, social estão submetidos à revelação dada a Maomé. Crença, confiança e submissão a Allah (“o Único”) e seus preceitos, são fundamentos que norteiam a ética islâmica. Todas as obrigações religiosas, morais e sociais do homem estão estabelecidas na sagrada lei muçulmana, a *xariá*”. Bondade, generosidade e justiça são conceitos semelhantes assumidos tanto pelo Cristianismo como pelo Islamismo. A ética islâmica, no entanto, perpassa um viés mais político, valentia e cavalheirismo e a austeridade de vida, moralidade administrativa e comercial, interesse pelos pobres e órfãos, são princípios do Islã (Moraes, 2011, p. 562). Os autores Gaarder, Hellern e Notaker (2000, p. 141), assim afirmam: “tradicionalmente, no islã não há distinção entre a religião e a política, tampouco entre a fé e a moral”.

2.3 CONVERGÊNCIAS ÉTICAS ENTRE AS RELIGIÕES

Após descrever um conteúdo básico referente as principais religiões mundiais, é possível identificar fundamentos éticos convergente em todas elas levando-nos a uma visão de conjunto capaz de notar elementos comuns iluminadores para o que se propõe elucidar nos capítulos seguintes. Vamos destacar a seguir tais convergências:

HINDUÍSMO: Ética que tem a vida como centro – alma como parte integrante do cosmo; leva o ser humano a praticar uma alta espiritualidade que acaba em definitivo toda a ação violenta, gerando elevada moral social com a prática da castidade, veracidade, compaixão, piedade e, principalmente da “não-violência”.

BUDISMO: Síntese dos ensinamentos budistas: **AFIRMATIVAS:** Cultivar pensamentos de amor-compaixão, generosidade e ausência de aversão; falar com verdade, delicadeza e utilidade; praticar atos virtuosos como bondade, honestidade e responsabilidade; coragem, determinação e entusiasmo; Ter uma profissão que não cause danos a si mesmo ou a outros, e que contribua para o bem-estar das pessoas; Praticar a atenção plena e a consciência do momento presente, observando os pensamentos, emoções e sensações sem julgamento; desenvolver a capacidade de concentração e foco mental. **NEGATIVAS:** Evitar mentiras, calúnias, palavras duras e conversas inúteis; Evitar atos que causam mal como matar, roubar, conduta sexual inadequada e uso de substâncias que prejudicam a mente e o corpo; Não fazer mal a nenhuma criatura viva; Não tomar aquilo que não lhe foi dado (não roubar); Não se comportar de modo irresponsável nos prazeres sensuais; Não falar falsidades; Não se entorpecer com álcool ou drogas. Apesar de tais normas, não há superior capaz de dar ordens à humanidade sobre como viver na concepção budista. Por isso, as formulações são da seguinte forma: “tentarei ensinar a mim mesmo a não fazer mal a nenhuma criatura viva”.

JUDAÍSMO: A ética judaica se funde com a própria doutrina. Tudo pertence a lei de Deus. Destaca uma lista de boas qualidades éticas: bondade, hospitalidade, boa vontade para ajudar, honestidade e respeito pelos pais. O amor ao próximo ou o não fazer mal aos outros é princípio fundamental: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18). A palavra justiça na Bíblia faz total referência a ajuda aos pobres. Deus afirma: “Jamais haverá pobre entre vós”. A ética inclui exigência de justiça indo além dos pobres e fracos (viúvas e órfãos) os estrangeiros. Por haver muitos mandamentos, às vezes eles entram em conflitos, a vida humana, porém, está acima de tudo. Deve-se salvar uma vida humana, mesmo que isso quebre as leis do Shabat.

CRISTIANISMO: Para o Cristianismo, a Escritura é Palavra de Deus. Jesus Cristo é a “boa nova” da realização de uma nova Aliança entre Deus e o humano, o “Reino de Deus” (Mt 28,20). O projeto fundamental de Jesus é a libertação para a vida. No Reino de Deus, a Lei do Antigo Testamento, o Decálogo, não é abolida, mas aperfeiçoada e radicalizada. Interessa mais as grandes atitudes éticas que os pequenos preceitos particulares. O centro da Lei vai ser os mandamentos do amor a Deus e ao próximo e ao inimigo. Jesus é aquele que realiza a libertação dos infelizes injustiçados, porque sua situação de injustiça ofende a Deus. Na atitude que se toma diante do outro, se alcança ou não a salvação. Jesus critica todo poder de dominação exigindo uma atitude ainda mais perfeita do que já é eticamente bom de todos os seus seguidores. Um ser humano de serviço e despojamento e ação de graças, de comunhão com Deus, um “Deus tudo em todos”.

ISLÃ: Sua ética fundamenta-se na Crença, confiança e submissão a Allah (“o Único”). Todas as obrigações religiosas, morais e sociais do homem estão estabelecidas na sagrada lei muçulmana, a *xariá*. Cristianismo e Islamismo pregam muitos conceitos semelhantes, como bondade, generosidade e justiça. A ética islâmica, no entanto, assume um sentido mais político, com seus princípios de valentia e cavalheirismo e a austeridade de vida, moralidade administrativa e comercial, interesse pelos pobres e órfãos. Tradicionalmente, no islã não há distinção entre a religião e a política, tampouco entre a fé e a moral.

É notadamente evidente, conceitos e ensinamentos éticos comuns nas diferentes religiões analisadas neste primeiro capítulo. Sem sombra de dúvida, se tomássemos muitas outras religiões para análise, notaríamos igualmente muitos pontos de convergência. Isto nos leva a concluir que todas as religiões, de alguma forma, buscando o entendimento, respostas ou mesmo sentido da vida, independente de qual povo ou cultura, encontram esse sentido em princípios universais, que são inerentes nas diferentes culturas, povos ou nações que busquem

sinceramente, cada um com sua mística própria, os valores mais profundos a serem vividos pelo ser humano.

Dentro dessa perspectiva, o renomado teólogo e filósofo, grande influente no Concílio Vaticano II, Hans Küng propõe um *ethos mundial* que consiste na seguinte formulação:

A meta de um entendimento universal entre as religiões deve ser um etos comum da humanidade, mas um etos que não deverá substituir a religião – como às vezes se tem erroneamente pensado. O etos é e continua a ser apenas uma dimensão dentro das diferentes religiões, uma dimensão das religiões entre si. Não se trata, pois, de chegar a uma religião única, nem de um coquetel de religiões, nem de substituir a religião por uma ética. Mas, antes, de um empenho pela paz entre os homens das diferentes religiões deste mundo, o que constitui uma necessidade urgente (Küng, 2004, p. 17).

Na verdade, o autor desenvolve, reconhece e analisa os princípios que norteiam as diferentes expressões religiosas pelo mundo, e demonstra a existência de uma base originária, princípios que são comuns em todas as crenças, razões suficientes para uma unidade e crescimento mútuo em prol da paz mundial entre as religiões e da harmonia entre os povos ou até mesmo da sobrevivência do planeta.

Certos padrões morais elementares são encontrados em todo o mundo, normas éticas não escritas formam uma base sobre a qual a sociedade humana está construída. Hans Küng vai chamar isso de *ethos* primordial, sendo um núcleo para um *ethos* comum da humanidade o que seria um *ethos* global (Küng, 2004, p. 32). Em suma, inserindo-se em tais parâmetros e constatação desenvolveremos as análises e textos subsequentes.

Ao finalizar esse capítulo, no qual, nos propomos analisarmos as diferentes religiões, em vista de perceber elementos convergentes em seus fundamentos, podemos também aprofundar de modo significativo o próprio conceito de religião e uma introdução mais histórica do surgimento das religiões, nos possibilitando uma melhor compreensão das expressões religiosas contemporâneas. No breve estudo as cinco mais influentes religiões mundiais, podemos perceber os princípios éticos presentes em cada uma culminando com o pensamento de Hans Küng da possibilidade e necessidade de consolidação de uma ética mundial que possa unir todas as religiões do mundo, quiçá, toda a sociedade humana, por um mundo de mais harmonia, paz e dignidade humana.

3. DIÁLOGO E TEOLOGIA DO PLURALISMO RELIGIOSO: NOVAS POSSIBILIDADES DE UM MESMO PROPÓSITO

O diálogo inter-religioso, como já mencionamos ao introduzirmos essa escrita, constitui uma gama de desafios e ao mesmo tempo de oportunidades. Desafios por uma cultura cada vez mais crescente de polarizações em vários aspectos, incluindo o religioso, que por só, já é polarizado, uma vez que, cada expressão religiosa tem sua própria doutrina, moral e costumes, muitas vezes apresentadas como a melhor opção para humanidade ante a proposta de fé da outra crença. Por essa e outras razões esta esfera de fraternidade e diálogo ainda está longe de ser alcançada, ao olhamos tantos conflitos em várias partes do mundo, os quais, de alguma maneira tem um fundo religioso ideológico. A realidade atual é tão complexa que por algumas vezes o saudoso Papa Francisco, o atual Papa Leão, outros líderes religiosos e políticos se referiram às guerras e conflitos contemporâneos como a terceira guerra mundial de forma fragmentada, haja vista, atitudes e ações preconceituosas e intolerantes nas relações e práticas sociais, políticas e religiosas de nosso tempo tem se multiplicado. O diálogo inter-religioso, conseqüentemente, exige uma Teologia do pluralismo religioso ou, dizendo de outra maneira, uma Teologia das Religiões, a qual ainda é muito nova, enquanto campo teológico, porém com grandes avanços e ao mesmo tempo resistências.

Diante disso, após termos apresentado aspectos centrais de cinco das principais religiões do mundo no capítulo anterior, pretendemos analisar e aprofundar as novas releituras da temática do diálogo, tendo presente a Teologia do pluralismo religioso e como autor de referência o teólogo José Maria Vigil. Vamos avaliar os avanços da teologia cristã e as mudanças incorporadas ao longo da história no que se refere a doutrina salvífica a qual tem impacto direto na opção ou postura de diálogo, junto a isso, é possível ainda buscar compreender de forma mais aprofundada o conceito de verdade.

O pluralismo religioso é um tema altamente atual e concreto totalmente inserido na realidade, na sociedade hodierna de onde provêm seu desafio, exigências e questionamentos, portanto, o que pretendemos desenvolver é algo que se comunica ou parte diretamente da própria realidade presente. Não dá mais para voltar ao passado, presos a doutrinas e convicções que não respondem mais a conjuntura complexa de nossos tempos, as religiões e as culturas veem-se obrigadas a conviver e necessitam dá respostas convincentes e adequadas ao que a realidade atual exige. Insistir em um discurso exclusivista ou de portador de uma verdade absoluta que se sobrepõe a outros modos de compreensão e de crença já não contribuem mais para uma sociedade mais harmônica, mais justa e mais humana e conseqüentemente mais divina.

3.1 A AUTOCOMPREENSÃO DAS RELIGIÕES E SUAS RELEITURAS: EXCLUSIVISMO, INCLUSIVISMO E PLURALISMO

Um panorama específico dos três termos apresentados no título acima nos introduz de modo mais evidente na temática que norteia todo o nosso capítulo segundo.

3.1.1 O Exclusivismo

A posição teológica predominante no cristianismo até metade do século XX foi a do exclusivismo. Tal era a convicção: “fora da Igreja não há salvação”, em latim: “*extra ecclesiam nulla salus*”; seria afirmar que o cristianismo tinha a salvação e os outros povos não a tinham. Esse axioma teológico tornou-se posição de fé no Concílio de Latrão em 1215, que proclama solenemente: “Há uma única Igreja universal dos fiéis, fora da qual absolutamente ninguém é salvo”.

Apresenta-se a seguir a posição oficial assumida pelo Concílio de Florença em 1442 em seu decreto sobre os Jacobitas:

Firmemente crer, professar e ensinar que ninguém daqueles que se encontram fora da Igreja Católica, não somente os pagãos, mas também os judeus, os hereges e cismáticos, poderão participar da vida eterna. Irão para o fogo eterno que foi ‘preparado para o diabo e para os seus anjos (Mt 25,41), a menos que antes do término da sua vida sejam incorporados a Igreja. Ninguém, por grandes que sejam suas esmolas, ou ainda que derrame sangue por Cristo, poderá salvar-se se não permanecer no seio e na unidade da Igreja Católica (Denzinger, 1351 *apud* Vigil, 2006, p. 74).

Vale demonstrar uma posição ainda mais radicalizada de Bonifácio VIII em 1302, ele declara peremptoriamente em *De Unitate et Potestate Ecclesiae*:

A fé obriga-nos a aceitar e a manter que há somente uma única e santa Igreja Católica. Cremos com firmeza nela e confessamos com toda simplicidade que ela é o único corpo místico do qual Cristo é a cabeça e que não encontramos nem salvação nem remissão dos pecados fora dela... submeter-se ao papa de Roma é para todos os homens uma necessidade absoluta com vistas à Salvação; isto o declaramos, o afirmamos, o definimos e o proclamamos (Denzinger, 468-469 *apud* Bergeron, 2009, p. 74-75).

Como se ver de modo claro e explícito, para os católicos só a Igreja Católica neste mundo, era verdadeira e instituída pelo próprio Deus, por meio de Cristo, somente ela é depositária da salvação e da revelação, fora dela, se está fora da salvação e da verdade. O exclusivismo no campo católico equivale ao ecclesiocentrismo, a Igreja é centro da ação missionário e porta ou mediação obrigatória da salvação. No campo protestante o exclusivismo centra-se no tríplice princípio só a fé, só a graça, só a Escritura. Fora disso não há salvação (Vigil, 2006, p. 75).

Elias Wolff apresenta perspectivas dos teólogos referentes ao tema em questão, referindo-se ao *eclesiocentrismo excusivista*: “afirma a necessidade de uma pertença explícita à Igreja para poder ser salvo. A razão é que somente pertencendo a Igreja se pode pertencer a Cristo, pois é nela que Ele se revela e chama” (Wolff, 2004, p. 75-76). A graça salvífica de Cristo só se obtém pela verdadeira Igreja de Cristo. Wolff lembra que esta tese já foi condenada pela Igreja, inclusive excomungando o Pe. Jesuíta norte-americano *Leinord Feeney*, em 1953, por afirmar uma necessidade de participação explícita na Igreja como condição de salvação.

Essa posição teológica do dogma da absolutidade da Igreja Católica recebeu uma interpretação rigorista e maximalista da parte do magistério romano e da teologia oficial do século XIV ao Século XX. Os Papa Pio IX (1846-1878) e Pio XII (1939-1958) defenderam fortemente e com insistência tais posições, tendo adesão incondicional entre todos os grandes nomes da eclesiologia católica até o Concílio Vaticano II (Bergeron, 2009, p. 75). No entanto, hoje é uma posição praticamente abandonada pelo cristianismo em seu conjunto. Apenas grupos fundamentalistas, novos movimentos fanáticos e grupos religiosos marginais sustentam o exclusivismo, mas majoritariamente, na atualidade o cristianismo fundamenta-se numa teologia inclusivista. Afirma Wolff: “a identificação de ‘Igreja de Cristo’ com a ‘Igreja romana’ é algo superado na atual eclesiologia católica romana” (Wolff, 2004, p. 77).

Diria que dói aos ouvidos, ou chega a ser absurdo, ouvir hoje alguém afirmar que quem não pertence a Igreja Católica Romana vai queimar no inferno, mas a menos de um século se pregava e sustentava isso. Não precisamos ter medo de fazermos “releituras” teológicas e mudar aspectos de nossas convicções que implica em ações, sem perder o essencial da mensagem cristã. Podemos compreender que em certo sentido a Igreja é responsável por anunciar a salvação, não se pode perder essa consciência. Todavia, a primeira coisa que se deve ter em evidência é que a convicção de outrora não se aplica mais hoje (apesar de haver alguns que ainda defendem ferrenhamente). Ao tocar nessa temática, no terceiro Congresso Vocacional do Brasil, o Teólogo João Batista Libânio, expressa o limite dessa afirmação ao dizer: “Deus não está limitado a nada, a ninguém, a espaço nenhum, a lugar nenhum. Deus se derrama em toda parte” (Libânio, 2010).

Podemos notar que o exclusivismo não é apenas uma realidade presente na religião cristã:

No Islã acredita-se que o Alcorão contém a verdade final e completa revelada pelo único Deus (Allah), o Profeta Maomé é o último mensageiro, sem deixar dúvidas de que o Islã é o seguimento mais perfeito para se chegar à salvação, contrastando com outras crenças. Vejamos as citações do Alcorão: “não há outro Deus a não ser Deus e Maomé é o seu profeta” (Alc.

112:1-4, Surata Al-Ikhlâs); “E dize: a verdade emana do vosso Senhor; quem quiser, creia; e quem não quiser, descreia” (Alc. 18:29, Surata Al-Kahf); “A religião, perante Deus, é o Islã (submissão)” (Alc. 3:19, Surata Ali 'Imran); “Quem quer que adote outra religião que não seja o Islã, isso jamais será aceito e, no outro mundo, essa pessoa estará entre os perdedores” (Alc. 3:85, Surata Aal-e-Imran); “Hoje, completei a religião para vós; e a vosso respeito, tenho satisfeito a Minha graça e Me comprazo em que o Islã seja a vossa religião” (Alc 5:3, Surah Al-Ma'idah).

No *Judaísmo* o conteúdo central do exclusivismo é a *eleição bíblica*. Deus elege um povo específico, que passa a ser o povo de Deus, o sinal de Deus entre todos os outros povos, os depositários das promessas “Eu serei o seu Deus e vocês serão o meu povo” (texto encontrado nos livros de Levítico, Jeremias, Ezequiel). O Primeiro Testamento se expressa de igual forma condenando os povos que não pertencem aos escolhidos:

andam desencaminhados, submetidos aos ídolos, ‘coisas mortas’ (Sb 13,10), ‘não têm valor’ (Is 44,9), ‘vazio’ (Jr 2,5), ‘mentira’ (Jr 10,14; Am 2,4; Br 6,50), ‘demônios’ (Dt 32,17; Br 4,7), ‘até as bestas valem mais do que eles’ (Br 6,67). O culto aos ídolos é ‘causa e fim de todo mal’ (Sb 14,27). Somente Javé é ‘um Deus verdadeiro’ (Jr 10,10). Por isso, o povo de Deus deve ser um povo separado, que não se misture com os outros povos. Quando chegar o povo eleito na terra que Deus lhe promete, as nações que ali vivem serão derrotadas, expulsas e sacrificadas: ‘quando Javé seu Deus as entregar a você, você as vencerá e as sacrificará como anátema. Vocês devem trata-las da seguinte maneira: demolir seus altares, destruir suas estelas, arrancar seus postes sagrados e queimar seus ídolos’ (Dt 7,2.5-6a) (Vigil, 2006, p. 121).

O *Budismo* e o *Hinduísmo*, (as outras duas religiões por nós pesquisadas), não são consideradas religiões exclusivistas no sentido de afirmar ser o único caminho verdadeiro para a salvação. Sobretudo o hinduísmo é caracterizado por uma diversidade de crenças e práticas, o que dificulta a existência de um dogma de exclusividade rígido. Ambas permitem diferentes espiritualidades e crenças que possam guiar ao princípio maior das referidas religiões. O hinduísmo frequentemente vê outras divindades e figuras religiosas de outras tradições como diferentes manifestações do Absoluto, o *Brahman*. O budismo, por sua vez, sua referencialidade não é um Deus criador pessoal, o que leva a não gerar conflitos diretos com reivindicações de divindades de outras religiões.

Cabe aqui, uma referência às religiões de matrizes africanas, pois se para os princípios cristãos é tão incompatível membros da fé cristã, praticar e vivenciar costumes e rituais do Candomblé ou outras expressões religiosas, para o povo de religiões afrodescendentes é muito natural, pois o exclusivismo para eles, assim como nas religiões asiáticas não é exigência nem

preceito, mas para estas religiões, crê e praticar rituais ou liturgias dedicadas a diferentes divindades levam a um mesmo objetivo: uma experiência mais profunda com o divino.

Naturalmente, cada crença tem aquilo que é só sua, o que a diferencia das outras e nesse sentido pode-se afirmar que toda religião é exclusiva, no entanto, nem todas reivindicam uma exclusividade no sentido de se impor como a única verdadeira. Por outro lado, as três maiores religiões monoteístas, reivindicam exclusividade de maneira muito evidente e impactante como acabamos de verificar, não obstante ao princípio exclusivista das religiões monoteístas aqui apresentadas, existe um longo caminho de buscas e tentativas de diálogo e reaproximação entre estas religiões, seja de maneira oficial, pelos seus líderes e representações legais, seja por movimentos e ações inter-religiosas espalhadas por várias partes do mundo, ao mesmo tempo em que se registra muitos conflitos, violências e atrocidades ao longo da história bem como em nossos dias. Razão pela qual, mais uma vez repetimos, a urgência e a necessidade do diálogo entre as religiões

3.1.2 O Inclusivismo

Nos reportemos para a perspectiva do *cristianismo inclusivista*: a salvação acontece apenas pela mediação de Jesus Cristo. Mas isso não significa que todas as pessoas devam, conscientemente, professar a fé cristã ou pertencer à Igreja. Nos elementos positivos das religiões a Graça de Cristo manifesta-se. Dessa maneira, Cristo alcança os membros das outras religiões em suas próprias tradições religiosas. Talvez Jesus use esse meio porque o cristianismo não conseguiu fazer o que ele pediu: “levar a Boa Nova a todos”, como Ele veio para salvar a todos, Ele encontra seus próprios meios. Vigil assim define o inclusivismo:

ainda que a verdade e a salvação estejam plenamente presentes numa determinada religião, também se fazem presentes – de modo mais ou menos diferentes ou imperfeito – nas outras religiões, porém como participação na verdade e na salvação presentes na única religião verdadeira (Vigil, 2006, p. 63).

Podemos dizer que o inclusivismo é uma das grandes mudanças teológicas consolidada no Concílio Vaticano II. Os desdobramentos de tal compreensão no cristianismo permanecem vigentes e oficial. Vigil faz a seguinte formulação:

somente a religião cristã tem a verdade e a salvação; ainda que em outras religiões também haja elementos de Verdade, Deus os depositou plenamente apenas na religião Cristã. A salvação para humanidade foi conquistada plenamente por Jesus Cristo, que a depositou em sua Igreja. Participam, pois, da salvação também os não-cristãos, porém, não por uma suposta validade de suas próprias religiões, e sim pelo poder de Cristo, que alcança a salvação para eles ‘de uma maneira somente de Deus conhecida’ (GS. 22). Na realidade os

não-cristãos não se salvam por participar de sua própria religião e sim, *apesar* dela (Vigil, 2006, p. 63).

Apresentamos algumas citações dos documentos conciliares que retratam e confirmam a teologia inclusivista na qual reconhece a salvação para além do cristianismo, no entanto, sempre ligada a ação ou mistério de Cristo. Aqui citamos *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes*, *Ad gentes e Nostra Aetate*:

A única mediação do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma cooperação múltipla, que é participação na fonte única (LG, 6). E isto vale não apenas para aqueles que crêem em Cristo, mas para todos os homens de boa vontade, no coração dos quais, invisivelmente, opera a graça. Na verdade, se Cristo morreu por todos e a vocação última do homem é realmente uma só, a saber divina, nós devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao mistério pascal (GS, 22). O Verbo de Deus, por quem todas as coisas foram feitas, encarnou, a fim de, como homem perfeito, salvar a todos e recapitular todas as coisas. O Senhor é o fim da história humana, ‘o ponto para o qual tendem os desejos da história e da civilização’, o centro da humanidade, a alegria de todos os corações e a plenitude das suas aspirações. É aquele a quem o Pai ressuscitou dos mortos, exaltou e colocou à sua direita, constituindo-O juiz dos vivos e dos mortos (GS, 45). E através da prática daquilo que é bom nas suas próprias tradições religiosas, e seguindo os ditames da sua consciência, que os membros das outras religiões respondem afirmativamente ao convite de Deus e recebem a salvação em Jesus Cristo, mesmo se não o reconhecem como o seu Salvador (AG, 3, 9, 11). Como a Igreja sempre ensinou e ensina, Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação (NA, 4).

O Papa João Paulo II bebe desta mesma compreensão do Concílio Vaticano II escrevendo na *Redemptoris Missio* o reconhecimento da ação do Espírito em outros ritos e culturas, porém sempre vinculando a unidade e comunhão em Cristo. Como podemos conferir alguns trechos:

Os homens só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo, e sob a ação do Espírito[...] Se não se excluem mediações participadas de diversos tipos e ordem, todavia elas recebem significado e valor *unicamente* da de Cristo, e não podem ser entendidas como paralelas ou complementares desta (RM, 5). Precisamente esta singularidade única de Cristo é que Lhe confere um significado absoluto e universal, pelo qual, enquanto está na História, é o centro e o fim desta mesma História: ‘Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim’ (Ap 22,13) (RM, - 6) O Espírito continua a infundir as ‘sementes do Verbo’, presentes nos ritos e nas culturas, levando à maturação em Cristo (RM, 28).

O Papa Bento XVI, por sua vez, chama atenção para os perigos de relativizar um mesmo “valor salvífico” para todas as crenças e publica a *Dominus Iesus* na qual reafirma o Cristo como centro e plenitude da revelação. Assim é declarado: Onde houver sinais de salvação é

ação do único redentor Jesus Cristo. Não existe uma ação do *Logos* como tal que se realize além da humanidade de Cristo (DI, 10.12); Vejamos outras afirmações na DI:

Deve, portanto, *manter-se firmemente* a distinção entre a fé teologal e a crença nas outras religiões. [...] Nem sempre se tem presente essa distinção na reflexão hodierna, sendo frequente identificar a fé teologal, que é aceitação da verdade revelada por Deus Uno e Trino, com crença nas outras religiões, que é experiência religiosa ainda à procura da verdade absoluta e ainda carecida de assentimento a Deus que Se revela. Essa é uma das razões porque se tende reduzir, e por vezes até anular, as diferenças entre o cristianismo e as outras religiões (DI 7). Há ainda quem sustente a hipótese de uma economia do Espírito Santo com um caráter mais universal que a do Verbo Encarnado, crucificado e ressuscitado. Também esta afirmação é contrária à fé católica, que, ao contrário, considera a encarnação salvífica do verbo um acontecimento trinitário (DI, 12).

Como notamos, há uma ênfase muito forte à questão cristocêntrica, mesmo reconhecendo a ação do Espírito para além do cristianismo, a considera experiência religiosa ainda à procura da Verdade Absoluta. Acreditamos que tais posicionamentos seja já uma não aceitação, ou talvez uma não compreensão, da Teologia do Pluralismo Religioso, a qual vamos apresentar em sequência sendo igualmente objeto de nosso estudo.

Entre o exclusivismo, onde afirma a salvação exclusivamente para aqueles que professam e crêem no Cristo, estando todos os que Nele não crer, já condenados, e o inclusivismo, reconhecendo que todos, desde que tenham praticado boas virtudes, poderão alcançar a salvação, mesmo que esta salvação aconteça pela graça mesma de Cristo, pois Cristo age, de forma misteriosa, também naqueles que não professam explicitamente a fé Nele, levando-os à eternidade em Deus Pai, a qual passa necessariamente por Deus Filho, Jesus Cristo, é um salto qualitativo e extraordinário. Todavia, o dilema permanece: “o exclusivismo se torna evidentemente insustentável, mas um universalismo indiferenciado tampouco satisfaz. A saída inclusivista indubitavelmente tem grandes vantagens, mas não dá conta das exigências legítimas do pluralismo” (Queiruga, 2007, p. 94). É, portanto, mais um salto qualitativo, ou ainda uma mudança radical, que se propõe alcançar a Teologia do Pluralismo Religioso ou também chamada de Teologia das Religiões.

3.1.3 O Pluralismo

O que vem a ser Pluralismo? Primeira coisa que devemos ter clareza é que aqui se entende um paradigma de pensamento da teologia das religiões e não a pluralidade das religiões. Vigil assim define:

É a posição teológica segundo a qual todas as religiões participam da salvação de Deus, cada uma por si mesmo e a seu modo. Ou seja, não há uma religião

que esteja no centro do universo religioso. No centro está somente Deus. As religiões giram em torno de Deus como planetas em torno do Sol. Em todas as religiões Deus sai ao encontro do ser humano, sem que haja apenas uma única religião verdadeira, nem sequer uma religião privilegiada da qual todas as outras seriam devedoras ou subsidiárias. O pluralismo cristão sustenta, a respeito do cristianismo, que não ocupa o centro, e sim gira, como uma religião a mais, em torno do centro ocupado somente por Deus (Vigil, 2006, p. 63-64).

Recorramos a Bergeron, para este autor, passa-se da simples pluralidade, ou multiplicidade, ao pluralismo propriamente dito ao se notar que as religiões, sejam quais forem suas formas, não estão em mundos isolados, pois nenhum grupo religioso é uma ilha isolada. Todos se encontram, com mais embates ou mais diálogo num mesmo espaço público, influenciam-se e se deixam transformar nesse contato. Os grupos religiosos e espirituais, assim como os fiéis recorrem a todos os tipos de estratégias para situar-se uns diante dos outros (Bergeron, 2029, p. 95). Nesse mundo de interações e estratégias intrínseca ao próprio contato entre as religiões, grupos religiosos ou fiéis está presente o pluralismo de fato.

Claudio Ribeiro e Daniel Souza, fazendo referência ao teólogo Roger Haight na sua obra *Jesus, símbolo de Deus*, apresenta a seguinte definição: “O *pluralismo* reconhece a multiplicidade das religiões e do valor salvífico delas e defende que outras mediações de salvação estão ou podem estar em ‘pé de igualdade’ com Jesus Cristo” (Ribeiro; Souza, 2012, p. 103). E fazem em seguida uma referência a Paul Knitter: “Jesus é ‘verdadeiro’, mas ‘não o único’ portador de salvação” (Ribeiro; Souza, 2012, p. 103).

Estamos diante de três concepções teológicas bem diferentes, sendo duas bem antagônicas: o *exclusivismo* - que coloca a Igreja ou o cristianismo no centro e todas as outras religiões girando ao redor desse centro; o *pluralismo* – coloca Deus no centro e o cristianismo girando em torno de Deus, sendo apenas mais uma religião entre as demais. Vigil insiste, citando várias vezes o teólogo Hick um dos percussores da teologia das religiões, que é preciso dá um salto para o teocentrismo e sair do ultrapassado eclesiocentrismo ou mesmo do cristocentrismo. Onde no centro estará apenas Deus: a Igreja, Cristo e as outras Igrejas giram em torno de Deus (Vigil, 2006, p. 86-87). E Vigil continua a citar Hick e sua proposição revolucionária, pois tirar Cristo do centro é o que há de mais difícil para a teologia pluralista:

Conforme Hick, devemos deixar de continuar tentando novas teorias do velho modelo,[...] O que falta é cruzar de uma vez por todas a ponte e reconhecer que o universo das fés está organizado e disposto de uma forma diferente daquela refletida no velho mapa, feito quando não eram conhecidos ainda os outros planetas, as outras religiões, da forma como hoje as conhecemos[...] talvez seja o maior desafio teológico da história, porque supõe uma reconstrução qualitativa e total: com necessidade de construir tudo a partir de um novo paradigma e destruir aquilo que se fez até agora (Vigil, 2006, p. 87).

É indispensável ressaltar e aprofundar um entendimento fundamental. O pluralismo não é o contrário do exclusivismo. Vamos ao texto:

Se o exclusivismo afirma que só uma religião é verdadeira e todas as outras são falsas, do pluralismo seria dito que afirma necessariamente o contrário, ou seja, que todas as religiões são igualmente verdadeiras ou equivalentes, seja por julgar que todas são iguais, seja por julgar que todas são formas da mesma religião de fundo, ou que, mesmo diferentes entre si estão todas equidistantes da verdade (Vigil, 2006, p. 88).

É preciso entender, porém, que o pluralismo não é o contrário do exclusivismo. Aqui foge a lógica clássica, a contrariedade de conceitos não corresponde à realidade. Um não é contrário a outro. As proposições teológicas pluralistas não estão elaboradas por contraposição ao exclusivismo. É uma reivindicação de igualdade básica das religiões, mas não um igualitarismo, que queira torná-las idênticas. É basicamente reconhecer que o inclusivismo não é suficiente (Vigil, 2006, p. 88). Dito de outra maneira, o pluralismo é um novo paradigma teológico, não simplesmente se contrapondo a posição atual e majoritária cristã, mas uma nova e aprofundada reflexão.

Neste sentido o estudioso Bergeron nos enriquece e descreve de modo sucinto uma concepção de espiritualidade pluralista:

Qualifico de ‘pluralista’ ou de ‘inter-religiosa’ essa espiritualidade dialogal estruturante aberta às diferentes religiões, liberta de tudo o que entrava o encontro do outro e livre do fechamento ao imprevisto e à novidade que a alteridade representa. A espiritualidade inter-religiosa é uma odisséia que conduz a espiritualidade cristã ao diferente e a reconduz a seu lugar. Vamos a direção do outro para voltar a casa enriquecidos por uma nova visão que permite compreendermos a nós mesmos de uma forma diversa e nos aprofundarmos em nossa própria identidade (Bergeron, 2029, p. 17).

O mesmo autor citado acima compreende o pluralismo religioso propriamente dito, quando as religiões passam da relação de tensão e embate para o coexistir no âmbito de certa tolerância e mesmo no do respeito e da harmonia. “O pluralismo pressupõe a *coabitação pacífica* das diversas entidades e o reconhecimento do direito dos outros a existir socialmente” (Bergeron, 2009, p. 96). O desafio que nos é apresentado como um aprofundamento teológico, é primordial afirmar que não se trata de uma intuição ou descoberta teórica, pelo contrário, existe uma “prática pluralista” que acontece diariamente entre povos de todas as partes do mundo, bem como entre nós. Claudio Ribeiro, teólogo estudioso do pluralismo, um dos pesquisadores do tema de maior referência no Brasil, usa o termo *princípio pluralista*, segundo ele os elementos para uma visão pluralista são: “alteridade, respeito à diferença e o diálogo e a

cooperação prática e ética em torno da busca da justiça e do bem comum” (Ribeiro, 2014, p. 16).

3.2 APROFUNDANDO A TEMÁTICA DO PLURALISMO

O pluralismo de fato é preciso ser levado em conta como nova reflexão teológica. Não há mais como retroagir ou ficar presos a doutrinas e convicções que não respondem mais a conjuntura atual. Diante das formas concretas de expressões diversificadas, as religiões e as culturas veem-se obrigadas a conviver. O teólogo Vigil assim afirma: “O pluralismo religioso não é uma teoria, é um fato, que se aproxima cada vez mais de nós em todos os âmbitos: na sociedade, na cidade, no trabalho, na comunicação, mesmo na família. E ninguém pode se subtrair ao reconhecimento desta nova paisagem humana” (Vigil, 2006, p. 27). Bergeron apresenta um posicionamento semelhante e acrescenta:

O pluralismo se impõe e, ainda que seja árduo interpretá-lo, é preciso no início reconhecer a sua fecundidade [...] O pluralismo religioso não é uma questão teórica; ele se impõe como um fato incontornável que apresenta uma questão fundamental: como viver de uma forma humana, humanizante e sensata (e cristã) em meio a tantas opções religiosas e espirituais? (Bergeron, 2009, p. 116 e 123).

Portanto, o caminho a ser feito é aprofundar o estudo, as reflexões e atitudes que consolidem uma Teologia das Religiões abrangente e enriquecedora para todos os povos, culturas e nações, visto que, o religioso é intrínseco ao humano. Uma teologia que fortaleça e consolide diálogos capazes de dar a cada religião capacidades de ultrapassar suas próprias limitações. Mudanças capazes de cessar as zombarias, as intolerâncias, os preconceitos. Adotar e reconhecer o paradigma teológico do pluralismo, não vi igualar as religiões. Cada religião tem uma história um desenvolvimento diferente tem sua própria evolução e pode está em níveis mais ou menos avançados em relação a experiência do divino. Não convém nem pensar as religiões como todas iguais e igualmente não convém pensar apenas uma como verdadeira. É justamente esse universo diverso de identidades específicas, peculiares, não podendo ser nem incorporadas, traduzidas ou reduzidas, mas ricas em si mesmas que formam o pluralismo.

Fica-se evidente, portanto, que o pluralismo não cai no relativismo, visto que, afirma a relatividade das formas religiosas, e não o relativismo diante das religiões. Relatividade e relativismo são coisas distintas. O Pluralismo reconhece a relatividade de algumas coisas antes devidamente tidas por absolutas, sem cair por isso no relativismo. Busca identificar o que realmente é absoluto e não absolutizar o que é relativo (Vigil, 2006, p. 90). Poderíamos nos perguntar, mas não está tudo confuso? Relativiza e ao mesmo tempo não relativiza, absolutiza

e ao mesmo tempo não absolutiza. A “chave” é justamente essa. Buscar compreender, rever, analisar, refletir e sobretudo ir a concretude real sem se prender a afirmações ou conceitos pré-estabelecidos.

3.2.1 Uma nova forma de compreender a verdade e as religiões

Não pensemos que tal postura de “possuidores da verdade” é exclusividade do cristianismo. Podemos listar tal características em inúmeras crenças: Seguidores de Krishna pensam ser seu Deus o mesmo adorado pelos muçulmanos, budistas e cristãos e pensam que apenas não se conhece o nome do verdadeiro Deus de nome Krishna; o Islã, prega ser a única religião completa, verdadeira e universal; Adeptos da Nova Era veem o Cristo assim como o Buda, Krishna, Maomé como encarnações da Energia vital que eles acreditam; No budismo também é forte a crença de ser o único caminho pelo qual todos os seres podem chegar a salvação, outra crença ainda do budismo afirma que tudo que existe e acontece está misteriosamente ligado a Buda.

Mais uma vez Vigil faz uma excelente síntese referindo-se a questão da exclusividade que cada religião se autocompreende. Vejamos:

Cada religião crê, pois, ser o centro do universo, o único centro, obra de Deus (não humana), e obra única de Deus (não uma religião como muitas outras), comunidade eleita (a privilegiada entre todas), ornada com a honra e responsabilidades de ter sido chamada a salvar o mundo. Por isso as religiões preferiram viver isoladas em sua pureza, fechadas à influência de outrem, rejeitando tudo o que lhes fosse alheio, ou crendo ser-lhes próprio o que evidentemente não podiam rejeitar. Elas se sentem as únicas, por exclusão ou inclusão de todas as outras (Vigil, 2006, p. 273-274).

O teólogo Bergeron igualmente reflete sobre a pretensão de universalidade presente em todas as religiões:

Todas as religiões, novas ou antigas, aspiram a universalidade de sua mensagem; todas afirmam ter capacidade de libertar tudo no homem e todos os homens. Em sua pretensão a universalidade, chocam-se de frente com outros grupos religiosos que, por seu turno, são portadores de mensagens destinadas a todos. As religiões se entrechocam. Os contatos que uma religião estabelece com outros grupos religiosos fazem parte integrante da compreensão que ela tem de si mesma. As religiões se definem também na afirmação de sua diferença. Por detrás da doutrina, dos rituais, das práticas, são concepções de mundo diferentes, até opostas, que se confrontam no mesmo espaço público (Bergeron, 2009, p. 96).

Se é fato que todas as religiões querem ser a única, “a verdadeira”, isso é o suficiente para desacreditar tal pretensão, é igualmente lógico pensar que todas podem estar equivocadas, ou talvez uma estaria correta e todas as outras erradas. A linguagem da eleição, portanto, que

se acredita ser correta e eleita nossa própria religião, ocorre em todas as religiões, de modo espontâneo e como forma de linguagem confessional e auto afirmativa, dando-nos possibilidade hoje de uma nova interpretação. Não há religião eleita e sim santidade e verdade em todas as religiões humanas, levando-nos a concluir necessariamente que todas as religiões são verdadeiras (Vigil, 2006, p. 76).

É de suma importância entender que o exclusivismo religioso não é algo específico ou unicamente do cristianismo, na verdade é presente no modelo estrutural de basicamente todas as religiões, vai se dando espontaneamente, seria uma limitação natural ou mesmo inevitável, sendo parte da própria condição evolutiva e processual na esfera individual e coletiva do ser humano. Porém com os avanços que temos hoje, ao observar as outras religiões, cada uma necessariamente deve voltar-se reflexivamente sobre si mesma. E esse ver a outra e se rever, inevitavelmente todas têm que revisar sua própria teologia das religiões, para assim, ressignificar o seu papel nessa pluralidade a própria religião que reflete. A percepção evidenciada, não será outra, senão de que a própria religião é uma a mais entre outras, mesmo chocando com a concepção exclusivista original de cada religião (Vigil, 2006, p. 113-114).

No que se refere ao exclusivismo presente em todas as religiões, vale a pena lermos na íntegra mais um texto escrito por Vigil:

É um fato notável que toda religião conhecida considera a si mesma como *a* religião, como a religião verdadeira perante todas as outras, naturalmente consideradas falsas, ou que talvez nem religiões sejam, mas apenas sucedâneos da verdadeira religião: ‘crenças’, superstições, pensamento mágico, tradições culturais religiosas... As religiões consideram a si mesmas – cada uma delas, por sua vez – como obra direta e única de Deus. Esta pretensão de ter sua origem no próprio Deus e de ser ‘a única religião existente, a única querida por Deus, a única estabelecida por Deus para a salvação do mundo’, dá a cada uma delas de possuir a verdade absoluta, divina, insuperável, capaz de levar o ser humano a viver e a morrer por ela, em sua defesa, por sua expansão ou pelo cumprimento de suas leis (Vigil, 2006, p. 271-172).

Essa convicção de cada religião em se achar única e verdadeira, umas mais outras menos, tem-se feito seus devidos esforços para salvar o restante da humanidade. São inúmeras as missões para converter os povos e “salvar suas almas”. Religiões guerrearam entre-se, religiões indígenas foram erradicadas, e tantas outras tristes situações. (Vigil, 2006, p. 272). A própria história do Brasil nos conta que os negros trazidos da África para serem escravizados na colonização do País, devido à grande mortalidade na travessia pelo mar, eram batizados a força ainda no navio, pois no caso de vir a óbito já estaria salva “sua alma”.

Como se nota, a proposição pluralista está posta, com seus fundamentos e análises, naturalmente necessitando de um longo caminho para talvez uma consolidação como pensamento majoritário cristão, por outro lado, não há simplesmente como contestar o paradigma teológico do pluralismo religioso, como um erro ou equívoco, pois é uma posição que tenta responder a questões concretas de nosso tempo, com clareza de método, audácia e ao mesmo tempo prudência e respeito. E mesmo que se mude o paradigma e a postura como outrora já se fez no cristianismo não significa uma heresia ou uma negação da fé.

3.2.2 Conceito de Verdade

Já falamos anteriormente sobre o conceito clássico de verdade e a nova compreensão pós-moderna. A base de pensamento aristotélica concebe que a verdade (*verum*) era sempre uma (*unum*), e não pode entrar em contradição com outra verdade: o que é não pode não ser, e duas coisas não podem ser simultaneamente sob o mesmo aspecto. Um esquema de pensamento bem bipolar de verdadeiro/falso, bom/mau (Vigil, 2006, p. 113). Essas conclusões partem do *princípio da não contradição*, o qual afirma que algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo e do mesmo aspecto. Se há duas afirmações contrárias ou diferentes onde uma nega a outra, necessariamente uma é verdadeira e a outra é falsa, não podendo ser as duas verdadeiras. Isto é isto porque não é aquilo. Conclui-se assim: a verdade é uma, não podem ser duas (contrárias) ou é uma ou é outra. Tudo se regula pelo critério da não contradição. Nunca os dois, ou um ou outro. Única, exclusiva, excludente de outras verdades, isto é a verdade; bem definida, com limites bem precisos. Formulando assim o conceito de verdade como unicidade e absolutidade, a verdade “clara e distinta”, uma verdade além e indubitável. A verdade é somente uma e única, e, portanto, absoluta. Este modelo de verdade vai influenciar de forma muito decisiva e profunda o Ocidente com todo o seu desenvolvimento. Tal modelo igualmente ecoaram ainda mais fundante no campo religioso. Principalmente a verdade religiosa pretende ser única e absoluta, excluindo em princípio toda outra verdade religiosa. Sendo Indubitável e eterna, imutável (Vigil, 2006, p. 251-252).

O contrário, é a percepção do pensamento moderno: uma verdade compatível com a pluralidade, do caos ou dos opostos podem surgir concordâncias e verdades. A partir da pesquisa histórica, do pensamento historicista moderno, percebe-se que tudo é histórico, evolutivo e está em movimento; nada está fechado em sua própria definição. Tudo está relacionado com tudo, a existência é um nó de relações. Já não cabe mais um modelo de verdade que se baseia na exclusão ou inclusão das outras; e sim uma verdade baseada na relação e não na exclusão nem na inclusão, antes, na característica de relacionar-se com outras verdades,

como por crescer e se enriquecer nesse multirrelacionamento. Não há verdade só, isolada, completa e perfeita em si mesma, intocável e entronizada na cúpula da absolutização. Por sua própria natureza, a verdade precisa de outra verdade, completa-se e se enriquece em sua relação com outra. Caso contrário há de ser questionada em sua veracidade, como pode uma verdade não ser colocada em relação com outras? (Vigil, 2006. p. 256). Vigil exemplifica:

Eu sou eu, não porque não sou você, e sim porque sou teu correlato; eu sou eu porque existo diante de você e sou parte de você, e vice-versa. Eu não posso chegar a ser eu a constituir minha unicidade pessoal senão em relação com outro. Uma verdade que não tolera ser posta em relação com outras é uma verdade que não pode ser verificada. Uma verdade se consolida e se prova a si mesma, não triunfando sobre as outras porque as destrói ao excluí-las, ou as substitui ao incluí-las, e sim porque se entrega e se enriquece em relação com outras; interagindo com elas mostra seu lugar próprio na multirrede universal (Vigil, 2006, p. 256).

Podemos concluir: as verdades não se opõem nem se anulam mutuamente, pelo contrário, se somam, convergem, complementam-se. São e devem ser vistas como verdades complementares, todas devem se complementar mutuamente, jamais serem disjuntivas. No que se refere às religiões, a complementariedade acontece não somente porque todas as religiões são verdadeiras, mas além disso, porque não há religião perfeita e que não tenha algo a aperfeiçoar, como se já tivesse captado tudo e nada mais há a aprender (Vigil, 2006, p. 279).

Aplicando tal compreensão às religiões, pode se afirmar: não necessariamente uma religião tem que ser verdadeira ou falsa, boa ou má, mas há verdade em religiões mesmo com elementos e expressões tão diferentes. O fato de uma ser verdadeira, não necessariamente, coloca a outra ou as outras no patamar de falsas. Todas podem possuir muito conteúdo verdadeiro, sem que isso seja uma contradição.

Recorramos aqui a uma nova compreensão e conceito de revelação. Deus busca revelar-se para todos os seres humanos, todos os povos, numa busca mais próxima e intensa possível, por outro lado todas as religiões podem dizer que é essa busca do ser humano de comunicar-se ou unir-se a Deus. Neste sentido o renomado teólogo Andrés Torres Queiruga vai afirmar que em todas as religiões há a presença de revelação: “Deus está realmente presente em todos os homens e revela-se a eles realmente – apesar de toda as deformações: revela-se a eles sobretudo nas experiências mediadas por suas tradições religiosas” (Queiruga, 1995, p. 150). Na história das religiões há verdade e santidade, logo, aqueles que a praticam se salvam nelas e por elas. Deus se revela e salva em todas e em cada uma das religiões, pois uma coisa está ligada a outra. Se ele se releva a cada uma é para salvar, se ele salva e se revela, todas são verdadeiras. Podemos concluir que as religiões têm o seu valor em si mesmas (Vigil, 2006, p. 275-276).

Não podemos deixar de ressaltar algo fundamental: até aqui não foi dito que todas as religiões são iguais e perfeitas, que todas são constituídas de verdade pura sem incorrer em erro nenhum. Como exposto anteriormente, as religiões espontaneamente vão fundando-se numa visão exclusivista frente as demais realidades religiosas, elas são exclusivas, ou seja, cada uma se autodenomina verdadeira perante as demais, isso numa atitude própria de autoafirmação e de ser segurança para um determinado povo. Hoje somos desafiados, portanto, a reconhecer que aprendemos com outras crenças, com outros povos, não somos portadores de uma verdade plena, a ponto de subjugar ou excluir outras, mas de crescer e se correlacionar. Hoje a afirmação deve ser diferente: “atrevemo-nos a dizer que Deus tem – que Deus é – toda a verdade, mas que uma religião não pode ter inteira em exclusividade” (Vigil, 2006, p. 280).

Tal afirmação choca, a posição exclusivista, no cristianismo, por exemplo, a teologia fundamenta que a verdade está em Cristo e a plenitude da Revelação Divina é Cristo. Não se trata de uma desconstrução da teologia cristã, mas de olhar de outra maneira, reconhecer verdades para além da nossa não exclui ou diminui a nossa. Porque toda verdade, como já foi dito e analisado, se deu dentro de um processo de construção baseado em outras verdades, sendo, conseqüentemente complementares como já afirmamos. Ferreti afirma de modo bem categórico: “Embora alguns não admitam, todas as religiões são sincréticas, pois representam o resultado de grandes sínteses integrando elementos de várias procedências que formam um novo todo” (Ferreti, 1998, p. 183).

3.2.3 Todas as religiões são verdadeiras

Diante da realidade que se impõe, do avanço científico e histórico, ou mesmo das análises feitas até aqui, não dá mais para continuar com a singularidade cristã, como a única religião verdadeira, nem igualmente as demais religiões que se autodefine singulares, como sendo a única religião verdadeira. Por outro lado, a afirmação pluralista de que todas as religiões são verdadeiras não implica em um igualitarismo radical. Vigil assim descreve:

Todas são verdadeiras, como já dissemos, porque todas podem veicular, cada uma a sua maneira, a verdade; porém, isso não significa que todas sejam igualmente verdadeiras na realidade, nem que algumas alcancem maior desenvolvimento do que outras na relação com a verdade. Como dissemos, em matéria de religião já não tem sentido a contraposição verdadeiro/falso, mas apenas uma prudente diferenciação entre religiões *mais* e *menos* verdadeiras (Vigil, 2006, p. 291).

Queiruga, por sua vez, defende que a presença real de Deus sempre se deu no coração de toda história da humanidade de forma reveladora e salvífica. Presença essa que se traduz nas religiões de forma concreta. Para ele não há apenas uma religião revelada (como reivindica

muitas vezes o cristianismo) e denominando as outras como religiões “naturais”. Essa visão cristã de eleição, predileção, ou seja, qual “privilégio” for, só dificulta ainda mais o diálogo. Queiruga afirma:

Se partirmos da contraposição entre religião verdadeira e religiões falsas, sem falar da adoção de uma postura pretenciosa e injusta, dificilmente se poderá entabular um diálogo autêntico. Se, pelo contrário, partirmos da afirmação de que todas as religiões – enquanto modos específicos de acolhida e configuração comunitária da universal presença salvífica de Deus – são verdadeiras o diálogo brota por si mesmo (Queiruga, 2007, p. 139).

Perante tais afirmações, é legítimo falar que uma religião pode ter a pretensão de ser a mais verdadeira. Tal pretensão desemboca em outra problemática a razão pela qual uma religião seria mais verdadeira que a outra. Vigil esclarece que tal desigualdade das religiões, não seriam atribuídas a suposta vontade de Deus, Ele quer se comunicar ao máximo com todas as suas criaturas, a causa é a própria finitude humana que torna impossível a igualdade. Em cada caso, cada um vai colher a graça igualitária de Deus conforme suas capacidades e sua própria vontade. Cada religião ou povo terá sua particularidade própria e irrepetível.

Os teólogos brasileiros, pesquisadores das religiões, Claudio Ribeiro e Alonso Gonsalves, retomando os pensamentos de Roger Haight e Paul Knitter assim escrevem: Jesus é ‘verdadeiro’, mas “não o único” portador da salvação. Tal relatividade histórica leva o Cristão a definir mais exatamente o conteúdo de sua fé em Jesus. A normatividade de Jesus não exclui o pluralismo religioso, muito menos a sua valorização positiva (Ribeiro; Gonsalves, 2024, Cap. III, p. 77). Todo bom teólogo compreende e concorda que Deus é sempre maior, conhecê-lo só será possível na dimensão do mistério. Nada e ninguém possuem a posse plena de Deus.

A história gera essas particularidades, inevitáveis, cada povo vai ter sua peculiaridade concreta e naturalmente sua religião peculiar. Tal peculiaridade concreta, podendo ser, mais ou menos verdadeira se comparadas umas com as outras é algo contingente (é assim, mas poderia ter sido de outra maneira). Especificamente, podemos afirmar: uma religião poderia ser a melhor de fato, não sendo, porém, a única verdadeira. Afirmação que não seria uma verdade *a priori* inquestionável, mas contingência histórica, realidade de fato e não de direito. A superioridade de uma religião permanece, mas não essa classicamente afirmada pela maior parte das religiões sobre si mesmas, na nova compreensão a superioridade seria *a posteriori*, não fundamentada em nenhum privilégio ou eleição por parte de Deus, seria uma superioridade por obra do ser humano, e, portanto, a ser percebida e comprovada *a posteriori*, a partir da história e fatos concretos (Vigil, 2006, p. 292).

Poderíamos afirmar ainda o contrário, todas as religiões são falsas, ou melhor, todas as religiões são verdadeiras... e ao mesmo tempo falsas. A história não é tão positiva assim para com as religiões. A história das religiões foi se constituída tanto de bem como de mal tanto de pecado como de graça. As guerras, maior catástrofe humana, na sua maioria, foi apoiada e abençoada por instancias religiosas. As religiões por longo tempo apoiaram as guerras, no geral como elemento a mais de autoafirmação egoísta, dos povos nela implicados. A religião tem sido grande protagonista da história humana, e corresponsável por grandes erros e acertos. Nem sempre as religiões estiveram a favor da justiça e dos mais fragilizados. Os aspectos injustos e imorais presentes nas religiões a tornam realmente muito falsas. As religiões não são infalíveis, pelo contrário, estão submetidas à cultura e incultura de cada época, corre-se o risco das ilusões de ópticas e a fantasia com a realidade, são tantas as possibilidades de erros. Em muitos momentos da história já se proclamou erros e equívocos como verdade absoluta. São inúmeros os equívocos materiais e científicos cometidos pelas religiões (Vigil, 2006, p. 288-289).

3.2.4 Relatividade e ambiguidade das religiões

É bastante coerente afirmar que as religiões são relativas e não absolutas, pois pensar uma religião no sentido de ter toda a verdade ou de ser inteiramente verdadeira. Como acabamos de ver, institucionalmente falando não há religião que não tenha cometido erros gravíssimos, bem como equívocos doutrinários e teológicos. Não só não existe religião absoluta, no sentido que acabamos de expor, como não poderia existir. Visto que, uma religião não é exclusivamente divina, mas igualmente e essencialmente humana. Tudo que é humano é naturalmente limitado, falível, ambíguo, imperfeito. Ao entrarem em sua realização dentro das limitações de uma comunidade histórica, os elementos divinos e verazes não podem ser jamais tomados em sentido absoluto, “o saldo do conjunto” de cada religião é que deve ser levado em conta, todo progresso humano carrega sombras de retrocessos. Visto que as religiões são realidades humanas, não há e não pode haver nenhuma religião perfeita. Cada religião tem sua perspectiva própria, única e particular, no seu modo de vivenciar e abordar o mistério, assim como, cada uma terá sua riqueza não possuída pelas outras, igualmente todas, sem exceção, carrega e devem reconhecer algumas cegueiras inevitáveis, que tem como fonte os inevitáveis limites de suas próprias circunstâncias (Vigil, 2006, p. 301).

Queiruga desenvolve essa mesma reflexão, primeiro cita Nicolau de Cusa com a frase: “nenhuma religião pode superar todas as demais em todos os aspectos” (Queiruga, 2007, p. 156-157). E continua afirmando que todas as religiões formam vários caminhos que parte do plano humano para ascender ao Mistério. Essa ascensão pode atingir alturas diferentes. No caso

do cristianismo, se diz ter atingido o cume insuperável, dentro das possibilidades da história humana. No entanto, reconhece-se todas, incluindo a que se ver no cume, todas espalham a comum riqueza inesgotável, dentro de configurações finitas. “Cada uma a reflete à sua maneira e a partir de uma situação particular. Todavia, à medida que sobem e se aperfeiçoam, se aproximam entre si, segundo a famosa frase de Teilhard de Chardin: ‘Tudo o que ascende, converge’” (Queiruga, 2007, p. 156-157).

Destarte, não há outra opção a não ser esse olhar para si mesma que cada religião deve fazer, esse auto entendimento e avaliação da sua dimensão divina e princípio absoluto, porém concretamente relativo pela limitação humana ao vivenciar ou penetrar na realidade divina. Queiruga evidencia a tradição bíblica, ao compará-la com as demais, conclui que: “nem aquela é tão ‘divina’ que não permita ver com evidência o esforço e também as falhas e feridas da reflexão humana, nem as demais são tão ‘humanas’ que não permitam apreciar a presença viva e salvífica do Divino” (Queiruga, 2007, p. 42).

Neste sentido as religiões são na verdade, realidades ambíguas, com dupla face, “o melhor e o pior da humanidade”. “A religião representa o melhor e o pior do ser humano, precisamente porque toca nas questões últimas” (Panikkar, II diálogo inter-religioso, p. 11 *apud* Vigil, 2006, p. 302). Ou ainda mais impactante: “A religião é ao mesmo tempo divina e demoníaca” (Panikkar, “*El escándalo de las religiones*”, em Francesc Torradeflot (org.), *Diálogo entre religiones. Textos fundamentales*, p. 175 *apud* Vigil, 2006, p. 302). Não há uma religião toda pura. Vigil cita ainda Hans Küng: “Concretamente, toda religião é uma mescla de fé, superstição e incredulidades” (Hans Küng, *Ser Cristiano*, p. 108 *apud* Vigil, 2006, p. 302).

Basta olharmos na prática, na religiosidade popular, para percebermos o entrelaçamento entre a fé e o amor, o temor e o interesse, o pensamento mágico e a superstição. Mesmo em setores sociais mais desenvolvidos, cultos ou urbanizados, as práticas de horóscopos, bruxaria, consultas a adivinhos etc. são mais difundidos do que se conhece. A dualidade bem e mal, moral e imoral, verdadeiro e falso, permeia sem dúvida o fenômeno religioso (Vigil, 2006, p. 302).

A pergunta ou medo seria: tal posicionamento ou consciência pluralista não nos levaria para o relativismo? Para Bergeron suplantar esse perigo é purificar a fé. A convicção religiosa íntima, pode ser tão forte quanto outrora. Seria reconhecer que há elementos verdadeiros em outras convicções religiosas ou orientações de vida a atitude do cristão pluralista contemporâneo. Enquanto estrutura de sociedade, na contemporaneidade, não há mais como se sustentar um modelo único de religião, nem uma consciência dos tempos modernos socialmente orientada para um único tipo de crença, ela é secular e pluralista (Bergeron, 2009, p. 126). Ribeiro e Gonsalves enriquece a reflexão e afirmam:

a visão pluralista nem anula as identidades religiosas, por um lado, e nem as absolutiza, por outro. A perspectiva pluralista olha as religiões em plano dialógico e diatópico, considerando cada contexto, especialmente os diferenciais de poder que neles estão presentes. Não se trata de igualdade de religiões, mas de relações justas, dialógicas e propositiva entre elas (Ribeiro; Gonsalves, 2024, p. 77).

Todavia, a complexidade da temática em questão é verídica e presente na teologia católica. Esse equacionamento entre a pluralidade das religiões e a não relativização do cristianismo, que tem a legítima reivindicação de ser universal, coloca a teologia católica, por um lado, se reconhece o sentido presente nas tradições religiosas, os seja, o pluralismo como fato irrevogável; por outro lado, há uma questão sensível que não pode ser ignorada: a salvação exclusivamente por meio de Jesus Cristo. Paul F. Knitter constata: “A teologia católica das religiões está hoje diante duma encruzilhada desconcertante e desafiadora” (Knitter, 1986, p. 105).

Outro estudioso das religiões, o teólogo, Mário de França Miranda, tenta dar uma resposta: “Respeitamos os programas salvíficos das outras tradições religiosas sem reduzi-los a meras fantasias, levamos a sério suas experiências salvíficas, oferecendo um sentido teológico para as religiões e afirmamos o critério salvífico cristão como instância salvífica para todos (Miranda, 1998, p. 103). A questão está longe de ser respondida, o impasse permanece, todavia, as reflexões até aqui apresentadas e as que se seguirão, aprofundam e ampliam nossa reflexão, bem como, o agir diante da realidade concreta, plural, dos tempos presente.

Há uma abordagem feita por Queiruga, com a qual nos identificamos, que tenta aprofundar e propor um entendimento da complexidade entre cristocêntrico e teocêntrico, ponto bastante decisivo. Essa temática foi abordada logo no início dessa sessão. O autor elabora o que denomina de “Teocentrismo jesuânico”. Sem negar a “plenitude” e “definitude” da revelação em Cristo e ao mesmo tempo reconhecendo Deus como o centro último. Recorramos ao próprio texto do teólogo:

Para que se entenda bem o peculiar caráter ‘teocêntrico’ que estou tentando propor, parece-me conveniente começar acentuando a importância decisiva da pessoa histórica de Jesus. Decisiva porque, embora não se faça de Jesus o centro absoluto, o teocentrismo está tão intimamente unido a ele que para a confissão cristã não há lugar para uma possível separação nem para realização equivalente paralela em nenhum outro indivíduo – passado, presente ou futuro – da história humana (Queiruga, 2007, p. 104).

Seria afirmar que, historicamente falando, Jesus ao oferecer seu modo novo e pleno de compreender o Deus *único comum a todos*, está intimamente conectado a esse mesmo Deus. Queiruga assim conclui: “para mim, não existe um teocentrismo *pleno* que não inclua aquilo

que foi revelado em Jesus de Nazaré, isto é, que não seja também jesuânico” (Queiruga, 2007, p. 108-109).

3.2.5 Pluralismo assimétrico

Independente de afirmar que todas as religiões são verdadeiras e de que todas têm algo de falso, isso não quer dizer que elas estejam sendo colocadas num mesmo grau. Não tem como encontrar uma simetria que as iguale. “Sendo todas verdadeiras, nem todas têm igual profundidade” (Queiruga, 2007, p. 97). O mesmo autor descreve de outro modo: “é impossível ignorar o fato das diferenças reais nas conquistas das diferentes religiões; não porque Deus discrimine, mas porque por parte do homem a desigualdade se torna inevitável” (Queiruga, 2007, p. 96). Na verdade, umas podem ser mais “avançadas” em determinadas circunstâncias, bem como, conter certas debilidades relativos a outras situações. Cada religião com seus pontos fortes, com sensibilidades e clarividências /especiais em certos aspectos e debilidades e “cegueiras” em outros. Esse reconhecimento é que se define como *pluralismo assimétrico*. Nesse sentido, Vigil interroga e esclarece:

Por não serem perfeitas, nenhuma religião pode dizer que sabe tudo sobre Deus; por ser assimétrico o pluralismo, tampouco pode uma religião dizer que conhece Deus melhor do que as outras. Por isso, todas podem aprender. Entre duas religiões, qual delas tem a verdade? Ambas. Qual deve ensinar a qual? Ambas podem aprender e ensinar mutuamente (Vigil, 2006, p. 303).

Não podemos negar, que tais afirmações para o ambiente, crença e vivência cristã, chega a ser um certo choque, pois viveu-se tantos séculos com sentimento, às vezes, inconsciente de sermos os “detentores e seguidores” da verdade absoluta perante a falsidade das outras religiões. Rever “nossa verdade” chega a ser angustiante, ou mesmo, capaz de abalar a fé em primeiro momento. Mas pelo contrário, reinterpretar nossa própria crença é nos libertar para crer ainda mais. É entrar no dinamismo novo, que o próprio tempo e cultura nos coloca.

Interpretar uma religião nunca deve ser a partir de fora somente, mas tal interpretação precisa ser validada pela aceitação daqueles que são interpretados, dos que a vivem a partir de dentro. A validação só pode ser dada por crentes da religião analisada, as interpretações feitas a partir de fora não podem ser consideradas plenamente válidas. Inclusive, as opiniões de crentes de outras religiões sobre a nossa própria podem nos levar a uma revisão interna, conversão e purificação (Vigil, 2006, p. 302). Nesse mesmo sentido Queiruga cita uma excelente síntese de Wilfred Cantwell Smith: “nenhuma afirmação sobre uma religião é válida, a menos que os crentes da mesma possam subscrevê-la” (*The History of Religions. Essays in Methodology*. 1959, p. 42 *apud* Queiruga, 2007, p. 141).

As conclusões que reconhecem *a posteriori* o cristianismo em um nível superior enquanto “proposta e fundamentos” dessa religião, jamais devem dar o direito de os cristãos se sentirem mais privilegiados. Ao falar da universalidade cristã, Queiruga chama atenção de forma bem categórica:

Não deve tratar-se de uma ‘universalidade de conquista’. Ninguém pode pensar hoje, com um mínimo de sensatez, que toda revelação tenha se concentrado unicamente na tradição bíblica e cristã, diante de um mundo totalmente privado da presença reveladora de Deus. Os tempos para jogar com a tola e horrível tentação de um ‘exclusivismo’ cristão devem ser muito bem esquecidos e sepultados (Queiruga, 2007, p. 69).

Partindo das reflexões até aqui apresentadas, alguns incluem o cristianismo como a religião insuperável na história humana, que em seu conjunto, alcançou os maiores níveis da acolhida do divino, sendo a melhor oferta existente na história. Não seria a única religião verdadeira, nem a eleita, nem a substância verdadeira de todas as outras como pelo inclusivismo, mas ao analisar a história humana, pode-se chegar a tal conclusão. Naturalmente, existem postos particulares de debilidades. Chegamos a um ponto central, que inclusive pode ser questionado, e justamente por não ser opinião fechada o torna central e interessante. É um posicionamento bem distante do exclusivismo, isto é, de pertencer a única religião verdadeira, mas igualmente bem distante de toda posição igualitarista, relativista, indiferentista ou cética (Vigil, 2006, p. 295). O teólogo Queiruga é um dos defensores desta visão:

Refiro-o somente ao núcleo, ou seja, à descoberta das ‘chaves fundamentais’ de nossa relação com Deus. E me centro na afirmação de um Deus pessoal, que ama sem limites (‘consiste em amar’, 1Jo) e perdoa sem condições, que põe o amor, o perdão e o serviço como fundamento da existência humana. Quando falo disso em público, sempre convido alguém a me dizer concretamente se conhece algo melhor ou se é possível conceber-lo (Fonte do autor, *por manuscripto apud* Vigil, 2006, p. 395).

A grande pergunta que podemos nos fazer: o que há de tão extraordinário em Jesus capaz de conseguir elevar a humanidade a um nível tão alto? Qual o seu mistério? Toda essa gama de reflexões até aqui apresentada e referenciada a partir de diferentes pontos de vista, nos coloca em uma das linhas centrais de nossa dissertação: a harmonia entre os povos, o cuidado ético com a vida, como meio de administrar e superar as controvérsias entre as religiões.

O diálogo entre as religiões, já não é mais apenas uma dimensão da fé, um elemento a mais dentro da proposta ou doutrina cristã ou de outra expressão religiosa. Seja pela mudança de mentalidade, consequência do pensamento e compreensões da modernidade, pela realidade concreta, na qual a sociedade é obrigada a comunicar-se e relacionar-se como o diferente, com

o que professa outra fé, ou pelo desejo de paz e proposta ética professado pelas religiões, ou enfim, por não haver outro caminho humanizante ou humanizador que não seja a promoção do bem comum a preservação da vida humana e do planeta. Por estas e outras razões, o caminho do diálogo sincero se apresenta como oportuno e viável. A teóloga Kwok Pui-lan fundamenta: “é imperioso para as pessoas de todos os credos trabalharem rumo a um futuro no qual a religião possa ser uma força não de destruição, mas para o bem comum” (Pui-lan, 2015, p. 64).

3.2.6 Seria o pluralismo religioso querido por Deus?

Naturalmente, na base da formação cristã, conhecer outras religiões nunca foi preocupação, mesmo porque Deus se revelara à toda humanidade em seu Filho Jesus, outras religiões pouco importavam ou importam. O pluralismo religioso ou pluralidades de religiões era considerada negativamente. Diríamos que mesmo nos cursos de Teologia, pouco se aprofunda sobre outras religiões. Em outros tempos da história humana os deuses das outras religiões foram considerados diabólicos, ídolos, deuses falsos, vaidade, causa de todo mal (Vigil, 2006, p. 110-111).

Para Bergeron, no pluralismo há uma correspondência com a própria natureza da realidade. O mundo simplesmente não existiria sem a pluralidade. Essencialmente múltipla, polimorfa, complexa, variável e misteriosa é a realidade humana e cósmica. O modo de ser do cosmo e da humanidade é plural, é pluralidade:

O pluralismo religioso inscreve-se no destino histórico do ser humano. Não se pode mais pensar, como se fez por muito tempo no cristianismo, que o múltiplo, sendo fruto da cegueira da humanidade, deveria recuar gradualmente até seu completo desaparecimento, graças ao triunfo da única verdade, a cristã. O pluralismo religioso inscreve-se na própria natureza do homem e de Deus. A diversidade e a riqueza das culturas envolvem necessariamente uma multiplicidade de expressões religiosas, pois não é o homem em si, abstrato, metafísico, que busca a Deus, mas na verdade o homem enculturado (Bergeron, 2009, p. 100).

Vemos claramente até aqui que a pluralidade e diversidade de culturas e expressões religiosas é próprio do existir humano ou do existir do cosmo. Bergeron, por sua vez, não hesita em responder ao título acima, formulado em forma de pergunta:

A teologia ensina sem problemas que o pluralismo religioso é desejado por Deus e procede de seu misterioso desígnio. A despeito de seus limites, as múltiplas tradições religiosas, ao longo da história e no âmago do mundo, estão a serviço de uma melhor manifestação da inesgotável plenitude de Deus. Se o pluralismo de direito corresponde a uma exigência da natureza humana e ao desígnio de Deus, a emergência do pluralismo religioso atual deve ter um sentido teológico particular. Sou daqueles que veem o pluralismo religioso como um sinal dos tempos (Bergeron, 2009, p. 104).

Nos surpreende, todavia, que agora o pluralismo religioso não é mais visto como negativo, mas sim positivo e mesmo querido por Deus. Não se tem mais o ideal que uma religião se imponha finalmente sobre todas as outras, isso, inclusive, coloca em crise a visão de que o pluralismo era negativo, sem sentido e fadado a desaparecer.

Segundo Vigil, há motivos concretos que fundamentam esse olhar positivo para o pluralismo: a) Uma nova imagem de Deus – Ele jamais deixaria a imensa parte da humanidade sem atenção, abandonada a iniciativa humana sem sair ao seu encontro, à espera da missão cristã; b) Uma nova imagem da revelação – Deus não se revelaria a um único povo, pelo contrário, é um processo ligado a todo ser humano e a todos os povos; c) Uma nova imagem do ser humano – Todo ser humano e povo está em condições de receber a ação revelatória de Deus, bem como “destinado” a salvação, por isso Deus se relaciona com ele necessariamente por meio de uma forma de eclesialidade, isto é, sua religião; d) Uma nova imagem do cristianismo – a pretensão de universalidade hoje necessariamente passa por outro entendimento, por um tempo inclusive se acreditou ter anunciado a mensagem cristã a todo orbe habitado, como também já se acreditou, em princípio do século XX que em um curto espaço de tempo se iria converter religiosamente o resto do mundo. A ação missionária destinada a conversão de todo o mundo, neste sentido de todos os habitantes, parece ter fracassado (Vigil, 2006, p. 112).

A teologia pluralista seria, portanto, o trilhar novos caminhos, dentro dessa busca positiva de novos horizontes, pois urge um novo pensar e fazer teológico e religioso. Claudio Ribeiro, propõe um caminho, de certo modo, bem central dentro dessa visão e perspectiva pluralista:

a noção de que cada religião tem a sua proposta salvífica e também de fé, às quais devem ser aceitas, respeitadas e aprimoradas a partir de um diálogo e aproximação mútuos. Assim, a fé cristã, por exemplo, necessita ser reinterpretada a partir do confronto dialógico e criativo com as demais fés. O mesmo deve se dar com toda e qualquer tradição religiosa (Ribeiro, 2014, p. 15).

O teólogo Claudio Ribeiro inaugura o termo *princípio pluralista*, onde busca novos embasamentos para o aprofundamento da temática em questão. Tal princípio:

possibilita divergências e convergências novas, outros pontos de vista, perspectivas críticas e autocríticas para diálogo, empoderamento de grupos e de visões subalternas e formas de alteridade e de inclusão, considerados e explicitados os diferenciais de poder presentes na sociedade (Ribeiro, 2020, p. 25-26).

As reflexões continuam, em esboço de maneira diferente, pelo mesmo autor:

O *princípio pluralista*, contempla tal perspectiva ecumênica valorativa do diálogo e das aproximações inter-religiosas, mas é mais amplo, uma vez que também se constitui em instrumento de avaliação da realidade social e

cultural, sobretudo para melhor compreensão das diferenças, religiosas ou não, que se forjam nos enterlugares das culturas (Ribeiro, 2017, p. 13).

O princípio pluralista, portanto, parte da convicção de que há um modo de enxergar e entender que a realidade religiosa, social, cultural e política é composta em sua pluralidade, a realidade religiosa não é binária, mas sim marcada pela multiplicidade, conceitos e visões monolíticas não a alcançam. Posturas dogmáticas e enrijecidas, estariam deslocadas da realidade patentemente plural. A tentativa é de superar visões clássicas exclusivistas, inclusivistas e relativistas para uma compreensão múltipla entre as religiões. Claudio Ribeiro deixa claro os elementos chaves para uma visão pluralistas da vivência religiosa e humana: “alteridade, respeito à diferença e o diálogo e a cooperação prática e ética em torno da busca da justiça e do bem comum” (Ribeiro, 2014, p. 16).

As fundamentações teológicas aqui apresentadas do pluralismo de princípio vêm de encontro à pergunta formulada no título acima, visto que: “reconhece e valoriza a realidade do pluralismo religioso como vontade e automanifestação divinas, para que a ultimidade se revele por meio da diversidade de culturas e religiões (Ribeiro; Gonsalves, 2024, p. 77). Ribeiro e Gonsalves ainda afirmam, se referindo a visão pluralista que não se absolutiza por um lado e nem anula as identidades religiosas por outro. No entanto: “olha as religiões em plano dialógico e diatópico, considerando cada contexto especialmente os diferenciais de poder que neles estão presentes. Não se trata de igualdade de religiões, mas de relações justas, dialógicas e propositivas entre elas” Como chave de conclusão, apresentamos um posicionamento de Elias Wolff, para este autor Deus busca encontrar-se com todas as pessoas, percorre e apela para caminhos de enriquecimento mútuo ao que podemos entender como o atual pluralismo religiosos e espiritual. As religiões não seriam compreendidas como meras expressões culturais, mas como comunidades de pessoas crentes em Deus (Wolff, 2016, p. 39). Francisco complementa essa visão: “Assim aprendemos a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir” (EG, 250).

Alguns dos pontos cruciais dos desafios para o diálogo ou para uma Teologia das Religiões podemos enumerar os que direto ou indiretamente foram aqui trabalhados: Deus se comunica e se revela a todos os povos e culturas; não existe uma religião que foi eleita por Deus em detrimento das outras; a seu modo e em sua maneira, todas as religiões são verdadeiras; interpretações de textos sagrados de forma rigorista e descontextualizada levam a conclusões exclusivistas e incoerentes com a realidade divina/humana; todas as religiões tem limites, pontos cegos e “erros graves”; a centralidade de Deus, não invalida o papel único e

irrenunciável da pessoa histórica que foi Jesus de Nazaré, as religiões são o que são hoje, pelos elementos que absolveram das outras religiões anteriores a elas.

Vale ressaltar mais uma vez, dos enormes desafios da proposta do diálogo e das reflexões da Teologia das Religiões, muitos dos irmãos padres, bispos, professores de Teologia, Líderes de diversas religiões e, inclusive, muitos fiéis que se sentem conhecedores da doutrina condenam várias dessas reflexões, por acharem contra a “sã doutrina”. O tradicionalismo, o fundamentalismo, a mentalidade exclusivista não só na religião cristã, age muitas vezes com muita força convincente ou manipuladora, gerando sempre grande número de seguidores e defensores das posições exclusivista e ante diálogo. Portanto, os desafios permanecem e por isso a necessidade de proporcionar estudos e aprofundamentos de temas tão relevantes, cruciais e de impacto direto na visão teológica e prática de religiões, às quais, muitas vezes, com a melhor das intenções de caminhar na Verdade de Deus, pregam e defendem posicionamentos opostos aos verdadeiros valores divinos.

3.3 O PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

No recente pontificado de Francisco ganhamos pista para o aprofundamento da Teologia das Religiões e do diálogo, pois se o Concílio declarou que há salvação fora da Igreja, não resolveu, contudo, se ela acontece por causa ou apesar das demais religiões. Em seu primeiro escrito como Papa, *Evangelii Gaudium* (2013), Francisco falou do ecumenismo e do diálogo e tratou de suas condições, como “uma atitude de abertura na verdade e no amor”: desta forma os parceiros de diálogo podem “aprender a aceitar os outros e seus diferentes modos de viver, pensar e falar” (EG, 250). Ele, então, lembrou que as religiões funcionam como “caminhos e meios” pelos quais a graça salvadora de Deus opera na história, reconhecendo explicitamente que a obra de Deus nos não cristãos “tende a produzir sinais e ritos, expressões sagradas que, por sua vez, conduzem os outros a uma experiência comunitária de caminhar para Deus” (EG, 254). Em outras palavras, é Deus que estabelece o que chamamos de “religiões” não-cristãs, é claro que por meio de fundadores humanos.

Portanto, as religiões não-cristãs, apesar de suas deficiências doutrinárias e morais, assim como o cristianismo, com suas próprias deficiências, têm suas origens e estão na economia divina da salvação. Francisco chega a chamar as religiões não cristãs de “canais que o Espírito Santo suscita para libertar os não cristãos do imanentismo ateu ou das experiências religiosas puramente individuais” (EG, 254) e observa que os cristãos podem se beneficiar dos ensinamentos e práticas de outras religiões para serem melhores cristãos (EG, 254). O

reconhecimento explícito das religiões não-cristãs como “canais” do Espírito Santo sugere um papel como meios de salvação não apenas para seus adeptos, mas também para os cristãos.

Retornaremos à figura e posições do Papa Francisco adiante, visto que, suas posições e atitudes é de uma abertura e lucidez extraordinárias. Ele não publicou tratados ou textos mais específicos sobre teologia das religiões ou diálogo inter-religioso, no entanto, em vários pronunciamentos e gestos Francisco alcança com a sua mística e postura, influência e respeito, assumindo uma posição de líder para muito além da doutrina e setores da Igreja e da fé Católica, um verdadeiro profeta universal.

Nesta sessão, adentramos propriamente na discussão da teologia do Pluralismo Religioso com suas complexas nuances, indo desde os discursos de centralidade, de modo mais presente no cristianismo, mas percebendo, em toda religião, tendência ou modo exclusivista de se autocompreender, tentando compreender, contudo, a partir de um conjunto de autores e ponderações, as diversas possibilidades e reais teologias que englobam toda uma experiência religiosa própria do ser humano independente de qual seja sua crença específica.

4 ATITUDE E VISÃO DIALOGAL CAPAZ DE GERAR VIDA NOVA E PAZ EM VEZ DE RIVALIDADE E GUERRA

Na era das tecnologias e das comunicações cada vez mais veloz em seus avanços, aflorando na contemporaneidade como referência a IA (inteligência artificial) com promessas e realidades de avanços nunca imaginável antes, um novo paradigma de relações, trabalho, produção e até mesmo vivência religiosa se impõe. O tempo hodierno, portanto, “obriga” as religiões a se auto redefinirem. Assim como o Concílio Vaticano II foi um *aggiornamento* para a religião cristã católica, hoje não só o catolicismo, e sim, todas as expressões religiosas são desafiadas a esse atualizar-se, a olhar para além de si mesmas, sem perder suas essências e ao mesmo tempo dar respostas novas aos novos tempos e contextos que se impõe, impactando diretamente as religiões, com novos modos de ser e relação entre os povos, queiram elas ou não. Nesse interim, onde o pluralismo religioso e as novas tecnologias se impõem, as tradições religiosas precisam dar respostas sábias e coerentes, capazes de continuar dando bases para a edificação da humanidade que continua a se expressar como ser espiritual e relacional dentro da complexidade da existência, pois o humano e espiritual são inseparáveis.

4.1 UMA TEOLOGIA DAS RELIGIÕES PARA O DIÁLOGO, DO DIÁLOGO E EM DIÁLOGO

Podemos afirmar que a primeira grande questão que envolve a dimensão dialogal das religiões está intrínseco aspectos de princípios. Os princípios teóricos ou teológicos não deixam de ser um dos grandes desafios. Bases próprias das religiões como: dogma, verdade revelada, a fé, o magistério, o depósito da fé, a fidelidade à tradição, a irreformabilidade das verdades definidas, o caráter absoluto da própria religião, o mandato para divulgar a própria verdade e converter os outros, o zelo apostólico pelo combate ao erro, o fundamentalismo, entre outros. Como se vê o teórico ou teológico não deixa de ser uma realidade de obstáculos, de impedimentos, de proibições que não ajudam nem um pouco as religiões no caminho do diálogo inter-religioso (Vigil, 2004, p. 232). Por outro lado, dialogar não é negar os princípios teóricos da crença de cada um e sim estar intimamente consciente e ligado a sua própria fé. Hans Küng assim sintetiza: “Uma ilimitada abertura e disposição para o diálogo em relação às outras religiões não exclui o profundo envolvimento com a própria religião, e vice-versa” (Küng, 2004, p. 281).

Elias Wolff formula uma definição de diálogo extraordinária e muito vai nos iluminar:

O termo ‘diálogo’ está estreitamente relacionado com *ruah, pneuma, spiritus*, como expressão do espírito vital, algo que tem vida. Tudo o que tem vida *re-spira* pode ser entendido como ‘tudo o que tem vida dialoga’; o que não respira

está morto pode ser entendido como ‘quem não dialoga morre’. O termo *respirar* significa inspirar, expirar, suspirar. Trata-se de uma ação que envolve a interioridade da pessoa com a sua realidade exterior. É sempre emitir algo de si para fora e receber algo do exterior para dentro de si mesmo (Wolff, 2016, p. 18-19).

Assimilando essa definição, podemos dizer, quanto mais diálogo, mais vida, quanto menos diálogo, menos vida, a ponto de ir alcançar a morte na ausência de dialogar. O cientista da Religião Roberlei Panasiewicz apresenta de forma excepcional como o diálogo inter-religioso deve se dá:

É fundamental ter clareza de que o diálogo inter-religioso não visa à conversão, ou seja, à troca de religião, mas sim que cada participante descubra mais a Deus, presente em sua história. Se houver mudança de religião, a partir de um verdadeiro encontro, isso significa maturidade de fé, pois a outra linguagem religiosa revelou mais o mistério de Deus para aquela pessoa (Panasiewicz, 1999, p. 155-156).

Outro Teólogo, Leonard Swidler, apresenta uma definição de diálogo muito enriquecedor, diálogo significa: “conversa entre duas ou mais pessoas que têm diferentes pontos de vista, objetivando, antes de tudo, que cada participante aprenda alguma coisa do outro, de forma que ele ou ela possa mudar e crescer” (Swidler 1988, p. 16). Isso implica que cada participante queira também dividir com os outros a sua compreensão a respeito do assunto. O fato de eu saber que meu companheiro de diálogo acredita mais “nisto” do que “naquilo”, muda, proporcionalmente, minha atitude para com o outro e uma mudança em minha atitude é algo importante, porque significa crescimento em mim. A atitude ao iniciar um diálogo deve ser colocar-se com a disposição de aprender, de mudar e crescer, e não de forçar a mudança do outro. O Documento *Diálogo e Missão* (DM), segue a mesma compreensão, define diálogo como “conjunto de relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento” (DM, 1964, n. 3).

Andrés Torres Queiruga descreve sobre esse aspecto da verdade identitária e da abertura ao dinamismo do diálogo, tendo como referência o cristianismo:

Não se trata de renunciar ao verdadeiramente experimentado à luz da revelação de Cristo: não se pode ignorar a luz, uma vez vista ou entrevista; também isso seria pecar contra ela; e seria ademais uma injustiça para com os outros, pois em nome de um falso respeito se lhes privaria de uma riqueza à qual têm direito. Trata-se, simplesmente, de não ‘apoderar-se’ dessa experiência, deixando-a expandir-se conforme as leis de seu dinamismo. O que, paradoxalmente, significa antes de tudo que a experiência cristã não é possessão dos cristãos; é dom que emerge num ponto da comunidade religiosa humana e que a toda ela é intrinsecamente destinada. Deus continua sendo o único Senhor de todos e para todos (Queiruga, 2012, p. 37).

Uma passagem bíblica do livro de Isaías expressa muito bem esses dois eixos sobre os quais apoia-se todo diálogo: o empenho na afirmação de identidade e o desafio da abertura: “Alarga o espaço da tua tenda, estende as cortinas das tuas moradas, alonga as cordas reforça as estacas” (Is 54,2). No diálogo autêntico, não há uma dispersão da identidade nem a fusão da mesma num “sincretismo” vago, mas a afirmação da sua singularidade. As próximas explanações apresentam um conteúdo chave e nos ajudará a melhor aprofundarmos e entendermos estas dimensões.

4.1.1 A regra de ouro

Ao tratar da temática do diálogo entre as religiões, vários autores fazem referência a expressão, *regra de ouro*, inclusive alguns exegetas bíblicos já a colocam como título da perícope nas suas traduções da Bíblia, bem como historiadores e críticos de religião utilizam a expressão o conteúdo da regra de ouro para fazer suas análises de religiões. Poderíamos chamar de um ensinamento ou norma a ser levado em conta em qualquer tentativa de reflexão ou atitude de diálogo, na verdade, é muito mais que uma regra é uma proposta, um gesto, uma ação. Ela chega a um alcance ético muito profundo, sendo sumamente valiosa entre todas as regras. Uma regra universal, aplicando-se a todas as dimensões da vida. Se os governantes, legisladores, juízes, as escolas, os lares, as religiões conseguissem adotar de verdade a regra de ouro como base, a sociedade seria maravilhosamente transformada.

Vejamos, pois, o conteúdo da regra: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles” (Mt 7,12, ver também em Lc 6,31). Em Mateus é acrescentado: “pois esta é a Lei e os Profetas. Apesar de ser uma frase, ou um mandato de Jesus Cristo e estar contido nos evangelhos, o que vamos ver agora, é uma regra de ouro que se impõe para além do cristianismo, (poderíamos dizer sem hesitar que Jesus se “apropria” dela, pois ela já existia a muito tempo antes), não só por estar verdadeiramente em sintonia com uma ética comum, mas por estar explicitamente presente em muitas outras religiões com mínimas variantes. Segue-se cada regra em sua respectiva tradição religiosa:

Na felicidade e no sofrimento, devemos nos abster de infligir aos outros aquilo não gostaríamos que nos infligissem. (Mahavira: Yogashastra, 2,20. **Jainismo**.) – Não firas aos outros com aquilo que faz sofrer. (Sutta Pitakka, Udanavagga 5,18. **Budismo**.) – O que não queres que te façam, tu não o faças aos outros. (Confúcio: Analecta 15,23. **Confucionismo**.) – Não faças aos outros aquilo que, se fizessem a ti, te causaria pena. (Mahabharata 5,15.17. **Hinduísmo**.) – A boa natureza é aquela que se reprime para não fazer ao outro aquilo que não seria bom para ela mesma. (Dadistan-i-Denik 49,5. **Zoroastrismo**.) – Não faça a ninguém o que não querem que te façam. (Tb 4,15.) o que para ti é detestável, não o faças tu ao próximo. Esta é toda lei. O

resto é comentário. (Hillel: Talmud Babilônio, Shabbat 31ª. **Judaísmo.**) – Não desejeis para os outros aquilo que não desejais para vós mesmos. (Baha'u'llah: Kitab-i-Aqdas, 148. **Fé Bahá'í.**) – Verdadeiramente Deus ordena a Justiça e fazer o bem. (Corão 16:92.) Nenhum de vós é crente até que deseje para seu irmão o que deseja para si mesmo. (Sunnah. **Islamismo.**) (Vigil, 2006, p. 234, grifo nosso).

Como se vê, esta regra de ouro se faz presente nas Escrituras Sagradas, ou nos principais ensinamentos das principais religiões do mundo. Poderíamos afirmar que Deus se revelou a cada crença, sendo cada caso a seu modo. Papa Francisco diz, referindo-se à regra de ouro: “Esse apelo é universal, tende a abraçar a todos, apenas pela sua condição humana, porque o Altíssimo, o Pai do Céu, ‘faz nascer o seu sol sobre maus e bons’ (Mt 5,45). Em consequência, exige-se: ‘Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso’ (Lc 6,36)” (FT, 39).

Nos surpreende, todavia, ver a mesma regra ainda fundamentada pelos filósofos, visto tradicionalmente como os que se atêm à razão humana. Apreciemos: “Não faças o mau que vês nos outros” (Tales de Mileto, 600 AEC), “Não faças tu aquilo que te aborrece nos outros” (Pitágoras, 580 AEC), “Trata os demais do mesmo modo como desejas ser tratado” (Isócrates 400 AEC), “Age de modo tal que uses a humanidade, tanto em tua pessoa como em qualquer outra, sempre como um objetivo e nunca como simples meio” (Immanuel Kant, 1770). Nota-se o quanto essa regra é universal, consagrada pelas religiões como regra de ouro, quer dizer: válida, central, primeira, imprescindível; nela está a síntese do conjunto de valores e deveres humanos e religiosos. Se a filosofia e a religião chegaram a esse consenso humano tão universal, a regra de ouro torna-se ideal para fundamentar o diálogo inter-religioso. A base para o consenso já temos, a partir dela podemos construir sempre consensos maiores e mais profundos (Vigil, 2006, p. 234-235).

Nessa linha de reflexão nosso propósito se insere perfeitamente: é possível muitas ações e modos de viver para além das controvérsias religiosas, afinal, temos todos um propósito último unificador. Ao invés do embate o diálogo, a ação positiva em comunhão, o agir juntos por causas concretas, percebermos ser frutos de um mesmo “Chamado” maior, chamado divino que se revela a cada povo e a cada cultura a seu modo. Perceber isso, só nos poderá levar a uma atitude de unidade entre todas as raças, povos, culturas e religiões, a contemplação e louvação perante a existência, a diversidade tão rica, e, justo por ser tão rica, tão diversa a ponto de causar desentendimentos, mas que em última instância e em essência somos uma riqueza Infinita. Esse reconhecer é ético, místico, divino, humanizador e humanizante, é contemplação, é sentido de viver e realização plena. A síntese de tudo que a humanidade busca.

Nos debrucemos ainda um pouco mais. No contexto cristão o que pode significar essa regra? No Primeiro Testamento a prática da justiça é a regra de ouro, está dito em Jeremias 22,13-16 conhecer a Javé é praticar a Justiça. Vejamos o texto: “Ai daquele que constrói sua casa sem justiça e seus aposentos sem direito, que faz o próximo trabalhar de graça e não lhe dá o seu salário” (Jr 22,13) e continua: “Teu pai, porventura, não comeu e bebeu? Mas ele praticou o direito e a justiça! E corria tudo bem para ele! Ele julgava com justiça a causa do pobre e do indigente; e tudo corria bem para ele! Isto não é conhecer-me? – Oráculo de Javé” (Jr 22,15-16). Podemos afirmar: conhecer a Javé consiste em praticar a justiça, ao mesmo tempo, a prática da justiça é efeito de conhecer a Javé. Neste sentido, conhecer não é um ato intelectual gerador de consequências éticas, mas algo que se realiza na própria prática ética do amor e da justiça. Quem conhece realmente a Javé é aquele que pratica o amor e a justiça. Biblicamente a regra de ouro é a prática do amor e da justiça, e justamente por isso, conhecimento de Deus (Vigil, 2006, p. 235-236).

A questão da justiça ganha ainda novos desdobramentos. Ela é o verdadeiro culto. Os profetas fazem questionamentos: culto ou amor-justiça? Amós chega a ser bem duro:

Eu, odeio, eu desprezo as vossas festas e não gosto de vossas reuniões. Porque, se me ofereceis holocaustos..., não me agradam as vossas oferendas e não olho para os sacrifícios dos animais cevados. Afasta de mim o ruído de teus cantos, eu não posso ouvir o som de tuas arpas! Que o direito corra como a água e a justiça como um rio caudaloso! Por acaso ofereceste-me sacrifícios e oferendas no deserto, durante quarenta anos, ó casa de Israel? (Am5,21-25).

Há uma clara oposição ao culto celebrado em condições de injustiça. Para os profetas, o culto por si só não nos aproxima mais de Deus do que a regra de ouro. Deste modo, a união das religiões na luta pela justiça, será igualmente experiência de Deus, podendo ser também chamada de experiência inter-religiosa. Estamos diante de um conteúdo rico para dar fundamento ao diálogo inter-religioso (Vigil, 2006, p. 237).

No Segundo Testamento, Jesus confirma o ensinamento dos profetas. Diversas passagens evangélicas convergem para o mesmo sentido da formulação da “regra de ouro”, presente em Mateus 7,12 e Lucas 6,31. Isso se evidencia de modo particular em Mateus 25,31-46: aqueles que alimentaram os famintos, saciaram a sede dos sedentos, acolheram os estrangeiros, vestiram os nus e visitaram os doentes e presos são chamados “benditos de meu Pai” e recebem como herança o Reino preparado desde a fundação do mundo. São considerados justos porque, ao servirem os mais pequeninos, serviram ao próprio Senhor. Por outro lado, aqueles que assim não procederam são enviados ao fogo eterno preparado para o diabo e seus

anjos. Surpresos, descobrem que todas as vezes que deixaram de servir aos mais pequeninos, deixaram também de servir ao Senhor.

Na especificidade da referência bíblica acima, encontra-se um ensinamento extraordinário: a relação positiva com Deus foi prática, não teórica. Ao praticar a justiça se conheceu a Deus, mesmo sem consciência que ao serem justos estavam se relacionando com Deus. Vemos, portanto, claramente a parábola citada, como outra forma de apresentar a regra de ouro.

A parábola do bom samaritano em Lc 10, 25 apresenta uma pessoa considerada fora da Lei, sem princípios religiosos judeu, um herege. No entanto, pela sua atitude concreta de socorrer o ferido é quem se torna referência de boa prática da Lei. Continuamos a ver em Mateus 5,23-24: deixa a sua oferenda e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão; Mt 9, 11-13: quero misericórdia e não sacrifícios; Mt 23, 23-24: esquecem o mais importante a justiça e o amor. Constatamos o mesmo posicionamento em outros livros do novo testamento. Na Carta aos Gálatas Gl 5,14 afirma-se que o “amar ao próximo como a si mesmo” é o único mandamento que cumpre toda a Lei; a Carta de Tiago 2, 14-18 insiste na necessidade das obras para além da necessidade da fé; Em 1Jo 4, 7-20 é feito todo um aprofundamento para demonstrar que o acesso a Deus, a experiência de Deus, se dá pelo amor aos irmãos: “Amados, amemo-nos uns aos outros, pois o amor vem de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus. Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor” (1Jo 7-8). Estas passagens citadas e tantas outras são claramente outras versões da regra de ouro nos evangelhos e no Primeiro Testamento. O conhecimento de Deus tem primazia pela prática da Justiça e do amor sobre o culto (Vigil, 2006, p. 238-239).

Podemos, diante do exposto biblicamente, chegar à seguinte conclusão: ter uma boa práxis é muito mais importante do que uma boa doutrina, claro que melhor ainda é ter o conjunto dos dois elementos. A ortopráxis prevalece sobre a ortodoxia nas religiões, visto que, a regra de ouro está presente em quase todas as religiões. Os santos e místicos geralmente desvelam essa realidade do bem fazer e viver acima das jurisdições e doutrinas das religiões, inclusive muitos santos e místicos foram acusados pelas próprias instituições religiosas, muitas vezes apenas praticando o amor e a promoção da justiça. É na prática do amor, portanto, que o divino se revela. Vigil chega a afirmar que: “o Amor é mais importante que a fé e religião. A verdadeira religião é o amor” (Vigil, 2006, p. 239). Papa Francisco diz: “O amor aos outros é o único modo de amar a Deus, aquele que Jesus indicou para encontrar o caminho da salvação e das bem-aventuranças” (Francesco; Scalfari, 2013, p. 56).

Hinduísmo - Estudos recentes reconhecem a presença da *Regra de ouro* a três mil anos AEC na tradição védica indiana. Assim está escrito: "Este é o resumo do dever: não faça aos outros o que você não gostaria que fizessem a você" (Mahabharata 5,1517). "Não faça aos outros aquilo que você não gostaria que fizessem a você". Essa sabedoria universal é conhecida no hinduísmo como *Ahimsa* (não-violência) e *Dharma* (dever), foca em tratar os outros com a mesma consideração que você espera para si, promovendo harmonia e o bem-estar de todos os seres. Apresenta-se um forte sentido ético e humanista como elemento essencial dentro da estrutura do pensar, do crer e do agir dessa tradição religiosa.

Budismo – Na religião budista a regra de ouro é apresentada de forma negativa “Não trates os outros de um modo que tu mesmo consideres danoso” (Udana-Varga 5.18). Um princípio que apresenta algo essencial no budismo, a superação do sofrimento, assim como nós não queremos sofrer, os outros também não desejam o sofrimento. Está ligada a ética prática, com orientações para a vida diária, conhecida como *Sila*. Unindo-se a outros conceitos éticos centrais do budismo. Na verdade, a regra de ouro se torna a manifestação prática do princípio budista da compaixão (*Karuna*), a intenção de que todos sejam livres do sofrimento e das causas dele. Assim a ética budista busca usar a inteligência para agir de modo a evitar sofrimento e problemas e priorizar o que gera felicidade duradoura. Ao praticar a regra de ouro cultiva-se a bondade amorosa (*Metta*) e a compaixão (*Karuna*).

Judaísmo - “O que pareça odioso para você, não faça a seu próximo. Essa é a única Lei; tudo o mais é comentário”. A regra de ouro no Judaísmo é encontrada no Talmud, texto base da Lei oral que interpreta e expande a Torá. Atribuída ao sábio e Rabino Hillel, sendo uma sabedoria universal, popularizada. A empatia e a reciprocidade são elementos primordiais na regra. Há uma ênfase muito significativa para o judaísmo, pois sugere que essa regra é a essência de toda a Lei divina: “essa é a única Lei; tudo o mais é comentário”. As leis específicas na verdade são para o cumprimento dessa Lei central.

Islamismo – Nessa crença, o Profeta Maomé definiu o seguinte princípio: “Ninguém de vocês crê verdadeiramente até que ame para o seu irmão o que ama para si mesmo” (*Saheeh Al-Bukhari, Saheeh Muslim*). Podemos sintetizar: “amar aos outros o que você ama a si mesmo”. Um princípio ético que serve de referência para os muçulmanos na prática da compaixão, da justiça e da caridade em todos os âmbitos da vida. Não praticar essa regra no Islamismo significa que a pessoa não está na busca da condição para a perfeição da fé (*Iman*) e ainda não atingiu a maturidade e sinceridade espiritual exigidas.

Avançando na reflexão, podemos dizer que a religião em si, tem menos importância que o amor, a justiça, o comportamento ético referente a estes valores. Ela serve a algo maior que

ela mesma. Não deve ser absolutizada em si mesma, mas há algo posterior a ser revelado e vivido (Vigil, 2006, p. 242). Mais do que o teórico, a regra de ouro exige ação, não tolera a passividade, mas impele: “faça você mesmo aos outros...” é uma proposição racional, pois pressupõe que uma pessoa honesta, devidamente informada sobre os princípios da verdade e da justiça, tenha uma compreensão razoável do que é certo para si mesmo e, portanto, deve fazer o mesmo para os outros.

A regra de ouro inaugura um novo tempo, um novo paradigma, uma nova práxis. O acesso a Deus ou a salvação, era muito mais ligado ao sacrifício, ao culto ou ao jurídico-doutrinal do que a práxis. Se alguém não aceitasse uma determinação da lei ou um dogma, por exemplo, era tido como um herege, sem comunhão com Deus, não salvo, condenado, não se tinha o mínimo de preocupação de saber se a pessoa praticava o amor e a justiça, valia muito mais a ortodoxia do que a ortopráxis. Facilmente observamos que no decorrer da história o cristianismo optou mais pelo caminho da doutrina, ortodoxia, culto, prática institucional e assim por diante. Outro aspecto evidenciado é se as religiões observarem a regra de ouro, jamais devem brigar entre si, nem tratar de conquistar o mundo, nem de impor sua doutrina ou identidade a todo o planeta. Pois a regra de ouro exige o contrário “não trate os crentes de outra fé... não tarte as outras religiões, como não quereis que a sua seja tratada” (Vigil, 2006, p. 241-242).

Estamos de acordo com Joseph Moingt que considera a regra de ouro como um princípio teológico revolucionário:

A grande revolução religiosa levada a cabo por Jesus consiste em ter aberto aos seres humanos outra via de acesso a Deus distinta à do sagrado, a via profana da relação com o próximo, a relação ética vivida como serviço ao próximo e levada até o sacrifício de si mesmo... abriu-a por meio de sua própria pessoa, aceitando pagar com sua vida a blasfêmia de ter tirado do culto o monopólio da salvação (Joseph Moingt, p. 145 *apud* Vigil, 2006, p. 241).

Outra realidade bem concreta refere-se à preocupação com os pobres. Todas as religiões com maior ou menor visibilidade opta pelos pobres, os coloca na centralidade, como prática do amor e da misericórdia. Nem sempre na história essa centralidade é tão aparente, muitas vezes fica apenas em paternalismo ou em assistencialismo. Na história recentemente do cristianismo tivemos no pontificado do Papa Francisco um discurso e atitudes em favor dos mais sofridos bastante enfáticos: o seu sucessor o papa Leão XIV publica, para surpresa de alguns, seu primeiro documento sobre o amor aos pobres: *Dilexi te*. Poderíamos concluir: há uma tentativa de resgate daquilo que é essencial no cristianismo e que seria de todas as religiões. Adiante desenvolveremos um pouco mais sobre os pontífices.

4.1.2 O diálogo inter-religioso e a ética

A regra de ouro, uma vez que é aceita por todas as religiões, tem-se muito a fazer no campo ético, numa prática comum, em um *diálogo prático*. Na verdade, uma proposta salvífica, pois no centro estará a salvação dos seres humanos mais frágeis, mais expostos às misérias da vida. Urge, portanto a necessidade de, a partir do diálogo inter-religioso, elaborar um programa concreto de realização da ética mínima postulada pela regra de ouro. O diálogo entre as religiões poderá acontecer primeiramente sobre o ser humano, sobre a situação de dor que se encontra mergulhado o mundo e não sobre teologia ou doutrina religiosa, assim poderá cumprir o mais rápido possível a ética mínima da regra do ouro. Para Vigil, o primeiro diálogo inter-religioso deve ser o compromisso com os menos favorecidos, firmando um acordo entre as religiões (Vigil, 2006, p. 242-243). Neste sentido, Vigil descreve do seguinte modo:

Se tal regra pede tratar de outros como queremos nós mesmo ser tratados, as religiões que a consideram como sagrada devem colocá-la em prática não somente no interior de suas comunidades e na relação entre estas, mas também fora delas e no interior das comunidades onde estão presentes várias religiões e, com não menor importância, em relação ao mundo inteiro, a comunidade inter-religiosa mais importante. Se as religiões estão a serviço da humanidade e crêem ser esta a regra de ouro, devem sentar-se e dialogar para unir seus esforços em função de *tratar a todos os irmãos e irmãs que sofrem, como todos queremos ser tratados* (Vigil, 2006, p. 243).

Em consequência da prática da regra de ouro nasce o que poderia ser chamado de *diálogo da vida* que já é uma realidade em muitos lugares e comunidades religiosas em todo o mundo, para além da Teologia, problemas comuns de abastecimento, de acolhida de imigrantes, de habitação, entre outros, numa demonstração de que é possível lutar juntos por justiça, porque creem no Deus da Vida e na regra de ouro, tendo o amor ao próximo acima de tudo. A experiência do diálogo da vida cresce a cada dia, é uma realidade (Vigil, 2006, p. 244). Efetivamente a pessoa religiosa do tempo hodierno não expressa uma fé isolada, mas se enriquece de outras expressões de fé. Como expressa o Papa Francisco na *Laudato Si*: “estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde” (LS, 89).

Segundo Roberley Panasiewicz, na maioria das vezes, o testemunho vem antes de o diálogo ocorrer por meio da linguagem oral. O tempo oportuno em que as pessoas expressam as suas convicções mais profundas é a vida. Em grande parte, pela interiorização dos valores da tradição religiosa vigente, define-se o “jeito de ser”, a forma de se posicionar ante a vida denota traços de profunda satisfação ou insatisfação.” O bem-estar e a alegria vivenciados por uma pessoa de determinada religião podem despertar o interesse de outras pessoas de tradições

diferentes e levá-las a buscar saber que experiência de Deus é essa que possibilita tamanha felicidade (Panasiewicz, 2003, p. 42). Tal posicionamento é confirmado pela Comissão Teológica Internacional: “O testemunho mútuo é algo inerente ao diálogo entre pessoas de religiões distintas” (Comissão Teológica Internacional, 1997, p. 62).

Há, destarte, uma regra mínima a ser aplicada no diálogo, já citamos antes, mas vale repeti-la: *não trate as outras religiões como não queres que tratem a sua*. Aqui estaria uma fundamentação perfeita para um tema que se fala tanto hoje: intolerância religiosa. Toda instituição e toda pessoa religiosa deve seguir essa regra ou ética mínima, o que seria uma aplicação prática da regra de ouro. Mais uma vez, recordamos que no percurso histórico do cristianismo, bem como de outras grandes religiões, a visão exclusivista levaram-nas a agirem bem diferente, pois era um dever levar o outro que estava “perdido, condenado, no engano, a conhecer a Verdade, a salvação, num total esquecimento do princípio da regra de ouro (Vigil, 2006, p. 244-245). A esse respeito o autor citado afirma: “mesmo uma pessoa que estivesse num ‘erro’ religioso deveria ser tratada com todo o respeito, ajudada em todas as suas necessidades materiais, escutada e favorecida, para que pudesse seguir sua consciência e praticar sua religião conforme suas próprias convicções” (Vigil, 2006, p. 245).

Conquistar a prevalência de uma ética mínima do respeito, da escuta do outro, tolerância da diversidade religiosa, das minorias religiosas, da pluralidade, dos direitos humanos, culturais e religiosos; fruto de uma consciência ética secular e da regra de ouro, que como vimos, favorecem esta mesma ética (Vigil, 2006, p. 245-246). A busca por essa ética, assumida por todas as expressões religiosas, seria um caminho verdadeiramente humanizante, libertador e, porque não dizer, divino. Roberley Panasiewicz, ver no diálogo inter-religioso, dois efeitos: um, voltado para as tradições religiosas; e outro, voltado para a Humanidade. O primeiro volta-se para o crescimento da consciência das religiões, mediante a partilha e o testemunho das experiências e valores espirituais em diálogo, dá-se a purificação e a “transformação pelo encontro” (DA, 47). O segundo é a dimensão humanitária que toda e qualquer contemplação e comunicação do transcendente opera nas culturas em diálogo. Uma experiência de caráter planetário, pois necessariamente suscita a vida em suas diversas formas e circunstâncias (Panasiewicz, 2003, p. 51).

4.1.3 Reconhecer os limites da sua própria religião como caminho de diálogo

A verdade se concretiza à medida que exercitamos nossos limites ao tentar evidenciar tal verdade. Ausências, faltas, carências, erros e até pecados são os limites da verdade. “Uma pessoa que não conhece seus próprios erros e pecados – às vezes mais claros aos outros do que

a si mesma - continua de algum modo prisioneira deles, e se condena a repeti-los e a fazer sofrer o próximo” (Vigil, 2006, p. 309 - 310). O mesmo axioma é aplicado a religião: se a “religião não reconhecer seus limites e deficiências não estará na verdade completa, nem estará preparada para um diálogo inter-religioso maduro e sincero” (Vigil, 2006, p. 310). Reconhecer seus próprios limites, abrir-se aos elementos presentes nas outras tradições religiosas como enriquecimento mútuo e uma verdadeira conversão sincera são caminhos de purificação para um verdadeiro diálogo.

Por outro lado, não seria e não é nenhum pecado, após uma autocrítica, reconhecer que na sua própria crença há posições teológicas e, conseqüentemente, atitudes incompatíveis com a realidade e o avanço da compreensão teológica atual, tendo causado, inclusive sérias conseqüências negativas. Como desdobramentos inevitável, novos passos são dados.

No cristianismo, por exemplo, começou-se uma preocupação com a dimensão ecológica em tempos recente, mas por muitos séculos parecia algo separado da fé. Ou pelo contrário, o cristianismo não soube inspirar uma atitude ecológica, mas fomentou a cultura e o sistema do modo de vida depredador, de acúmulo de bens, sendo a natureza e a terra reduzidas a mera mercadoria, a matéria prima para exploração compra e venda (Vigil, 2006, p. 310-314). Hoje, já não há como pensar a pessoa humana, e conseqüentemente sua fé, sem essa integração com toda a existência, o Papa Francisco, no seu documento *Laudato Si* e em vários pronunciamentos, referiu-se ao planeta ou mesmo ao cosmo como “*casa comum*”, tudo está interligado, o que pertence a um pertence a todos.

Poderíamos aqui aprofundar e apresentar outras limitações do cristianismo, como o amor e a compactuação com o poder, a serviência aos ricos, ou mesmo a pretensão de superioridade diante as outras religiões, todavia, limitações em maior ou menor grau, mais negativas ou menos, são uma realidade presentes em todas as religiões. Nos interessa afirmar, entretanto, que as limitações das religiões são estruturais, não são as deficiências pessoais dos crentes simplesmente. Limitações globais e estruturais das religiões provam, de certo modo, o caráter não absoluto de todas e de cada uma delas.

Resta às religiões, não só pedir perdão dos remotos pecados coletivos, mas buscar sanar as limitações de cada expressão religiosa, e até do ateísmo, sendo em certo sentido uma fé, bem como outras instâncias humanas, de busca de sentido: movimentos democráticos, de direitos humanos, ecológicos, feministas, alternativos e outros (Vigil, 2006, p. 322-326). Todos, sem preconceitos ou pretensões, somos chamados a revisar e “atualizar” nossa forma de crê, pensar e agir no mundo, tendo em vista a dignidade da pessoa humana, o amor ao próximo, e a salvação verdadeira.

Conhecer e reconhecer, destarte, as limitações da nossa respectiva religião é fruto de um amor maduro, adulto, crítico e não uma atitude negativa ou desamorosa. Termos consciência crítica da religião a que pertencemos, arriscando-nos a conhecê-la e amá-la em sua verdade nua e mesmo reconhecendo suas limitações permanecermos fiéis a nossa identidade religiosa é um grande e profundo passo para a maturidade da fé (Vigil, 2006, p. 327).

Nesse mesmo viés, Claudio Ribeiro refere-se à identidade, não como destruição, mas como novas possibilidades de compreensões, não fechada, mas aberta e predisposta a novas descobertas e com receptividade às mudanças: “A ideia é que a verdadeira e autêntica identidade não se encontra no passado morto, mas adiante, no futuro de Deus. Nesse sentido as identidades são enriquecidas pelo encontro e tornam-se instrumentos de conversão e uma promessa de plenitude da experiência religiosa” (Ribeiro, 2014, p. 96-97).

4.1.4 Construindo pontes, uma proximidade para a vida

O diálogo inter-religioso, apesar de muito contestado por setores e fiéis conservadores, pelo que vimos até aqui, se apresenta como um caminho de amadurecimento e consciência da “missão maior” confiada a cada pessoa humana. As religiões já não cumprem mais o seu papel de ser e dá sentido à vida se isoladas e fechadas em sua “verdade”, em um posicionamento rigorista, sendo contra todos e contra tudo que venha a posicionar-se, agir, pensar e crer diferente. Já não há mais espaço saudável para esse tipo de postura. O diálogo aproxima, cura, liberta, ilumina. Nossa essência, nossa origem são únicas, razão pela qual o convite a unidade soa mais harmonioso e intrínseco a nossa essência do que a postura da divisão e do distanciamento, mas parece-nos essencialmente divino buscar a nossa origem, a nossa unidade.

É da experiência de Deus feita pela comunidade num determinado tempo e lugar que provêm toda teologia e espiritualidade, não é uma ideia extraordinária e exclusiva de algum teólogo. Ninguém tem o privilégio e a exclusividade do Deus que se dá para todos. Deus não está particularmente ligado a nenhuma etnia nem cultura, Ele não é racista. Há uma clareza irreversível, em nossos dias, da presença do Espírito de Deus ao longo de toda a história, entre todos os povos, em todas as culturas e religiões. Quando os missionários chegam, ou mesmo que eles não cheguem, o Espírito está presente e atuante no coração de cada cultura, de cada ser humano, mesmo daqueles que o negam ou ignoram – muitas vezes sem culpa e plenos de boa vontade. O Espírito não faz acepção de pessoas ou povos e nem sai ao encontro de somente alguns, não tem preferência por nenhum povo, nem muito menos marginaliza ou esquece a nenhum povo, ainda que muitos povos em determinado momento de sua história tenham entendido a si mesmo como parte deste privilégio discriminador (Vigil, 2006, p. 335).

Ao nos aproximar de outras crenças, culturas e povos, nossa atitude precisa ser sempre cautelosa, para não chegarmos nos achando *a priori* mais privilegiados que os outros. Isso, inclusive, pode ser considerado uma “heresia” para os defensores da ortodoxia. Mas há que se pedir perdão, pelo orgulho e autoconsciência de povo eleito e privilegiado que deprecia os outros povos e religiões, crendo que Deus, o seu Espírito, a Salvação estão “em nossas mãos”. Deus não tem dono, nem procurador, nem substituto. Nem é masculino, nem específico de uma religião, nem se quer tem um nome, pois é o “Deus de todos os nomes”. De forma imprevisível e surpreendente Deus continua se auto doando e se entregando. Nenhuma formulação sobre Ele é definitiva, insuperável de se melhorar, perfeita. Abrir-se às luzes e ao resplendor de Deus que pelo mundo inteiro brilham nas experiências religiosas, parece-nos atitude sábia e coerente (Vigil, 2006, p. 336).

Resta-nos entender que podemos nos enriquecer com as riquezas das outras experiências religiosas, bem como oferecer também nossa própria riqueza espiritual. Somos peregrinos de uma mesma história universal, responsáveis pela totalidade do cosmo, irmãos e irmãs de todas as criaturas. Ser religioso inter-religiosamente é nosso desafio hoje, a isso somos convidados, a inspirar e iluminar não só nossos irmãos na fé, mas a outros irmãos, outros povos. Mais uma vez citamos a figura do Papa Francisco, homem que conseguiu ser essa inspiração, que ganhou respeito e admiração em todo o planeta, para além daqueles que professavam a fé católica, aliás, diga-se de passagem, seus maiores “inimigos” e contestadores foram dentre os que professam a fé católica.

Vigil defende que teologicamente cremos numa luz “superior” que ilumina a nossa fé, uma luz do alto, mas não necessariamente superior às outras em princípio; é uma luz a mais entre as muitas luzes divinas que iluminam a humanidade, sua superioridade deveria ser atestada, após análise real e objetivo em comparação às outras luzes, uma superioridade *a posteriori*, todas as luzes que iluminam todos os seres humanos têm o seu valor divino. Mais importante do que uma profissão de fé específica é está a favor do projeto de Deus. É contribuir e colaborar com todos que buscam a verdade e o amor. Isso não tira nossa identidade cristã específica dos que creem em Cristo, os dos outros crentes e suas identidades específicas, mas os coloca de volta ao mundo, um novo envio, para uma missão humana, lutadores pelas grandes causas da humanidade, sem deixar de viver a identidade e a especificidade da própria fé, porém com uma abertura de coração e olhar, onde o amor se derrama e é fonte de espiritualidade encarnada na vida para além de cada crença e pessoa particular e dos que creem e pensam iguais. Pois diante de Deus, não importa se você é cristão, judeu, muçulmano, hindu, budista, xintoísta, mas se gastou a vida em prol das grandes causas (Vigil, 2006, p. 338-339).

O teólogo Peter C. Phan comentando reflexões do Papa Francisco faz as seguintes conclusões:

Apesar de suas afirmações até agora bastante convencionais sobre religiões não-cristãs, algumas das declarações de Francisco parecem abrir a porta, [...] as religiões não-cristãs são ‘meios de salvação’, não apenas de facto, mas de jure, isto é, pela vontade e desígnio de Deus. Em outras palavras, se os não-cristãos são salvos e a possibilidade de sua salvação é afirmada pelo Vaticano II e pelo Papa Francisco, eles não são salvos a despeito ou por causa de sua fé nos ensinamentos de seus fundadores religiosos e pela prática fiel o que eles recomendam? Claro, a salvação só vem de Deus e não de qualquer religião, incluindo o Cristianismo. As religiões funcionam apenas como ‘caminhos e meios’, como ‘sinais e instrumentos’ ou, na terminologia teológica, como ‘sacramentos’, isto é, os sinais eficazes em e por meio dos quais a graça salvadora de Deus opera na história. Colocando de forma mais abstrata, as religiões não são a causa eficiente, mas apenas a causa instrumental da salvação (Phan, 2021, p. 175).

4.1.4 Uma espiritualidade dialogal e fecunda

Quando se fala em espiritualidade nem sempre se tem a compreensão do que essa palavra pode abranger, é um termo que tem sido aprofundado e utilizado tanto nos meios religiosos e teológicos propriamente ditos, como em outros ambientes e espaços não tão religiosos, ou institucionais. É de fundamental importância e necessidade apresentar a diferenciação entre a religião e a espiritualidade. Vigil nos elucida de forma magnânima:

A espiritualidade é muito mais ampla do que a religião. A espiritualidade não é, como se pensou tradicionalmente, um subproduto da religião, uma atitude produzida pela religião e seus adeptos; pelo contrário, a religião é que é simplesmente uma forma dentre muitas nas quais se pode expressar essa realidade abrangente e maximamente profunda que é a espiritualidade, acessível a todo ser humano, antes e na base de sua religião (Vigil, 2006, p. 350).

O espiritual hoje não está em crise, são tantas novas e exuberantes expressões de espiritualidade, no entanto, as velhas formas de espiritualidades especialmente as religiões institucionais tradicionais foi que entraram em crise. David Hay afirma: “dois em cada três adultos têm uma espiritualidade pessoal, enquanto que menos de um em cada dez se preocupa em ir à igreja regularmente” (Religion Lacking Spirit, p. 292-293 *apud* Vigil, 2006, p. 350). Vigil afirma algo perigoso para o olhar da ortodoxia, no entanto, fundamenta em seguida, notemos:

Para a humanidade, mais importante do que a religião é ter havido sempre uma espiritualidade, uma dimensão que tem brotado no crescente acúmulo de conhecimento e de experiências culturais, antropológicas e religiosas adquiridas por nossa espécie ao longo da história [...] A espiritualidade é anterior, mais ampla e mais fundamental do que as religiões. *Anterior*, porque, como dissemos, as religiões são de ontem, enquanto a

espiritualidade acompanhou o ser humano desde sempre. Mais *ampla*, porque a religião é apenas uma forma de espiritualidade, uma forma que se dá num determinado período histórico e em resposta a determinadas necessidades do estágio evolutivo da humanidade em curso. Mais *fundamental*, porque as religiões são sistemas de mediações, enquanto a espiritualidade é a própria dimensão humana que se expressa ou flui por essas mediações (Vigil, 2006, p. 350-351 e 366, grifo nosso).

Fiquemos, portanto, com essa compreensão de que a espiritualidade contempla uma amplitude muito maior do que a religião. Uma pessoa pode viver uma espiritualidade expressiva sem necessariamente pertencer a uma religião institucionalizada, como ao contrário, alguém pode ter forte vínculo a uma religião e ser vazio em espiritualidade. A espiritualidade é intrínseca a espécie humana, as religiões, por sua vez, surgem em diferentes contextos históricos da humanidade e suprem determinada demanda ou necessidade.

É preciso estar aberto a esse espírito novo que convivemos e somos desafiados praticamente todos os dias numa multiplicidade de gestos, reflexões e novas práticas. Vigil defende que no contexto cristão estamos na passagem do cristocentrismo ao pluralismo. Uma fase ainda de medo, resistência, mas também de atração, clareza e evidencia que se impõe lento e irreversivelmente (Vigil, 2006, p. 376). Seria, portanto, uma mudança radical, enquanto antes as religiões se viam cada uma como a única portadora da salvação e as demais como sendo algo negativo, no pluralismo, reconhece-se a pluralidade das religiões como positiva, digna de reverência e respeito, pois reconhece-se nelas a obra de Deus. Isso impacta diretamente na nossa espiritualidade, nasce uma espiritualidade menos centrada em nós mesmos. Mas sim, dentro de um “Diálogo como abertura do coração da nossa religião e como acolhida da religião do outro. Deixando ao Espírito a responsabilidade de nos levar onde queira” (Vigil, 2006, p. 417). Elias Wolff assim escreve em culminância com a mesma reflexão: “No contexto do pluralismo espiritual, é difícil aceitar a ideia de que a espiritualidade desenvolvida apenas por uma tradição religiosa seja a única que possibilite um desenvolvimento do espírito humano de forma tão elevada que apenas ela permita a relação com Deus” (Wolff, 2016, p. 35).

Nesse sentido, nos fala o Papa Francisco, ao reconhecer que os cristãos devem aprender com as “várias formas de sabedoria prática” de crentes não-cristãos, suas testemunhas de fé através do sofrimento e sua luta para viver em paz e harmonia, porque os cristãos podem “se beneficiar desses tesouros construídos sobre muitos séculos, o que pode nos ajudar a viver melhor nossas próprias crenças” (EG, 254). Além disso, Francisco reconhece explicitamente que o diálogo inter-religioso pode ser “um processo no qual, pela escuta mútua, ambas as partes podem ser purificadas e enriquecidas” (EG, 250). O papa enfaticamente observa que os cristãos

podem se beneficiar dos ensinamentos e práticas de outras religiões para serem melhores cristãos (EG, 254). Francisco ainda acrescenta na entrevista ao Pe. Spadaro em 2013:

Se alguém tem a resposta a todas as perguntas, esta é a prova de que Deus não está com ele. Quer dizer que é um falso profeta, que usa a religião para si próprio. Os grandes guias do povo de Deus, como Moisés, sempre deixaram espaço para a dúvida. Devemos deixar espaço ao Senhor, não às nossas certezas (Francisco, 2013, p. 27-28).

Assim sendo, não posso ser um religioso, isolado na minha fé particular. Mesmo porque não existe uma religião pura. Aqui desenvolvemos rapidamente tal afirmação: os estudiosos da Antropologia e as pesquisas realizadas em História e em Ciências da religião evidenciam que não há religião genuinamente pura, mas, sim, religiões que ressignificam ritos e elementos de outras crenças e culturas a partir da sua compreensão teológica. Nesse sentido, afirma o antropólogo Sergio E. Ferretti: “Toda religião se pretende verdadeira e pura. Sabemos que o ideal de pureza é uma construção ideológica. Os líderes e os participantes de qualquer religião, procuram exercer sua prática religiosa da forma que consideram melhor possível” (Ferretti, 1998, p. 184). Uma espiritualidade profunda, portanto, não deve simplesmente ignorar, desprezar ou tentar absolver e até destruir a realidade de fé e espiritualidade das outras expressões e espiritualidades.

O estudioso das religiões Jacque Dupuis afirma: “a religião autêntica implica necessariamente uma relação com as outras religiões, e para a pessoa concreta, ser religioso é ser inter-religioso” (Jacques Dupuis, *Verso uma teologia Cristiana del pluralismo religioso*, p. 19-20 *apud* Vigil, 2006, p. 380). Outro grande teólogo das religiões, Paul Knitter afirma algo semelhante: “Hoje as pessoas serão de fato religiosas se o forem, cada vez mais, inter-religiosamente” (Paul Knitter, *Introducing Theologies of Religions*, p. 11 *apud* Vigil, 2006, p. 380). Num contexto bem teológico cristão, Karl Rahner anuncia: “o cristão do futuro ou será místico ou não será cristão” (Rahner, 1967, p. 375). Em sua proposição Rahner ver justamente a necessidade de uma espiritualidade profunda e verdadeira, para além dos dogmas e estruturas racionais. É isso que estamos tentando descrever, um modo de viver a fé capaz de deixar Deus revelar-se em nosso ser, por fim, citamos Yves Cattin que diz: “Deus está sempre além do que se pode atingir na experiência, por mais elevada que seja” (Cattin, 1964, p. 14). Ou seja, nossa experiência de Deus é sempre inatingível, Ele está além daquilo que podemos perceber, absolver ou experimentar.

Uma espiritualidade que não seja mística nem libertadora não estaria em sintonia com a verdade, muito menos se for conivente com um sistema de opressão seja ele qual for. Nos diz uma frase atribuída ao Bispo e místico Dom Pedro Casaldáliga: “A melhor maneira de

agradecer a vida é colocá-la a serviço da libertação”. A verdade nos liberta para libertar outros, uma espiritualidade que não se traduz em boa notícia para os sofredores e aflitos, nela está faltando algo.

4.2 UM NOVO MODO DE VIDA, UMA CONVERSÃO INTEGRAL, NECESSÁRIA, APESAR DE DESAFIADORA

Os caminhos são diversos, as tendências teológicas igualmente, os modelos de sociedade também divergem, as religiões e crenças cada vez mais se multiplicam. Diríamos que tal diversidade é própria da riqueza humana como já analisamos. O desafio, portanto, é: diante de tantas possibilidades, de tantas visões, ideologias, doutrinas, sistemas como escolher ou como agir ou mesmo contribuir para uma ação e crença que seja realmente, capaz de edificar o ser humano, de gerar paz e harmonia, de salvar enfim.

No sentido estrito de missão como anúncio ou proposta de fé, é preciso mudar de perspectiva, não mais dentro de mentalidade exclusivista. A verdade que eu anuncio não é a única que salva, enquanto outras são falsas e condenam. O missionário não leva verdade, porque a verdade lá já está, o Espírito de Deus chega antes que o missionário. Uma atitude real e concreta seria: impulsionar, ensinar e aprender a Boa Notícia, numa atitude de troca: eu levo a boa notícia que creio, mas também aprendo com aspectos da boa notícia do outro e assim aprofundamos nosso encontro com Deus. Não se trata *a priori* de querer que o outro mude de religião, mas que seja um religioso melhor. Vigil fala da missão horizontal e não vertical:

A missão não vertical, de cima para baixo (paternalista, do forte ao fraco, de colonizadores a colonizados, de pessoas cultas a povos incultos, de instituições com excessos de meios a comunidades pobres, dos que tem a salvação aos que nada tem), e som horizontal e de mão dupla: entre iguais, entre religiões de igual dignidade, não só para dar e sim para receber também, onde nenhuma das partes tenha os grandes preconceitos de auto-suficiência que impossibilitam o diálogo (Vigil, 2006, p. 413).

Talvez aqui tenhamos uma certa crise, porque estamos acostumados a pensar a missão apenas em via única de levar o Evangelho, de propor a conversão, no entanto, é uma troca. Nessa perspectiva aprendemos com o Papa Francisco ao dizer que, quanto à conversão, no diálogo fraternal, entre irmãos e irmãs se dá: “com minha identidade e minha empatia, minha abertura, caminho com o outro. Eu não tento fazer com que ele venha até mim. Eu não faço proselitismo” (Kasimow; Race, 2018, p. 34 *apud* Phan, 2021, p. 715). Para Ele é claro que “Deus moverá corações e alguém pedirá o batismo, às vezes não. Mas sempre vamos caminhar juntos. Este é o coração do diálogo” (Francisco, 2014 *apud* Phan, 2021, p. 715). Alguns poderão questionar: mas nossa missão não é levar a Verdade, a Salvação? Acreditamos que até aqui já

temos respondido, expomos mais uma vez uma síntese feita pelo Teólogo Hans Küng: “A salvação do homem também é possível fora da igreja católica, ou mesmo fora do cristianismo: a questão da verdade e a questão da salvação não são a mesma coisa” (Küng, 2004, p. 282).

Não deixa se ser algo revolucionário, mas impossível de voltar atrás e o Papa Francisco compreendia isso muito bem, como vimos no parágrafo acima. Sobre este aspecto Phan faz a seguinte análise:

Com relação à singularidade universalidade de Jesus Cristo como salvador, por exemplo, a alegação de que as religiões não-cristãs possuem eficácia salvífica qualificará a força dessa crença cristológica. Isto não nega o que os cristãos acreditam sobre Jesus como salvador, mas inclui a crença de que outras religiões e fundadores religiosos desempenham um papel na salvação de pelo menos seus seguidores. Além disso, se for verdade, como afirma o Papa, que os cristãos podem se beneficiar dos ensinamentos e práticas de outras religiões para serem melhores cristãos (EG, 254), seguir-se-ia que o impacto salvífico das religiões não-cristãs e de seus fundadores não se limita a seus adeptos, mas se estende aos cristãos também (Phan, 2021, p. 715).

Infelizmente, globalmente e historicamente uma das características da missão é a violência. Em nome da fé, se escravizou, matou, manipulou. Utilizando como exemplo apenas uma frase do grande missionário Padre Antônio Vieira, ele assim prega aos africanos escravizados em nosso Brasil: “Vossa escravidão não é uma desgraça, e sim um grande milagre, porque vossos pais estão no inferno para toda eternidade, enquanto que vós vos salvareis graças à escravidão” (Antônio Vieira, vol. 4, tomo 11, nº 6, p. 301 *apud* Vigil, 2006, p. 407). Tal afirmação chega a nos causar repulsa. Uma missão, ou atitudes religiosas com esse tipo de visão não pode jamais existir em nossos tempos.

4.2.1 Papa Francisco e sua postura

Como líder maior da Igreja católica, uma das religiões mais influentes no mundo, o Papa Francisco exerceu um papel fundamental para a vivência da fé, para o diálogo inter-religioso e acabou influenciando, de modo muito robusto e singular um cristianismo mais aberto ao ser humano e suas causas e dilemas mais profundos, para além das tradições religiosas, não com grandes tratados de disputas teológicas, muitas vezes conflituosos, mas muito mais com suas atitudes e algumas expressões. Implanta, assim, ações e atitudes verdadeiramente revolucionárias para nossos tempos, tanto na busca de promover um entendimento mútuo entre as religiões, quanto ao enfatizar o aprendizado mutuo através da formação de amizade e acompanhamento espiritual com os crentes de outras religiões.

Francisco propõe um diálogo aberto, sem retrancas, mas disposto em reconhecer a riqueza e aprender com o outro:

O diálogo nasce de uma atitude de respeito para com o outro, da convicção de que o outro tem algo de bom a dizer. Supõe que podemos abrir espaço em nosso coração para seus pontos de vista, suas opiniões e suas propostas. O diálogo envolve uma recepção calorosa e não uma condenação preventiva. Para dialogar, é preciso saber abaixar as defesas, abrir as portas de sua casa e oferecer cordialidade (Bergoglio; Skorka, 2013, p. 14).

A atitude é clara: respeito profundo pelo outro, vontade sincera de aprender a partir de diferentes pontos de vista, hospitalidade amigável são virtudes necessárias para qualquer diálogo genuíno. No seu primeiro Documento *Evangelii Gaudium* o Pontífice expressa com clareza, retomemos citação do final do segundo capítulo: “uma atitude de abertura na verdade e no amor e desta forma os parceiros de diálogo podem “aprender a aceitar os outros e seus diferentes modos de viver, pensar e falar” (EG, 250).

Na encíclica *Fratelli Tutti*, continua a desenvolver sua teologia do diálogo inter-religioso, o pontífice (FT, 271-285). Consistente com seu tema de fraternidade e amizade social, se percebe a sua preocupação a (FT, 5), cita Francisco de Assis e diz: “Francisco não travou uma guerra de palavras para impor doutrinas; ele simplesmente espalhou o amor de Deus” (FT, 4). Outra figura que podemos ter como referencial, o Santo de Assis, temos como referência espalhar o amor de Deus, na vida, na natureza, com os irmãos de fé, com os que creem diferente. No encontro do sucessor de Pedro com o Grande Imam Ahmad Al-Tayyeb, com quem assinou o “Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum”, em Abu Dhabi, em 4 de fevereiro de 2019.

Claramente, o diálogo inter-religioso é encarado por Francisco como uma forma de alcançar um objetivo pragmático, ou seja, a paz mundial, ou para colocá-lo em sua expressão característica, “fraternidade humana”. É mais notável que em ambos os documentos, *Evangelii Gaudium* e *Fratelli Tutti*, Francisco coloca o diálogo inter-religioso no contexto do diálogo social, cujo objetivo é, diz o Papa, citando a Conferência dos Bispos Católicos da Índia, “estabelecer amizade, paz e harmonia, e compartilhar valores e experiências espirituais e morais em um espírito de verdade e amor” (FT, 271).

O Pontífice insiste que para ser fecundo, o diálogo inter-religioso deve ser realizado no espírito do que ele chama de “amizade social”. Ele exorta fortemente que criemos “uma aliança social”: Para o bem comum, tal aliança também exige a compreensão de que algumas coisas podem ter que ser renunciadas. Toda a verdade, ninguém possui nem pode satisfazer todos os seus desejos, pois essa pretensão levaria a anular os outros ao negar seus direitos (FT, 111).

Uma das dimensões de destaque do seu pontificado foi “o bem comum e a paz na sociedade”, tinha como princípio: a unidade prevalece sobre o conflito. O Pontífice insiste que

a diversidade não deve levar ao conflito: "Diversidade é uma coisa bonita quando pode entrar constantemente em um processo de reconciliação e selar uma espécie de aliança cultural resultando em uma “diversidade reconciliada” (EG, 230). O belíssimo termo “Diversidade reconciliada” significa a permanência do diverso, não somos inimigos, não temos que obrigatoriamente “retornarmos de onde saímos ou ingressar numa determinada crença”, mas reconciliar-se, acolher e enriquecer-se em um novo tempo, um novo reino, afinal temos um Deus Uno.

Para surpresa de muitos e até condenação de alguns, Francisco, no Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, citado anteriormente, afirma que: “O pluralismo e a diversidade de religiões, de cor, de sexo, de raça e de língua fazem parte daquele sábio desígnio divino com que Deus criou os seres humanos. Esta Sabedoria divina é a origem donde deriva o direito à liberdade de credo e à liberdade de ser diferente” (Francisco, 2019). Lúcido, como sempre foi a frente do primado de Pedro, entre o período de março de 2013 a abril de 2025, Ele parece ter entendido perfeitamente a teologia do pluralismo religioso, evitou escrever documentos oficiais sobre o tema, visto ser conflituoso e complexo, preferiu agir e seus gestos concretos nos ensina a identidade mais bela e genuína que um “crente” deve buscar.

Em um artigo que analisa o pensamento de Francisco e o Pluralismo religioso, o teólogo Faustino Teixeira faz uma excelente análise sobre o posicionamento do papa no encontro inter-religiosos em *Abu Dhabi*, O novo logotipo dessa busca de paz é o ramo de oliveira, Francisco explica essa simbologia: Segundo a narração bíblica, para preservar a humanidade da destruição, Deus pede a Noé para entrar na arca com sua família. Hoje também nós, em nome de Deus, para salvaguardar a paz, seria uma atitude sábia e inspirada entrar juntos, como uma única família, numa arca que possa sulcar os mares tempestuosos do mundo: a arca da fraternidade. Nesse mesmo encontro, Francisco fala da importância atual de uma “coragem da alteridade”, para além dos fundamentalismos e afirmações identitárias. Este é o desafio maior: um “diálogo diário e efetivo” que, sem desconhecer o essencial valor das convicções, possa igualmente acontecer na abertura plural e no “pleno reconhecimento do outro” e da sua liberdade. O caminho que se apresenta é o da abertura à pluralidade religiosa, que convoca à “coragem da alteridade”, e não se confunde nem com a “uniformidade forçada” nem com o “sincretismo conciliador” (Teixeira, 2025, p. 49)

Um dos gestos mais marcantes, diria até que revolucionário, é sua visita aos países asiáticos em setembro de 2024, onde realizou um encontro inter-religioso como os jovens em Singapura, com presença de mais de 50 escolas e organizações inter-religiosas. O Papa se dirige

aos jovens unidos, mesmo cada um com sua fé, mas entusiasmados para ouvi-lo, ouvem elogios, o Bispo de Roma se diz estar muito marcado pela capacidade de promover o diálogo inter-religioso e destacou que

todas as religiões são um caminho que nos levam a Deus, e que nenhuma é mais importante que a outra (...). São como diferentes línguas, diferentes idiomas para chegar até um objetivo. Mas Deus é Deus para todos. E assim como Deus é Deus para todos, nós somos todos filhos Dele, mas o meu Deus não é mais importante que o seu! Tem só um Deus (Papa Francisco, Discurso em Singapura, 2024).

As afirmações de Francisco vão ao encontro das análises feitas em nosso trabalho. Todas as religiões levam a Deus, todas as religiões salvam, todas têm igual dignidade. Ele insiste: “se vocês começarem a brigar a minha religião é mais importante do que a sua, a minha é verdadeira, a sua não é verdadeira, onde nos levará isso? E faz questão de ouvir os jovens, recebe como resposta: vai nos levar para destruição, e o Papa responde é isso mesmo” (Papa Francisco, Discurso em Singapura, 2024). Mais impactante ainda, o Líder católico de modo espontâneo convida os jovens a se comprometerem com o futuro e pede para repetirem com ele um belíssimo e profundo compromisso: “Nós, a geração futura, nos comprometemos a ser um farol de unidade e esperança na promoção da cooperação e das amizades que alimentam a coexistência harmoniosa entre pessoas de diferentes crenças” (Papa Francisco, Discurso em Singapura, 2024).

Não por acaso, o Papa tanto promoveu e pregou a “cultura do encontro”. Foi um conceito central no pontificado do Papa Francisco, que defende a superação do isolamento e da exclusão através do diálogo, da proximidade e da escuta atenta entre as pessoas. Por meio de atitudes de acolhimento, humildade e empatia, buscando construir pontes e derrubar muros que dividem a sociedade, afinal, outro conceito bem cristão que o Papa tanto anunciou “somos todos irmãos”. O próprio Papa concretiza essa cultura quando decide morar na Casa Santa Marta para interagir mais com as pessoas, na promoção do diálogo inter-religioso e em tantos e numerosos projetos e encontros concretos, com pobres, com jovens, com políticos, com ateus, com toda essa diversidade que Ele valorizava e via como Dom de Deus.

Por fim, o sucessor de Francisco, Leão XIV assume o seu pontificado com o compromisso de dar continuidade ao legado deixado pelo antecessor. No seu primeiro discurso no Vaticano, fala de construir pontes, de diálogo, de encontro, conclama a todos a formar um único povo: “A humanidade necessita de pontes para que sejam alcançadas por Deus e ao mundo. Ajudai-nos também vós, unam-se aos outros, a construir pontes, com o diálogo, com o encontro, unindo-nos todos para sermos um só povo, sempre, em paz. Obrigado, Papa

Francisco” (Leão XIV, 2025). O atual pontífice continua a confirmar seu desejo de diálogo, fraternidade universal e construção de pontes pregado por Francisco, quando recebeu no Vaticano no dia 19 de maio de 2025, os representantes de outras igrejas, religiões e comunidades eclesiais ele afirmou: “O tempo presente é de diálogo e de construção de pontes” (Leão XIV, 2025).

Leão XIV continua igualmente o legado de Francisco quando publica seu primeiro documento a Declaração Apostólica *Dilexi Te*, baseada na declaração de amor feita por Cristo a uma comunidade simples e marginalizada (Apocalipse 3,9): a fé jamais é separada do amor e do cuidado pelos necessitados. Um verdadeiro chamado a Igreja para: redescobrir sua missão junto aos pobres; denunciar a economia que mata e a falta de equidade social; e as relações e práticas concretas com os pobres, pois não se trata de categorias abstratas, mas de rostos e histórias.

Diz o Papa: “Com frequência o bem-estar torna-nos cegos, a ponto de pensarmos que nossa felicidade só pode ser alcançada se conseguimos viver sem os outros” (DT, 108). De modo sereno e lúcido acrescenta Leão XIV: “Nesse sentido, os pobres podem ser para nós mestres silenciosos, reconduzindo nosso orgulho e nossa arrogância a uma conveniente humildade” (DT, 108). E ainda complementa, demonstrando que existe correlações e não sobreposições: “Se é verdade que os pobres são sustentados por aqueles que têm meios econômicos, certamente também é possível afirmar o contrário (DT, 109). Portanto, ao falar de amor pelos pobres e de defesa da “casa comum” podemos unir perfeitamente a proposta com o diálogo inter-religioso e a proposição de uma ética mundial, visto que, a preocupação com a justiça social e a dignidade humana são valores partilhados pelas tradições religiosas, e porque não dizer, de todo governante ou instituição séria.

É sobre isso que temos refletido em nosso trabalho. Unidade na diversidade é possível, esperar e buscar uma causa ampla é possível e urgente, “um pacto” universal é necessário. Informalmente no encontro inter-religioso de Francisco com os jovens em Singapura, O Papa propõe e consolida esse pacto entre os presentes: ser farol de unidade, cooperação, coexistência harmoniosa entre as diferentes crenças, e eu acrescentaria, entre todos os povos. Para que aconteça o silêncio místico, o diálogo, a empatia, a alteridade, a fraternidade e para um pacto mundial pelas relações pacíficas e edificação do ser humano. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso coragem, muita coragem e atitude, mas afinal não seria isso o significado da fé? Quem diz não tem mais jeito é quem não tem fé.

4.2.2 A Esperança da harmonia e do “Ethos mundial”

*Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões.
 Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões.
 Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais.
 Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um ethos global, uma ética para o mundo inteiro (Küng, 1999, p. 12).*

No enunciado acima vemos a interdependência apresentada por Hans Küng, ele defende que: a paz no mundo, não será possível sem paz entre as religiões, diálogo inter-religioso, padrões éticos globais e uma ética comum para o mundo inteiro. O tema da ética mundial, ou seja, de uma ética comum da humanidade para os membros de todas as religiões e, conseqüentemente, para toda humanidade, já foi amplamente discutido, inclusive no segundo Parlamento das Grandes Religiões em 1993 em Chicago, reuniram-se delegados das grandes religiões e foi publicada a Declaração de uma Ética Mundial.

Essa ética comum a todas as religiões não seria abolir as diferenças dogmáticas de cada religião, muito menos “transformar todas as religiões numa só”, mas de constituir uma paz entre as religiões, constituindo uma condição para paz entre as nações. Os imperativos éticos que norteiam todas as religiões seriam substancialmente os mesmos (Küng, 2004, p. 93). Dito de outra forma: “uma ética mundial pretende potencializar tudo aquilo que é comum a todas as religiões do mundo, acima de todas as diferenças” (Vigil, 2006, p. 433). Como exposto no final da segunda sessão, há uma base ética primordial, ou seja, princípios básicos que norteiam todas as religiões.

Hans Küng demonstra a força ética e moral que pode ser implementada pelas religiões, em seu livro *Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico*, ele afirma:

A moral e a ética são mais do que uma simples questão de critério ou de gosto pessoal, uma conversão social; por que a moral e os valores e normas éticas adquirem obrigatoriedade incondicional e geral. De fato, só o incondicional pode obrigar incondicionalmente, só o absoluto é capaz de compreender de maneira absoluta. E só a religião consegue fundamentar um ethos incondicional e geral e, ao mesmo tempo, concretizá-lo, como tem feito no decurso de milênio, às vezes bem, às vezes mal (Küng, 1999, p. 286).

Construir pontes, outro termo de profundo sentido, e por sua vez, intimamente ligado a proposta do *ethos* mundial. Hans Küng afirma que uma religião em nosso tempo deve buscar novamente transmitir ao homem de hoje um horizonte de sentido, com padrões éticos e uma prática espiritual que não separe e divida, mas pelo contrário una e reconcilie. Para Ele, nossa época precisa de “Construtores de pontes em grande e em pequena escala. Construtores de pontes em todas as dificuldades, contrastes e confrontos, tenham olhos para ver o que é comum:

comum sobretudo nos valores éticos, nas atitudes éticas. Que professem estes valores e padrões e que também tentem vivê-los” (Küng, 2004, p. 280). Como se ver, a proposta de construção de pontes já vem sendo maturada e os dois últimos papas acolheram muito bem esse ideal e caminho a ser abraçado pelas religiões e por toda humanidade.

Finalmente, diante do exposto podemos afirmar que o diálogo inter-religioso, bem como a esperança de uma humanidade mais digna e mais harmônica é, pois, urgente, mas não apenas com novas elaborações teóricas, e sim, sobretudo, para possibilitar e proporcionar a paz, a união e a harmonia da humanidade. Vigil, em consonância com Küng defende que o primeiro passo para isso é uma ética que possa ser mundialmente aceita (Vigil, 2006, p. 434). Em suma, seja na busca de uma base comum, seja por qualquer outro caminho, cada pessoa sensata e cada religioso, buscará fazer a sua parte no caminho da unidade e da paz e jamais o da rivalidade e da discórdia. Por isso, vale ressaltar o poder e a importância do silêncio místico, da proximidade com acolhimento e sem preconceito, da cultura do encontro, da escuta atenta e respeitosa, do cuidado, enfim, do amor a ser praticado e vivido.

Em suma, nesta sessão, as reflexões e estudos apresentados anteriormente foram sendo delineadas de modo mais claro e concreto, a partir da fundamentação do próprio significado de diálogo inter-religioso, apresentando e desenvolvendo a “regra de ouro” como conceito e conteúdo chave, dialogando com as religiões pesquisadas, as reflexões de pluralismo religiosos, os pensamentos e atitudes concretas do Papa Francisco e mais uma vez a proposta ou o sonho de uma ética mundial desenvolvida por Hans Küng. Nota-se claramente a urgência e importância da temática em questão, visto que, o entendimento das religiões como fenômeno humano e histórico não anula o divino, pelo contrário, leva a todos a ser mais próximos do divino e conseqüentemente mais humanizados, mais harmônicos e mais plenos para além das crenças que cada povo ou cada pessoa crê e pratica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilharmos um caminho de estudo, análises, reflexões, aprofundamentos, temos diante de nós um vasto conteúdo que primou por informações sérias construída a partir de leituras e pesquisas em fontes de autores e documentos reconhecidamente com autoridade para abordar a temática. Um tema, que por sua natureza traz consigo enormes controvérsias e peculiar importância. Foi uma escolha consciente, justo por suas controvérsias, mas igualmente por ser um conteúdo central de identidade das crenças religiosas, sobretudo do cristianismo. O modo como se compreende a centralidade cristã, ou o núcleo identitário de cada crença é decisivo e extremamente impactante na vivência e prática da fé, influenciando diretamente a religiosidade, a vida e a cultura de um povo ou mesmo de toda humanidade, evidenciando mais uma vez a importância e urgência de estudos sérios e aprofundados sobre o assunto.

Um dos graus de dificuldades se deu justamente por tratar de um tema altamente teológico dentro da riqueza da epistemologia da Ciência das Religiões, que se propõe assumir uma postura mais analítica em vez de incisões mais propositivas, ao mesmo tempo torna-se uma riqueza por poder navegar e ampliar esse olhar transversal por várias crenças e enriquecer nossas reflexões e análises. Naturalmente, nos atentamos, essencialmente nos textos a seguir, em tentar apresentar algumas conclusões, frutos de nosso estudo, baseado em todas as explicações desenvolvidas na presente obra.

Ao tratar do tema ou ao fazer ciência com religião, primeira coisa que precisamos compreender é o conceito de religião, esse é extremamente aberto, sem uma definição específica ou fechada a determinado conceito ou posicionamento. Chegamos a uma síntese que permeia sobre as diferentes tentativas de definição, religião envolve aspectos: **da transcendência; da busca de sentido para o existir humano sempre carente de respostas; o reconhecimento de uma força, poder ou energia (palavra que está na moda), que existe para além do humano e a busca de compreensão ou relação com essa força além humano; uma busca de respostas do indizível, inexplicável e incompreensível em sua totalidade; um deslumbrar que permanece Mistério.**

Ao pesquisar cinco principais religiões no mundo, podemos perceber, para além das especificidades de cada uma, elementos centrais que permeiam por todas elas, sobretudo, fortemente evidenciando aspectos éticos fundamentais. Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo, Islã todas tem como princípios: **Verdade, Honestidade, Bondade para com todos, Compaixão, Prática da Justiça, Amor ao próximo, não Violência (Paz), Valoração da Vida humana.** Se analisarmos esses princípios comuns dessas cinco religiões são

igualmente comuns, se não a todas, mas a extrema maioria das expressões religiosas no mundo, aliás, religiões contrárias a esses valores, nos cabe a pergunta se realmente são religiões ou pelo menos a certeza de que necessitam de purificação. Diante de tais princípios em comum, pode-se afirmar que as religiões podem e tem muitas razões para unir-se em prol da Vida e do bem Maior da humanidade e de toda a existência. Papa Francisco desafia os crentes a buscar o essencial: “a adoração a Deus e o amor ao próximo, para que alguns aspectos da nossa doutrina, fora do seu contexto, não acabem por alimentar formas de desprezo, ódio, xenofobia, negação do outro” (FT, 282).

Na prática, no entanto, a unidade que se julga essencial, não se dá ou se dá de forma tímida, por isso, adentramos no tema da Teologia das Religiões e da centralidade cristã, como forma, ou pelo menos tentativa, de entendimento, compreensão, e, quiçá, superação de tudo aquilo que separa as religiões e consequentemente a humanidade. Cada religião, acredita e propõe, desde que seja séria, um caminho ou uma proposta de transcendência e comunicação com o divino capaz de levar a pessoa humana ou aqueles que aderem a essa forma de crer a uma comunhão com a Verdade Maior onde tudo se origina e tudo se realiza, toda religião promete a Salvação, sendo, de diferentes formas já oferecida e “provada” no tempo presente. Nesse ínterim, cada religião elabora a sua teologia, onde normatiza e fundamenta seus princípios, ritos, crenças, ações com suas leis, normas e entendimentos, formando um corpo de conteúdo de fé e de fundo de sentido para aqueles que aderem àquela crença específica. Pertencer a uma religião, significa, todavia, aderir e tentar pôr em prática esse conjunto de elementos que envolve toda uma crença, (pelo menos teoricamente seria isso).

Logo, cada religião contempla uma identidade própria pertencente àquele grupo ou seguimento. Acontece, porém, que muitas vezes os princípios de uma religião encontram diferenças enormes ante os princípios de outras (devido seu contexto histórico, cultural e especificidade de cada grupo religioso). Com isso, surge o princípio exclusivista, como já estudamos, onde cada uma começa a se auto apresentar como a mais verdadeira ou a única verdadeira, considerando a outra ou as outras como menos verdadeira ou mesmo falsa. Aqui se fundamenta o sentido e o objeto da Teologia das Religiões ou Teologia do Pluralismo Religioso: refletir uma teologia que alcance todas as religiões, com suas diversas formas de crenças, princípios e práticas.

Os enormes desafios estão postos, pois cada religião não quer abrir mão de “sua verdade própria” e “nem devem”, não devem abrir mão enquanto identidade específica, mas devem abrir-se à novas interpretações e crescimento em vista de se aproximar cada vez mais da Verdade suprema, do Mistério, do divino. Nesse sentido, Papa Francisco afirma: “quanto mais

profunda, sólida e rica for uma identidade, mais enriquecerá os outros com a sua contribuição específica” (QA, 106). A Teologia das Religiões se propõe a refletir, investigar e provocar novos olhares, entendimentos e novas sínteses teológicas em vista do Mistério Maior buscado por todas as crenças, mas nunca abarcado em sua totalidade por nenhuma delas. Nessa perspectiva se insere, portanto, o âmago do nosso trabalho, com a temática: **Discursos de universalidade cristã e construções de convergência inter-religiosa nos contextos de pluralismo religioso: exigências contemporâneas**. Refletimos a partir do cristianismo, mas buscando contemplar outras crenças religiosas e convergências para uma aproximação e diálogo autêntico oferecendo novas compreensões e possíveis superações daquilo que nos diminui ou nos distancia da Verdade e nos aproximar mais Dela.

No âmbito Cristão, o exclusivismo se embasou em alguns discursos ou princípios cruciais, desde a pertença concreta a Igreja católica como condição para salvação ou no campo protestante o tríplice princípio só a fê, só a graça, só a Escritura, fora disso não há salvação, como as concepções de: eleição (povo escolhido, eleito por Deus para ser o seu povo); plenitude da revelação (em Cristo Deus se revela plenamente, tudo que o homem pode alcançar em Deus e sobre Deus já foi revelado em Cristo); Cristo como trindade de Deus, Ele é o Deus mesmo, uno e trino; Cristo como único Mediador e Salvador da criatura humana (só por Cristo é possível “adentrar” a Deus); o mandato de Cristo de levar o evangelho todas as nações e povos (interpretado como converter a todos ao cristianismo). Olhando para tais princípios ver-se claramente o desafio da Teologia das Religiões ao refletir a compreensão de um Deus não exclusivista, mas que age e se revela de igual desejo e com igual dignidade perante todos os povos e expressões religiosas, conteúdo bastante ponderado em nosso trabalho.

Um dos grandes desafios, permanece a questão da identidade específica de cada crença. Como abraçar uma teologia “mais abrangente” sem abrir mão do que para determinada crença é valor e princípio central, inegociável? Na realidade, a Teologia das Religiões não tem a pretensão de anular as identidades, pelo contrário, reconhece nas diversidades religiosas expressões da infinita riqueza de Deus, porém se propõe acrescentar novo sentido, ressignificá-las, não com teorias, mas com sérios métodos, estudos e sobretudo com os elementos da história e com conteúdos *a posteriori*, já vividos e comprovados pela vida concreta.

Uma tentativa de ressignificação no âmbito cristão que nos identificamos muito foi de Andrés Torres Queiruga quando propõe o “teocentrismo jesuânico”, isto é, reconhece Deus como o centro último de toda religião, acentuando a centralidade de Deus e ao mesmo tempo, reconhece: “o papel único e irrenunciável da figura histórica de Jesus de Nazaré” (Queiruga, 2007, p. 191-192). Ou seja, Jesus não é o centro absoluto, o centro absoluto é Deus, mas o

teocentrismo está tão intimamente unido a Ele que não é possível, na compreensão cristã, pensar Deus separado de Cristo (Queiruga, 2007, p. 104). Deixando claro que o centro absoluto é Deus (teocentrismo) e não Cristo (cristocentrismo), abre-se espaço para o diálogo real e paritário com as outras religiões, pois todas elas têm o direito de pretensão teocêntrica. Afinal: “Deus continua sendo o *único* Senhor: de todos e para todos” (Queiruga, 2007, p. 151).

Por fim, a reflexão teológica pluralista, no entanto, tem muito a nos iluminar e contribuir em novas compreensões sobre Deus, em novas compreensões das religiões e conseqüentemente em novas compreensões de práticas religiosas, agregando mais valor e espaço ao diálogo inter-religioso, bem como favorecendo uma ética global que propõe unir todas as forças religiosas, civis e políticas em vista de um planeta e uma humanidade sempre mais digna, justa, harmoniosa, e nos atrevemos a dizer, mais divina.

Chegamos a outro tema chave do nosso trabalho, diálogo inter-religioso, aliás já muito por nós ponderado. Na tentativa de compreender melhor e talvez superar princípios que nos distanciam enquanto diferentes crenças, e a buscar por todos os meios possíveis, religioso, social, político mais aproximação, enriquecimento mútuo, trocas e pactos para que aconteça o sonho da humanidade mais plena e digna. Vigil tem um olhar de futuro bem provocativo ou talvez utópico, mas ressoa para nós bastante e interessante: “O futuro é o diálogo religioso. Não como meio ou estratégia, e sim como valor em si mesmo. Diálogo como abertura de coração de nossa religião e como acolhida da religião do outro. Deixando ao Espírito a responsabilidade de nos levar aonde queira” (Vigil, 2007, p. 417).

O diálogo entre as religiões é muito amplo e vai desde do âmbito teológico às ações concretas do dia a dia das pessoas e das comunidades. Mas entre as suas várias formas de diálogo é fundamental: espírito de abertura, hospitalidade e cuidado, para gerar cooperação religiosa em favor da paz, partilha da experiência religiosa e intercâmbios teológicos. Também devem estar presentes: a abertura ao valor da alteridade, a consciência de humildade, a fidelidade a própria tradição, a busca comum da verdade e um espírito de compaixão (Ribeiro, 2014, p. 144-145). Vemos claramente a seriedade que o diálogo inter-religioso evoca, não é só uma bandeira ideológica, ou um campo teológico em busca de novas formas de vivências ou descobertas em si mesmo, mas um compromisso sério com o que há de mais sagrado, nossa fé e nossa relação com a Verdade última.

Um ponto de forte de convergência unificador é o que foi chamado de regra de ouro, aparece já na literatura védica indiana por volta de três mil anos AEC tornando-se princípio no Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, mas também em sínteses filosóficas de diferentes períodos. Eis o grande princípio: “*não façais aos outros o que não quereis que o*

façam a vós”. Evidentemente, cada tradição religiosa ou filosófica elaborou sua forma da regra de ouro, com pequenas variações, mas com um mesmo conteúdo. Essa regra ou princípio, presente em todas as tradições e seguimentos acima citados, como já apresentamos em detalhes anteriormente, e certamente em muitas outras realidades não citadas, universaliza um princípio ético/religioso, revolucionário no sentido de dar fundamento àquilo aparece em diferentes momentos no decorrer de todo o nosso trabalho: há algo a ser realizado pelo saber ou espírito humano que é querido por todos os povos e querido por Deus. O bem do outro, o bem de si mesmo, o bem de toda a criação. Nos desafiando a acreditar e buscar por todos os meios possíveis e ao nosso alcance, uma humanidade cada vez mais digna e completa de sentido, relações cada vez mais justas e harmoniosa. Transformando-se em compromisso a ser assumido por todo cidadão e por cada religioso.

Nesse sentido, não dá mais para impor como única, verdadeira, ou melhor que as outras expressões religiosas, aquela a que eu pertenço. Nos ensina mais uma vez o Papa Francisco:

encontrar um bom acordo entre culturas e religiões diferentes; testemunha que as coisas que temos em comum são tantas e tão importantes que é possível identificar um caminho de convivência serena, ordenada e pacífica, na aceitação das diferenças e na alegria de sermos irmãos porque somos filhos de um único Deus (FT, 279).

Todavia, quando se vive uma crença, cada um com sua compreensão da Verdade e buscando a autenticidade no seguimento, tornando-se uma pessoa melhor e “mais santa”, claro que se faz necessário ser vivido sem manipulação ou exploração, cada pessoa tornar-se-á testemunho capaz de influenciar outras pessoas. De modo livre sem coerção ou imposição, mas com uma ética e testemunho que lhes são peculiares.

Com essa perspectiva, ganha força, a proposição de Hans Küng, uma ética mundial que potencialize tudo aquilo que é comum a todas as religiões, não obstante as diferenças. Uma ética que possa ser mundialmente aceita é a pretensão de Küng, indo de encontro com esse olhar para as religiões como detentoras das possibilidades de propor conjuntamente princípios sólidos em prol da dignidade e da harmonia da humanidade inteira. O Papa Francisco se posiciona a esse respeito na encíclica *Fratelli Tutti* e retoma seu discurso sobre as armas nucleares em Nagasaki no ano de 2019, afirmando que a paz real e duradoura só é possível: “a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação a serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira” (FT, 127). Quando olhamos os conflitos e intervenções no contexto geopolítico atual, esse propósito transparece ainda mais urgente.

Outro aspecto de grande relevância é a metodologia da transdisciplinaridade onde conteúdos antagônicos podem se complementarem e não necessariamente divergirem, presente em algumas abordagens do nosso trabalho, por exemplo, quando apresentamos a síntese de

Andrés Torres Queiruga do teocentrismo Jesuânico, No inclusivismo cristão todas as religiões giram em torno de Cristo e não de Deus, Jesus é o centro da compreensão de Deus, mas o teocentrismo também pode ser cristão, poderíamos dizer, que “um terceiro incluído” permite admitir que Deus é o centro para qual convergem todas as religiões e não Jesus Cristo e, ao mesmo tempo perceber que esse teocentrismo é inseparável de Jesus.

Podemos compreender essa questão de modo ainda mais polarizado a partir da afirmação do Papa Francisco de que todas as religiões levam a Deus. Como pode o maior líder da religião cristã — que professa que, para o ser humano alcançar a Deus, Cristo é o único Mediador e Salvador — afirmar que todas as religiões conduzem a Ele? No método da transdisciplinaridade uma verdade não anula a outra. É verdade que Deus se revela em Cristo e que ele é o caminho para se chegar a Deus, mas é igualmente verdade que Deus alcança a todos homens que o buscam de coração sinceros mesmo sem terem conhecido o Cristo.

Esse mesmo método nos ajuda igualmente a compreender a afirmação de que todas as religiões são verdadeiras. O fato de uma religião ser verdadeira não anula a verdade das outras, pelo contrário um Deus infinitamente grande e sublime talvez não seria possível reduzir-se a apenas um modo de ser compreendido, conhecido e amado, diante de povos e culturas tão diversas em todo o mundo. Portanto, o método transdisciplinar nos possibilita ampliar os horizontes do conhecimento e do conceito de verdade, tornando-se consequentemente um significativo método científico de pesquisa.

Em suma, a presente dissertação, trilhou um caminho investigativo, expondo princípios religiosos e discursos teológicos complexos que dialogam com realidades concretas no campo das religiões, culturas e sociedades igualmente complexas, mas buscou ampliar horizontes e mostrar luzes a partir das ponderações, proposições, questionamentos, desenvolvidos por vários autores, no intuito de proporcionar novas sínteses, baseadas em abordagens sérias de uma temática tão pertinente e central no contexto das religiões. Por fim, apresentamos e compartilhamos pistas que nos insere em possibilidades concretas de ações conjuntas e unidade entre as religiões. Como diz Vigil: “o melhor serviço das religiões ao mundo e aos pobres é o de se unirem. *Religiões do mundo, uni-vos!*” (Vigil, 2006, p. 445). Papa Francisco convida a unidade e promoção do bem: “Voltemos a promover o bem, para nós mesmos e para toda humanidade, assim caminharemos juntos para um crescimento genuíno e integral” (FT, 113). Unidade para além das divergências, unidade por religiões mais próximas, por uma humanidade mais digna, por um mundo melhor e mais justo.

6. REFERÊNCIAS

ALCORÃO. *O Alcorão Sagrado*. Tradução, introdução e anotações de Samir El Hayek. Foz do Iguaçu: Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/alcorao.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Maruilson Menezes de. O sentido e o fim das religiões: Wilfred Smith e uma teologia mundial fundamental para o triálogo. *PARALELLUS Revista de Estudos de Religião - UNICAP*, Recife, PE, Brasil, v. 14, n. 34, p. 49–74, 2023. DOI: 10.25247/paralellus.2023.v14n34.p49-74. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2352>. Acesso em: 23 abr. 2026

BERGERON, Richard. *Fora da Igreja também há salvação*. São Paulo: Loyola, 2009.

BERGOGLIO, Jorge Mario; SKORKA, Abraham. *On Heaven and Earth*. Tradução do espanhol para o inglês de Alejandro Bermudez e Howard Goodman. New York: Image, 2013.

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2004.

CATTIN, Yves. *A regra cristã da experiência mística*. In: Concilium, v. 254, n. 4, p. 11-30, 1994.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 1997.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, sobre a Igreja. Roma, 21 nov. 1965.

_____. *Constituição Pastoral Gaudium Et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje. Roma, 07 dez.1965.

_____. *Declaração Nostra Aetate*, sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. Roma, 28 dez.1965.

_____. *Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes*. Roma, 07 dez.1965.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dominus Iesus*. São Paulo: Paulinas, 2009.

ENCICLOPÉDIA GLOBAL. *Islã: fundamentos do Islã*. Disponível em: <https://www.megatimes.com.br/2022/09/isla-fundamentos-do-isla.html>. Acesso em: 31 mai. 2025.

FERRETI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMycJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Entrevista exclusiva ao pe. Spadaro*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

_____. *Carta encíclica Laudato Si*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.

_____. *Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum*. 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html#:~:text=Al%2DAzhar%20e%20a%20Igreja,4%20de%20fevereiro%20de%202021. Acesso em: 13 nov. 2025.

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

_____. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia*. Brasília: Edições CNBB, 2020.

_____. *Singapura, Encontro inter-religioso com os Jovens*. Set. de 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-09/papa-encontro-inter-religioso-com-os-jovens-singapura-13-09-24.html>. Acesso: 10 nov. 2025.

_____. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa; SCALFARI, Eugenio. *Dialogo tra credenti e non credenti*. Milano: Einaudi; *La Repubblica*, 2013.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor e NOTAKER, Henry. *O Livro das Religiões*. Tradução de Isa Mara Lando. 7ª Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. *Dominum et vivificantem: o Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo*. São Paulo: Paulinas, 1987.

KNITTER, Paul. A teologia católica das religiões numa encruzilhada. *Concilium*, Petrópolis, n. 203, p. 112, 1986.

KÜNG, Hans. *Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns*. Trad. Carlos Almeida Pereira. Campinas, SP: Versus Editora, 2004.

_____. *Uma Ética Global para a Política e a Economia Mundiais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1999.

LEÃO XIV, Papa. Discurso completo. maio 2025. Disponível em: <https://www.pobresservos.org.br/noticia/discurso-completo-do-papa-leao-xiv>. Acesso em: 15 mai. 2025.

_____. “O tempo presente é de diálogo e de construção de pontes”. maio 2025. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-05/papa-leao-xvi-tempo-presente-dialogo-construcao-pontes.html>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LIBÂNIO, João Batista. *A teologia do discipulado e da missão no congresso vocacional*. 2010. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/padre-libanio-fala-sobre-a-teologia-do-discipulado-e-da-missao-no-congresso-vocacional/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MIRANDA, Mario de França. *O Cristianismo em face das religiões*. São Paulo: Loyola, 1998.

MORAIS, Eva Aparecida Rezende de. As religiões mundiais e a ética biocêntrica. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 39, p. 555-568, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20389/20389.PDF>. Acesso em: 23 jun. 2025.

NICOLESCU, Basarab. *Contradição, lógica do terceiro incluído e níveis de realidade*. [S. l.]: CETRANS, 2009. Disponível em: <https://www.tercercongresomundialtransdisciplinariadad.mx/br/wp-content/uploads/2019/08/Contradicao-logica-do-terceiro-incluido-e-niveis-de-realidade.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

NOSS, David S.; GRANGAARD, Blake R. *História das religiões mundiais*. Tradução de Andre Szczawlińska Muceniecks. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

PANASIEWICZ, Roberlei. *Diálogo e revelação: rumo ao encontro in ter-religioso*. Belo Horizonte: Com Arte/Face-Fumec, 1999.

PANASIEWICZ, Roberlei. Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã. *HORIZONTE*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 39–54, 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/597>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PHAN, Peter C.; SANTOS NETO, José Martins dos. O Papa Francisco e o encontro inter-religioso. *HORIZONTE*, Belo Horizonte, v. 19, n. 59, p. 703, 2021. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2021v19n59p703. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/27760>. Acesso em: 08 out. 2025.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e Anúncio*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PUI-LAN, Kwok. *Globalização, gênero e construção da paz: o futuro do diálogo interfé*. São Paulo: Paulus, 2015.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *Autocompreensão Cristã: diálogo das religiões*. Tradução de José Afonso Beraldin da Silva. São Paulo: Paulinas, 2007.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *O diálogo das religiões*. Tradução de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2012.

RAHNER, Karl. *Escritos de Teologia VI*. Madrid: Taurus Ediciones, 1967.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. *O princípio pluralista*. São Paulo: Loyola, 2020.

_____. *Pluralismo e Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. O princípio pluralista. *Cadernos de Teologia Pública – IHU*, São Leopoldo, v. 14, n. 128, 2017. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/128_cadernosteologiapublica.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; SOUZA, Daniel Santos. *A Teologia das Religiões em foco: um guia para visionários*. São Paulo: Paulinas, 2014.

RIBEIRO, Claudio; GONSALVES, Alonso. Modelos de interpretação teológica das religiões. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). *O pluralismo religioso em questão*. São Paulo: Pluralidades, 2024.

SWIDLER, Leonard. *Cristãos e não-cristãos em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TEIXEIRA, Faustino. Francisco e o pluralismo religioso. *Vida Pastoral*, ano 66, n. 366, nov./dez. 2025, p. 4-9. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/francisco-e-o-pluralismo-religioso/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

VIEIRA, Antônio. Sermão décimo quarto. In: VIEIRA, Antônio. Sermões. v. 4, t. 11, n. 6. [S.l.: s.n.], 1633.

VIGIL, José Maria. *Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2006.

WERNER, Camila. *O Livro das Religiões*. Tradução de Bruno Alexander. 2ª Ed. São Paulo: Globo Livros, 2016.

WIKIPÉDIA. *Demografia das populações por religião*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_das_popula%C3%A7%C3%B5es_por_religi%C3%A3o. Acesso em: 02 mai. 2025.

WOLFF, Elias. *Espiritualidade do diálogo inter-religioso: contribuições na perspectiva cristã*. São Paulo: Paulinas, 2016.